

# DICIONÁRIO

Histórico-Biográfico do  
Maranhão Contemporâneo



Werbeth Serejo Belo

Werbeth Serejo Belo

Milagre Maranhense

José Sarney

Associação Comercial do Maranhão (ACM)

Assis Chateaubriand Genésio Rego

# DICIONÁRIO

Histórico-Biográfico do  
Maranhão Contemporâneo

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Clodomir Teixeira Millet

BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO (BEM)

Alumar

Greve de 51

COMARCO

Interventorias

Geração de 45

### **Capa**

Victor G. J. S. D. Costa

### **Imagem da capa**

Elementos Canva

### **Demais elementos ilustrativos utilizados no livro**

Elementos Canva

### **Edição e montagem**

Victor G. J. S. D. Costa

### **Texto**

Werbeth Serejo Belo

### **Revisão Final**

Monica Piccolo Almeida Chaves

Esse dicionário foi desenvolvido como produto do Doutorado Profissional em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves. A pesquisa a partir da qual se desenvolveu o dicionário teve fomento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Belo, Werbeth Serejo.

Dicionário histórico-biográfico do Maranhão contemporâneo / Werbeth Serejo Belo. – São Luís, 2025.

134 f.

Produto Educacional da Tese: "Dicionário histórico-biográfico do Maranhão contemporâneo: uma ferramenta para o ensino de História na educação básica".

Orientação da Prof.(a) Dra: Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. História Local. 3. Maranhão Contemporâneo. 4. Currículo. 5. Dicionário Histórico-Biográfico. I. Título.

CDU 93/94:37.214(812.2) (038)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

Caros estudantes, vocês devem ver diariamente em sites, redes sociais e na TV notícias e curiosidades sobre o Maranhão atual e sobre sua história em tempos mais distantes. Além disso, existem ruas, monumentos e prédios que recebem nomes de sujeitos que atuaram, ou ainda atuam, na política e na economia do nosso estado. Vocês saberiam explicar quem são esses sujeitos, em que momento e de que forma atuaram? Por que receberam essas homenagens? Vocês já pararam para pensar que uma homenagem é uma forma de construir a memória sobre determinados sujeitos e excluir outros? Este dicionário permite a vocês debaterem sobre isso, desnaturalizando essas homenagens e até mesmo as criticando a partir da leitura de suas trajetórias. Além disso, imaginem que interessante seria vocês poderem contar essa história a seus familiares e amigos, ou mesmo debaterem sobre a política local e as possíveis intervenções para melhorarem a sociedade em que vivem.

Por isso, destaca-se que entender a sociedade na qual estão inseridos é muito importante para que possam se posicionar de maneira crítica diante das questões problemáticas do Maranhão Contemporâneo. Para tanto, compreender a história do estado em que vivem é de fundamental importância. O Maranhão é conhecido, por um lado, como um estado de grande potencial produtivo, rico em cultura com um grande patrimônio arquitetônico, tendo sido sua capital reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1997. Por outro lado, é identificado como um estado de baixos índices sociais, seja na educação, seja na distribuição de renda, ou mesmo no índice de desenvolvimento humano.

Vocês saberiam explicar o porquê dessa contradição? Estaria relacionada ao baixo investimento na economia? Ao baixo nível de produtividade dos trabalhadores? A educação no estado tem impacto nesse cenário contraditório? Tem relação com a atuação dos políticos? Ou com a dominação das oligarquias no estado? Quais as relações entre política e grupos econômicos no Maranhão?

Este dicionário apresenta em seus verbetes a trajetória de indivíduos que atuaram/atuam na política maranhense, temáticas que fazem parte da nossa história, bem como sobre agências/instituições que foram fundamentais na dinâmica política do nosso estado. Além dos verbetes vocês encontrarão algumas seções didáticas que podem auxiliar em suas reflexões e na ampliação dos seus conhecimentos e, também, na produção de novos conhecimentos a partir dos debates com seus amigos e professores.

Entretanto, este material não pode e não deve ser entendido como verdade inquestionável, mas como uma interpretação sobre o Maranhão Contemporâneo. O objetivo principal é que seja instrumento para debates produtivos sobre a sociedade maranhense em sala de aula.

Desejo a vocês uma boa viagem pelo conhecimento!

Milagre Maranhense  
 Genésio Rego José Sarney  
 Assis Chateaubriand  
**SUMÁRIO**  
 Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)  
 Clodomir Teixeira Millet

Alumar  
 Greve de 51  
 Interventorias  
 Geração de 45

Alumar .....	6
Antônio Martins de Almeida .....	8
Aquiles Lisboa (Aquiles de Faria Lisboa).....	9
Arena (Aliança Renovadora Nacional) no Maranhão .....	11
Assis Chateaubriand (Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello) .....	12
Associação Comercial do Maranhão (ACM) .....	14
Astolfo Serra (Astolfo de Barros Serra) .....	16
Banco do Estado do Maranhão (BEM) .....	18
Bandeira Tribuzi (José Tribuzi Pinheiro Gomes) .....	19
Cafeteira (Epitácio Afonso Pereira) .....	22
Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) .....	24
Clodomir Cardoso (Clodomir Serra Serrão Cardoso) .....	25
Clodomir Teixeira Millet .....	27
Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) .....	29
Ditadura Civil-Militar no Maranhão .....	30
Economia no Maranhão .....	33
Edison Lobão .....	38
Eleições de 1965 .....	39
Eugênio de Barros .....	42
Genésio Rêgo (Genésio Euvaldo De Moraes Rêgo) .....	44
Geração de 45 (1945) .....	46
Greve de 51 (1951) .....	48
GTAP/SUDEMA (Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento / Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão) .....	49
Interventorias .....	52
Irmãos Machado (Marcelino Machado e Lino Machado) .....	53
Jackson Kepler Lago .....	55
João Alberto de Sousa .....	57
João Castelo (João Castelo Ribeiro Gonçalves) .....	58
Jornal do Povo .....	60
Jornal O Imparcial .....	61
Jornal do Dia/ O Estado do Maranhão .....	64
Jornal Pequeno .....	65

José Reinaldo Tavares (José Reinaldo Carneiro Tavares) .....	66
José Sarney (José Ribamar Ferreira de Araújo Costa) .....	68
Luís Rocha (Luís Alves Coelho Rocha) .....	76
Luso Torres (José Luso Torres) .....	77
Magalhães de Almeida (José Maria Magalhães de Almeida) .....	79
Manoel da Conceição Santos .....	81
Maria Aragão (Maria José de Camargo Aragão) .....	82
Matos Carvalho (José de Matos Carvalho) .....	84
Milagre Maranhense .....	85
Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Maranhão .....	87
Neiva Moreira (José Guimaraes Neiva Moreira) .....	89
Newton Belo (Newton de Barros Belo) .....	91
Nunes Freire (Osvaldo da Costa Nunes Freire) .....	93
Oligarquia.....	95
Oposições Coligadas .....	96
Partido Republicano (PR) .....	98
Partido Social Democrático (PSD) .....	99
Partido Social Progressista (PSP) .....	100
Partido Social Trabalhista (PST) .....	101
Paulo Ramos (Paulo Martins de Sousa Ramos) .....	102
Pedro Neiva de Santana .....	104
Porto do Itaqui .....	105
Programa/Projeto Grande Carajás (PGC) .....	106
Questão agrária no Maranhão .....	109
Reis Perdigão (José Maria dos Reis Perdigão) .....	112
Renato Archer (Renato Bayma Archer da Silva) .....	114
Revolução de 1930 no Maranhão .....	116
Roseana Sarney (Roseana Macieira Sarney Murad) .....	118
Saturnino Belo .....	121
Sebastião Archer (Sebastião Archer da Silva) .....	123
SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) .....	124
União Democrática Nacional (UDN) no Maranhão .....	126
União Republicana Maranhense (URM) .....	127
Universidade da Fraude .....	128
Vitorino Freire (Vitorino de Brito Freire) .....	130



Alumar  
Antônio Martins de Almeida  
Aquiles Lisboa (Aquiles de Faria Lisboa)  
Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Maranhão  
Assis Chateaubriand (Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello)  
Associação Comercial do Maranhão (ACM)  
Astolfo Serra (Astolfo de Barros Serra)

## ALUMAR

Você já deve ter ouvido falar na Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) que atua na transformação de bauxita em alumina e na produção de ligas metálicas. No ano de 2023, a Revista Alumínio publicou que a Alumar investiu mais de R\$ 3 bilhões em sua produção no Maranhão. Esta empresa é formada por um consórcio entre Alcoa (54%), South32 (36%) e Rio Tinto (10%). A partir dessa breve apresentação algumas questões podem surgir: Qual o contexto de implantação dessa empresa? Qual o impacto dessa atividade no estado?

A Alumar foi implantada a partir do Programa Grande Carajás (PGC) [ver Programa/Projeto Grande Carajás (PGC)] e vem exercendo atividades econômicas no estado desde 1980, durante o governo de João Castelo [ver João Castelo], sob a justificativa da geração de novos empregos, do desenvolvimento e da modernização da economia maranhense, que durante muito tempo era essencialmente voltada para a produção agrícola. A dinâmica do seu funcionamento envolve o transporte da matéria-prima pela Estrada de Ferro Carajás e a exportação de sua produção pelo Porto do Itaqui [ver Porto do Itaqui], localizado em São Luís.

Alguns estudos apontam que para que houvesse a instalação da Alumar em São Luís famílias de pescadores e agricultores foram despejadas de suas residências, recebendo por isso pequenas indenizações. Além disso, é importante destacar que os cargos de maiores exigências técnicas e, portanto, de maiores salários, no momento de sua implementação não eram destinados a trabalhadores locais, restando a estes salários mais baixos, confirmando que o empreendimento buscava na região mão-de-obra barata para compor seus quadros.

### REFERÊNCIAS

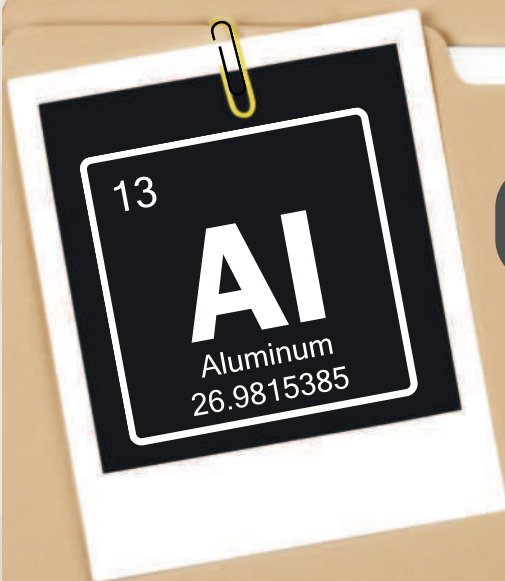
ALUMAR. **Fact Sheet**. Disponível em: [www.alcoa.com](http://www.alcoa.com).

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

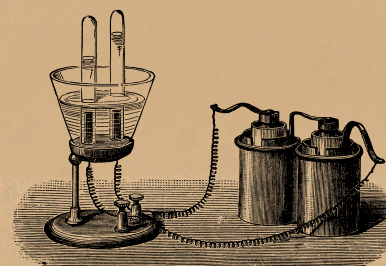
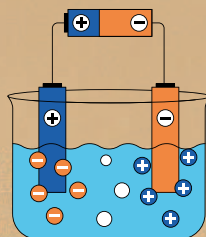
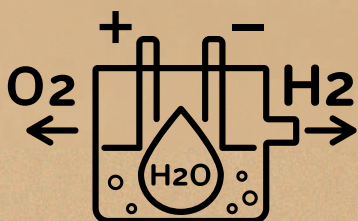
ALUMAR impacta o Maranhão com R\$ 3 bilhões e mais de 5 mil empregos em três anos. **Revista Alumínio**. Disponível em: <https://revistaaluminio.com.br/alumar-impacta-o-maranhao-com-r-3-bilhoes-e-mais-de-5-mil-empregos-em-tres-anos/>.





## OLHAR INTERDISCIPLINAR

A indústria de alumínio desempenha um papel importante tanto em nível regional quanto global, podendo ser analisada a partir de diversos aspectos. O processo de produção envolve a redução eletrolítica da alumina, a dissociação dos íons de alumínio e oxigênio presentes na alumina, com o alumínio sendo depositado no cátodo e o oxigênio liberado no ânodo.



A eletrólise é um processo pelo qual a alumina é transformada em alumínio líquido, utilizando grandes quantidades de energia elétrica. O conhecimento das leis da termodinâmica e da condução elétrica é crucial para otimizar esse processo e garantir sua eficiência. Os compostos químicos relacionados ao alumínio e seus impactos ambientais, como a geração de resíduos e emissões de gases poluentes durante a produção, são importantes campos de estudo da química e da geografia ao buscarem métodos mais sustentáveis para produção de alumínio.

Além disso, a análise geográfica permite avaliar o impacto socioeconômico e ambiental da indústria de alumínio na região onde a empresa está localizada, incluindo questões como uso de recursos naturais, ocupação do solo e desenvolvimento urbano. Assim, entender historicamente esse processo, desde a extração da bauxita até a exportação dos produtos, nos ajuda a compreender o contexto em que a empresa opera e os desafios enfrentados pela sociedade (a questão da empregabilidade, os resultados econômicos, a consequência para populações locais).

# ANTÔNIO MARTINS DE ALMEIDA

Você já ouviu falar no termo “bala na agulha”? Não? Geralmente é utilizado para falar de pessoas que usam de violência para atacar seus opositores. Esse foi o termo mais utilizado para falar sobre Antônio Martins de Almeida, interventor [ver interventorias] do Maranhão entre junho de 1933 e julho de 1935. A partir do uso desse termo o que você imagina como principal característica da gestão desse sujeito histórico? Antes de respondermos essa pergunta vamos ver um pouco da sua trajetória.

Antônio Martins de Almeida nasceu em 22 de outubro de 1900. Sua formação nas forças armadas lhe rendeu a patente de capitão do exército. Foi enviado para o Maranhão durante o governo de Getúlio Vargas com o objetivo de afastar as oligarquias locais do cenário político no estado e organizar a economia local. A proposta econômica do seu governo era promover o equilíbrio do orçamento do estado, reduzindo salários, demitindo funcionários e aumentando a arrecadação de impostos. Diferentemente de Serôa da Mota, seu antecessor, recorreu à Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão] para elaborar o orçamento do estado em 1934, a qual lhe entregou estudos acerca da economia maranhense. Entretanto, não concordou com as propostas da Associação e aprovou orçamento próprio, e os impostos de importação que defendia, não conseguindo promover o equilíbrio entre seu governo e órgão de representação da burguesia comercial do estado, o que resultou em uma greve de três dias pelas classes empresariais. A resposta de Martins de Almeida foi a prisão de alguns membros da Associação, inclusive membros da diretoria. Essa relação entre o interventor e a ACM demonstra a sua impaciência em fazer negociações e estabelecer acordos, respondendo com violência, nesse caso, as prisões imediatas. Porém, o uso da violência não se limitou a prisões sem antes tentar negociações, Martins de Almeida ficou conhecido por contratar dois indivíduos, Feitosa e Papai Noel (que ficaram conhecidos como Bando de Papai Noel), para atacarem seus opositores usando arma de fogo. O que isso significa em termos políticos? Nesse período não havia liberdade de expressão, nem liberdade para organizar movimentos políticos populares para fazerem oposição ao governo. Principal marca do seu governo. Após a saída da interventoria voltou a servir no Estado-Maior da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, retomando sua trajetória militar até o seu falecimento em 1963.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Martins de. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-antonio-martins-de>

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30**. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

# AQUILES LISBOA (AQUILES DE FARIA LISBOA)

---

No bairro Vila Nova, em São Luís, há o hospital Aquiles Lisboa, muito utilizado na capital para tratamento da Hanseníase, doença na pele caracterizada por manchas vermelhas que coçam e dão sensação de picadas, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. O nome do hospital foi uma homenagem a Aquiles de Faria Lisboa, médico maranhense formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nascido em 28 de setembro de 1876. Mas você saberia explicar um pouco da história de Aquiles Lisboa? Sabia que além de médico foi um político local que teve influência no Maranhão na década de 1930? Vejamos um pouco da sua trajetória.

Quando retornou ao Maranhão, depois de se formar no Rio de Janeiro, foi diretor-chefe na Estação Experimental de Coroatá (MA) (1919) e prefeito do município de Cururupu (MA). Governador do Maranhão entre 1935 e 1936, fruto da aliança entre o Partido Republicano (PR) [ver Partido Republicano (PR) e a União Republicana Maranhense (URM) [ver União Republicana Maranhense (URM)]] nas eleições de 1934 para a Assembleia Constituinte Maranhense, recuperando o poder direto das oligarquias [ver oligarquia], enfraquecidas pelas interventorias [ver interventorias] dos anos 1930.

No seu governo as disputas entre genesistas (partidários de Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e perrepistas (partidários do PR) se tornaram intensas por este ter nomeado para prefeitura um amigo, mas vinculado ao PR, Costa Fernandes, quando o acordo era que um genesista assumisse. Sua aproximação com o PR se deu, principalmente, pela amizade que mantinha com Marcelino Machado, um dos líderes do partido.

Tal crise se ampliou e atingiu o poder judiciário, dividido agora em duas partes, cada uma vinculada a um grupo que disputava o poder do estado. Além disso, as disputas se deram entre o PR e a URM na condução da Assembleia Constituinte do Maranhão. O PR publicou, por meio do Diário Oficial do estado um projeto de Constituição imediatamente questionado pela URM que lançou outra proposta. Como resposta, Aquiles Lisboa passa a demitir uma série de funcionários ligados à URM de Genésio Rêgo. No fundo o embate se dava entre marcelinistas (partidários dos irmãos Machado [ver Irmãos Machado] que se agruparam no PR) e genesistas (URM).

Somada a esta crise, organizam-se no Maranhão a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – formada por parte da classe média e da população pobre da cidade, com o objetivo de combater os grupos oligárquicos que haviam recuperado o governo, mas sem tecer críticas diretas a Aquiles Lisboa – e a Ação Integralista (AI), formada por outra parcela da classe média e uma pequena burguesia.

Em meio a estas disputas a oposição fez aprovar sua constituição à revelia do Governo, ficando o estado com duas constituições, duas assembleias e dois governadores (Aquiles Lisboa, que já estava no cargo, e Pires da Fonseca, como governador da oposição), devendo o senado ajustar tal situação, decidindo, então, pela permanência de Aquiles Lisboa.

A instabilidade política se manteve e foi tamanha que Vargas interveio enviando um representante para assumir o governo e reinstaurar a estabilidade, Carneiro de Mendonça, sem nomear nenhum partidário de Genésio Rêgo, sendo Aquiles Lisboa destituído do cargo em 1936 após longo processo de Impeachment.

Vimos, então, um pouco do percurso político de Aquiles Lisboa como político no Maranhão. O que podemos entender da sua trajetória? Primeiro, que mesmo não sendo um dos líderes das oligarquias locais, esteve envolvido nas disputas pela sua aproximação com Marcelino Machado, líder dos chamados marcelinistas. Segundo, a política não está isenta de laços de parentesco e amizade que envolvem interesses, pelo contrário, as ações dos indivíduos geralmente estão orientadas por interesses, exemplo da nomeação – uma vez que naquele período não havia eleições para o cargo de prefeito – de Costa Rodrigues à prefeitura de São Luís pela sua relação com o partido que era chefiado pelo amigo de Aquiles Lisboa. Mas, é preciso ter cuidado, apesar de isso ser comum na política não deve ser entendido como o caminho mais ético de fazer política.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30**. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. 2016. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LISBOA, Aquiles de Faria. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lisboa-aquiles-de-faria>.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.



## VAMOS PESQUISAR!

Vimos no verbete acima que houve uma disputa local entre dois grupos políticos e ideológicos no Maranhão, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista (AI). Fale com seu/sua professor (a) e peça auxílio sobre os melhores sites, livros e revistas para encontrar mais informações sobre a ANL e a AI. Depois converse com colegas de turma sobre as informações encontradas e debatam sobre o que defendia cada grupo.

# ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NO MARANHÃO

---

Você sabia que um dos objetivos dos partidos políticos é agregar grupos de pessoas que apresentam objetivos em comum? Além disso, servem para propor ações em comum que têm impactos na sociedade. É muito comum vermos a ação de partidos políticos atuando na Assembleia Legislativa do estado, na Câmara de Vereadores e no Congresso Nacional em regimes democráticos, que tem como uma de suas principais características a liberdade de expressão e o direito de ir e vir. Mas os partidos também podem ser identificados em ditaduras, momento em que os direitos dos sujeitos são retirados. Esse foi o caso da Arena no Brasil e no Maranhão. Nesse sentido, quais os objetivos da Arena? Quais sujeitos fizeram parte desse partido no Maranhão? Como surgiu? Quais os interesses em comum desses sujeitos?

A Arena foi formada no contexto da ditadura Civil-Militar brasileira [ver Ditadura Civil-Militar no maranhão] por meio do Ato Institucional Nº 2 de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos, e do Ato complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965, que destacou as regras para a criação de novos partidos, um da situação e um de oposição (o que ficou conhecido como bipartidarismo), mas sem conter em seu nome o termo “partido”.

Composta principalmente por políticos que migraram da União Democrática Nacional (UDN) [ver União Democrática Nacional (UDN)] e do Partido Social Democrata (PSD) [ver Partido Social Democrático (PSD)], partidos que apoiaram a ditadura brasileira que foi instaurada em 1964. Uma das explicações para os políticos desses partidos migrarem para a Arena, conhecida como partido dos militares, foi a disputa local pelo comando do estado, ou seja, o objetivo que esses partidos tinham em comum era se alinhar ao partido nacional que detinha o poder naquele período para tivessem acesso ao poder local. Além disso, por se tratar de um regime ditatorial, fazer oposição significava tanto correr riscos quanto perder os benefícios que teriam ao se alinharem aos militares. Dentre os seus membros em 1969 destacam-se: José Sarney [ver José Sarney], Alexandre de Colares Moreira, Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana], Emiliano Macieira, Aloízio de Abreu Lobo, René de Matos Bayma, Albérico França Ferreira, Lourenço Tavares da Silva, Luís Carlos Belo Parga, Artur Teixeira de Carvalho, Alfredo Salim Duailibe, Carlos Pinheiro Gasparinho, Nazaré Brandão Paiva, Jospe Duailibe Murad, João Castelo Ribeiro Gonçalves, Carlos Magno Duque Bacelar, Eliézer Moreira Filho, Walbert Edson Muniz, Pedro Manuel da Penha Oliveira, Victor Trovão, Jospe Matias De Souza Neves, Josélio Carvalho Branco, Leônidas Quaresma dos Santos e Vitorino Freire [ver Vitorino Freire]. Tinha diretórios (seção do partido nos estados/municípios) em todos os municípios do Maranhão. No ano de 1969 a Arena estava presente em 113 prefeituras e tinha 30 deputados estaduais eleitos e vereadores em São Luís.

Mesmo aparentemente tendo um objetivo em comum, o comando do estado, convivia como uma constante divisão interna, fruto das disputas entre dois políticos locais: a Arena que apoiava José Sarney e a Arena que apoiava Vitorino Freire, líderes políticos locais que eram opositores entre si.

Considera-se que a Arena reuniu, principalmente, os políticos que se vinculavam ao modo de fazer política oligárquico, seja da oligarquia decaída (vitorinismo) seja da que estava se organizando (sarneísmo). A Arena foi extinta em 1979 com o fim do bipartidarismo.



## REFERÊNCIAS

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.  
MORAES, Paulo Leandro da Costa. **O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”**: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966). 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

# ASSIS CHATEUBRIAND (FRANCISCO DE ASSIS CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO)

Fonte: <https://99empreendedores.com.br/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo/>



Você já deve ter ouvido falar em um importante jornal de circulação no Maranhão, a partir do século XX, chamado “O Imparcial” [ver Jornal O Imparcial], atualmente disponível também online. Seu proprietário, a partir de 1944, foi Assis Chateaubriand, um grande empresário do ramo das comunicações e político paraibano com grande influência na dinâmica política nacional, mas também no Maranhão. Por ter sido um empresário e um funcionário do Estado, você consegue imaginar de que forma atuou na política?

Chateaubriand nasceu na Paraíba em 1892, estudou na Faculdade de Direito de Recife entre 1908 e 1913 – universidade que também foi professor após finalizar o curso – enquanto exercia funções de jornalista nos jornais da cidade.

Em 1917 mudou-se para o Rio de Janeiro para atuar como advogado em empresas locais, momento em que também foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, sem deixar de lado a atuação como redator em jornais.

Foi no Rio de Janeiro que, em 1924, adquiriu seu primeiro jornal, intitulado “O Jornal”. No mesmo ano comprou o “Jornal da Noite” que circulava em São Paulo; a partir de então fundaria novos jornais e compraria outros fundando a rede de comunicação Diários Associados.

No campo político, participou da estruturação da Revolução de 1930 (ou golpe de 1930) [ver Revolução de 1930 no Maranhão] e entre aproximações e distanciamentos em relação a Getúlio Vargas aceitou o Estado Novo até seu momento de crise, quando passou a defender o retorno à democracia em 1945 se posicionando favoravelmente à candidatura, e posterior governo, de Eurico Gaspar Dutra. Entre os anos de 1930 e 1945 continuou ampliando sua rede empresarial na área das comunicações, mas também comprou fazendas para produção de café e algodão em São Paulo, mas o grande salto da sua empresa se deu entre 1949 e 1950 quando fundou a primeira estação de TV do Brasil, a TV Tupi.

Retornando ao tema da política, destaca-se que em 1950 volta a apoiar Vargas, mas novo distanciamento acontece quando o presidente lança o projeto para exploração de petróleo a partir de uma ideia nacionalista, isto é, os capitais deveriam ser nacionais para implementação da Petrobrás, em 1953, enquanto Chateaubriand defendia a abertura ao capital estrangeiro.

Em 1952 foi senador pela Paraíba e em 1955 pelo Maranhão, cargo que renunciou em 1957 para ser embaixador do Brasil na Inglaterra a pedido do então presidente da república, Juscelino Kubitschek (JK). Um fato interessante é que sua eleição para senador do Maranhão teve influência direta de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], importante figura política local que construiu uma poderosa rede oligárquica no estado. Historiadores apontam que seu cargo como senador no Maranhão se deu por uma estratégia de Vitorino que garantiu a renúncia do senador eleito Antonio Bayma, possibilitando a vacância do cargo para que Chateaubriand fosse eleito, pois era uma figura política importante para a candidatura de JK e havia perdido a eleição para senador na Paraíba em 1955.

Passado o governo de JK, agora o apoio era dado a João Goulart no início de seu governo, mas a partir das propostas das reformas de base acabou se afastando do presidente e apoiando o golpe que levou os militares ao poder em 1964. No que diz respeito ao governo local, apoiou intensamente José Sarney [ver José Sarney] como governador do Maranhão por meio das publicações no Jornal O Imparcial em que exaltava as ações do político. Em 1965 teve complicações no coração, vindo a falecer em 1968.

Mas o que pode ser compreendido a partir da trajetória de Assis Chateaubriand? Primeiro, percebe-se que sua trajetória como político possibilitou realizar articulações políticas que o beneficiaram na troca de favores. Segundo, por ser um empresário do ramo das comunicações utilizou essa ferramenta como forma de tornar nacional suas próprias concepções econômicas e políticas, promovendo alguns políticos e desfavorecendo outros, uma vez que naquele período o jornal era a principal forma de divulgar notícias. Isto é, sua posição como empresário o fez levar para os cargos políticos seu próprio posicionamento a respeito da economia, como integrante da classe burguesa. Terceiro, no que diz respeito ao Maranhão, sua vinculação com Vitorino Freire (na década de 1950) e com José Sarney (principalmente na década de 1960) demonstra seu apoio às oligarquias [ver oligarquia] no estado.



## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Drielle Souza. **Jornal O Imparcial**: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966). Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

CHATEAUBRIAND, Assis. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2013.

# ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO (ACM)

Ao caminhar pelo centro histórico de São Luís, chegando na Dom Praça Pedro II você encontra as sedes dos governos estadual e municipal, além da igreja da Sé, conjunto arquitetônico que representa poder (seja religioso, seja político) localizado estrategicamente no segundo ponto mais alto da cidade. Na praça ao lado, Benedito Leite, está localizado o prédio da Associação Comercial do Maranhão (ACM), um símbolo também de poder, neste caso econômico. Mas já parou para pensar que poder econômico também pode significar poder político?

A ACM é uma das principais representantes da classe empresarial no Maranhão, sua fundação tem origem no século XIX, mais exatamente em 1854 quando houve uma eleição para organizar uma comissão de representantes da classe burguesa comercial que recebeu o nome “Comissão da Praça”, nome que foi mantido até 1878, quando passou a se chamar Associação Comercial do Maranhão. Por ser uma instituição de organização e representação dos interesses dos grandes comerciantes locais vem atuando desde o início do século XX na dinâmica político-econômica do Estado.

Entre a década de 1920 e a primeira metade da década de 1930 esteve em constante atrito com os grupos oligárquicos que conduziam a política local, bem como com alguns interventores federais [ver interventoria], a exemplo de Seroa da Mota (1931-1933) – que procurou se desvincular da influência de grupos locais, trazendo consigo os principais agentes de sua gestão –, mas foi privilegiada pela estreita relação com os órgãos de decisão federais e com as instâncias estaduais que tinham poder de decisão, mas não estavam vinculadas à oligarquia.

Atuou na década de 1930 em defesa do fim do governo provisório de Vargas, além de se posicionar contrária à política orçamentária do estado que, durante a interventoria de Antônio Martins de Almeida (1933-1935) [ver Antônio Martins de Almeida], alterou o cálculo dos impostos, levando os comerciantes a terem seus lucros reduzidos.

Como consequência desse posicionamento teve sua sede interdita e alguns de seus diretores presos, mas o fim do embate com o interventor foi favorável a ACM, uma vez que teve apoio do governo federal. Por ter sua ação limitada, ao não ter acesso às decisões dos interventores, a ACM se posicionou favorável à “reconstitucionalização” do Brasil, criando, inclusive um partido para concorrer às eleições de 1934, a Associação Comercial Trabalhista (ACT), apoiando, então, o governador do Maranhão Aquiles Lisboa entre 1935 e 1936. Foi neste cenário que, no final da década de 1930, a associação se aproximou de Paulo Ramos [ver Paulo Ramos], interventor entre os anos de 1937 e 1945, que ao assumir o comando estadual criou a Câmara de Expansão do Comércio do Maranhão (CECM) a fim de consolidar sua relação com a ACM. Estava atingida a paz entre a associação e o governo local tão buscada por esta instituição no início do século XX.


Após 1945 a ACM continuou atuando nos cenários político e econômico local, mas de forma menos agitada do que na primeira metade do século, realizando estudos, organizando projetos e fazendo sugestões de medidas a serem tomadas para o crescimento da economia local. Percebe-se, então, que sua função principal é a defesa dos interesses da burguesia comercial maranhense, muitas vezes tentando inserir estes interesses nas instituições do estado por meio de sua influência junto aos representantes do poder público.






## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30**. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2013.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos**. São Luís: Ed. do Autor, 2021.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1896-1934)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

Fontes: <https://www.patrimoniosmaranhao.net/2018/10/16/hotel-central/>  
<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/o-hotel-central-esta-entregue-as-tracas-afirmam-comerciantes/>



## VOCÊ SABIA?



Você sabia que no prédio da ACM já funcionou um hotel? No início dos anos 1940 foi construído o Palácio do Comércio para que pudesse abrigar a ACM, um museu e o Hotel Central. A ideia era movimentar o comércio local a partir de uma construção moderna e dar conforto a autoridades em visita ao estado, bem como a artistas e grandes personalidades. Além disso, passou a ser ponto de encontro de elite local por contar com um luxuoso restaurante e ao promover festas em seu salão.

(Fontes: <https://www.patrimoniosmaranhao.net/2018/10/16/hotel-central/>  
<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/o-hotel-central-esta-entregue-as-tracas-afirmam-comerciantes/>)

# ASTOLFO SERRA

## (ASTOLFO DE BARROS SERRA)



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Astolfo\\_Serra](https://pt.wikipedia.org/wiki/Astolfo_Serra)

É muito comum associar a vida de sacerdote à reclusão e à função de disseminar a ideologia cristã. Mas em 22 de maio de 1900, nasceu na cidade de Viana aquele que seria um dos padres que fugiria inteiramente de uma trajetória reclusa, Astolfo de Barros Serra. Foi ordenado padre em 1925, tendo sido direcionado a conduzir a paróquia da cidade de Mirador. Logo no início do sacerdócio sentiu-se atraído pela Coluna Prestes, apoiando o movimento tenentista, o que resultou na sua transferência da cidade de Mirador para Timon. Em 1927 torna-se parceiro do jornal O Combate, de propriedade dos marcelinistas. Passou a defender a Aliança Liberal em 1929, liderada por Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que era diretor da Junta Comercial do Maranhão.

Participou do movimento revolucionário de 1930 [ver Revolução de 1930 no Maranhão] o que levou a sua nomeação como interventor [ver Interventorias] do Maranhão entre janeiro e agosto de 1931.

Logo no início de sua interventoria se aproximou ainda mais do grupo político liderado por Marcelino Machado e seu irmão Lino Machado (marcelinistas) [ver Irmãos Machado], o que levou a seu rompimento com Reis Perdigão [ver Reis Perdigão] que o tinha nomeado interventor, rompendo com este grupo dois anos depois. Buscou também estabelecer aliança com a Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão] a fim de obter apoio dos empresários locais. Percebe-se, portanto, a tentativa de se fortalecer por meio das duas instâncias que sustentam um governo a política e a economia.

Entretanto, mesmo com as estratégias acima destacadas, sua gestão como interventor teve alguns problemas: não planejou o orçamento do estado; envolveu-se em escândalo na cidade de Balsas, acusado de sedução; realizou a reforma do poder judiciário, o que desagradou a muitos de seus membros; sofreu ataques constantes de Reis Perdigão que se configurou como principal político local do período.

Os jornais locais então passaram a se posicionar contra o então interventor, levando o debate a público, ampliando o número de pessoas que conheciam os problemas da administração de Astolfo Serra, inclusive acerca da acusação de sedução ocorrida em Balsas, com a publicação de telegrama de uma mulher que dizia ser mãe de um filho seu. Apesar dos escândalos envolvendo seu nome foi candidato à Assembleia Nacional Constituinte em 1933, sem obter vitória.

Com a implementação do Estado Novo (1937) foi morar no Rio de Janeiro onde foi diretor do Departamento de Turismo e Publicidade da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1942. Com o fim do regime autoritário de Vargas, foi diretor do Departamento Nacional do Trabalho e presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1946, presidente da Comissão de Enquadramento Sindical, no mesmo ministério, e membro da Comissão Permanente de Direito Social, em 1947. Em 1949 foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), presidindo-o em 1964.

Além das atividades políticas, foi fundador do Jornal Notícias (1932-1934). Membro do Instituto Histórico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Faleceu em fevereiro de 1978.

Da sua trajetória pode-se entender, portanto, que sujeitos históricos diversos compuseram a conjuntura política maranhense da década de 1930. Isto pode ser percebido pelo fato de um padre se lançar na política, estabelecendo relações com os grupos dominantes políticos e econômicos, demonstrando que mesmo o sacerdócio não impede que os interesses dos sujeitos, para além de sua vida religiosa, se mesquem ao exercício do poder político.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SERRA, Astolfo. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astolfo-serra>



Banco do Estado do Maranhão (BEM)  
Bandeira Tribuzi (José Tribuzi Pinheiro Gomes)

## BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO (BEM)

Você sabia que o Maranhão já teve um banco próprio e que através dele os funcionários públicos, aposentados e pensionistas recebiam seu pagamento? Atualmente as agências que realizam essa atividade no estado são principalmente o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco. O Banco do Estado do Maranhão (BEM) foi criado em 1939, durante o governo de Paulo Ramos [ver Paulo Ramos], e durante muito tempo foi a principal agência financeira do Estado.

O objetivo inicial do banco foi promover empréstimos aos grandes proprietários de fazendas e aos grandes comerciantes maranhenses representados pela Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão (ACM)], a partir de uma série de reformas na contabilidade do estado. Durante o governo estadual de José Sarney [ver José Sarney] foi uma instituição importante para o projeto de desenvolvimento econômico, tanto por meio de parcerias com o Banco Nacional de Habitação (BNH) como de forma direta investindo na agricultura e na pecuária e fornecendo empréstimos.

A partir de uma reforma do aparelho do Estado, promovida inicialmente na década de 1990 e se estendendo até o início dos anos 2000, teve seu processo de privatização iniciado em 2002 (durante o governo de Roseana Sarney [ver Roseana Sarney]) e finalizado em 10 de fevereiro de 2004 (durante o governo de José Reinaldo Tavares [ver José Reinaldo Tavares]), sendo vendido ao Banco Bradesco.



### REFERÊNCIAS

BELO, Werbeth Serejo. **UMA PERSPECTIVA “IMPARCIAL” DO “MILAGRE ECONÔMICO”**: construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

# BANDEIRA TRIBUZI

## (JOSÉ TRIBUZI PINHEIRO GOMES)

---



Fonte: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/2009/05/23/bandeira-tribuzi-2-fevereiro-1927-8-setem-bro-1977/>

Você certamente já passou pela ponte Bandeira Tribuzi que está localizada no centro da cidade, ligando o bairro do Jaracaty ao bairro da Camboa. Essa ponte foi construída em 1980 e recebeu o nome de um escritor, economista e político maranhense. José Tribuzi Pinheiro Gomes, mais conhecido como Bandeira Tribuzi, nasceu em São Luís em 2 de fevereiro de 1927. Filho de português, teve sua formação toda na terra natal do pai, indo para Portugal em 1932 e retornando para o Maranhão em 1946, quando se formou em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Coimbra. Jornalista, poeta, cronista e economista, considerado um dos principais líderes da chamada geração de 1945 [ver Geração de 1945].

Publicou em 1947 seu primeiro livro intitulado “Alguma Existência”. Em 1950 publica “Rosa da Esperança” e em 1951 “Guerra e Paz”. Vinculava-se aos ideais esquerdistas, com base em sua formação humanista e marxista, o que o aproximou de outro político local, Neiva Moreira [ver Neiva Moreira]. Filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP) [ver Partido Social Progressista (PSP)] em 1950, mas estabelecendo diálogo com o Partido Comunista do Maranhão, principalmente com Maria Aragão [ver Maria Aragão].

Jornalista, poeta, cronista e economista, considerado um dos principais líderes da chamada geração de 1945 [ver Geração de 1945]. Publicou em 1947 seu primeiro livro intitulado “Alguma Existência”. Em 1950 publica “Rosa da Esperança” e em 1951 “Guerra e Paz”. Vinculava-se aos ideais esquerdistas, com base em sua formação humanista e marxista, o que o aproximou de outro político local, Neiva Moreira [ver Neiva Moreira]. Filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP) [ver Partido Social Progressista (PSP)] em 1950, mas estabelecendo diálogo com o Partido Comunista do Maranhão, principalmente com Maria Aragão [ver Maria Aragão].

Em 1951 foi para o Rio de Janeiro e trabalhou no jornal Tribuna da Imprensa. Organizou a Frente de Mobilização Popular (FMP) no Maranhão em 1963, instituição que se propôs a coordenar as reivindicações pelas Reformas de Base. Em 1964 foi preso pela ditadura civil-militar [ver ditadura civil-militar no Maranhão]. Perdeu seus direitos políticos, e foi demitido do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), onde iniciou seus trabalhos de economista em 1958. Depois de solto passou a escrever no jornal do dia (1965) [ver Jornal do Dia/O Estado do Maranhão], ainda de propriedade de Clodomir Millet [ver Clodomir Millet], assinando seus artigos com o nome de Leucipo Teixeira.

Foi consultor do Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento (GTAP), posteriormente Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão [ver GTAP/Sudema], criado durante o governo de José Sarney, contribuindo na elaboração do Plano Quadrienal de Desenvolvimento do Maranhão (1967) e coordenando o I Plano de Governo do Maranhão (1968-1969), pois não podia ser integrado ao órgão por ser identificado pelos militares como comunista. A sua trajetória na Sudema foi marcada pela disputa em torno do projeto de desenvolvimento econômico para o Maranhão, uma vez que defendia a industrialização enquanto Gabriel Passajou, outro membro do GTAP/Sudema, defendia um projeto agropecuário, sendo caracterizado como “bovinocrata”.

A partir dessa trajetória você pode se perguntar: como um político que se identificava com as esquerdas se aproximou de um sujeito que formou uma oligarquia? Em primeiro lugar é preciso entender que sua aproximação efetiva com José Sarney [ver José Sarney] na política se deu nas eleições de 1965 contra Renato Archer [ver Renato Archer], candidato apoiado por Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] que era o líder da oligarquia que dominou o estado entre 1945 e 1965, mas antes disso já tinha afinidades literárias com José Sarney, principalmente quando Bandeira Tribuzi se afastou do Centro Cultural Gonçalves Dias, fundando revistas literárias e convidando Sarney para acompanhá-lo.

Em segundo lugar, naquele período Sarney se apresentou como opositorista, candidato das Oposições Coligadas [ver Oposições Coligadas], ou seja, ainda não havia se constituído como líder oligárquico. Mesmo assim outra questão pode surgir: mas na GTAP/Sudema não foi possível perceber o posicionamento de Sarney? Sim. E nesse grupo fez oposição a Sarney e Gabriel Passajou como vimos acima. A sua proposta se vinculava a uma parte do pensamento marxista que acreditava que a Revolução só seria possível depois que todos os estágios do capitalismo estivessem superados, sendo um deles a industrialização. Além disso, se posicionava no sentido de minimizar as mazelas da população, pois junto com a industrialização defendia melhores condições de vida à população.

Além do que foi apresentado acima foi colaborador do Jornal do Povo [ver Jornal do Povo], importante veículo de oposição a Vitorino Freire, que foi incendiado em 1964, ano do golpe Civil-Militar. Diretor do Jornal do Dia, depois que foi comprado por José Sarney em 1968, e transformado em O Estado do Maranhão em 1973. Professor da Faculdade de Economia do Maranhão entre 1960 e 1970. Faleceu em 1977.



## REFERÊNCIAS

- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.
- PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida?** Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.



## VOCÊ SABIA?



Fonte: todoestudo.com.br



Você deve ter percebido que o nome pelo qual era conhecido o sujeito histórico sobre o qual leu não era o seu nome real, mas por que, então, Bandeira Tribuzi? Bandeira Tribuzi era um admirador dos mais conhecidos poetas vinculado ao movimento modernista no Brasil: Manuel Bandeira. A incorporação do termo “Bandeira” ao seu nome foi uma homenagem a um de seus escritores favoritos. Consulte seu/sua professor(a) de Português para entender um pouco mais sobre o modernismo.



Cafeteira (Epitácio Afonso Pereira) ●  
Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) ●  
Clodomir Cardoso (Clodomir Serra Serrão Cardoso) ●  
Clodomir Teixeira Millet ●  
Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) ●

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/131905/biografia>



## CAFETEIRA (EPITÁCIO AFONSO PEREIRA)

Você já teve ouvido em casa que a política é cheia de escândalos e que os políticos vivem de troca de interesses constantes. A trajetória do político que você vai ler agora perpassa por essas duas características. Epitácio Afonso Pereira, conhecido como Epitácio Cafeteira, ou simplesmente Cafeteira, nasceu em João Pessoa, Paraíba, em 27 de junho de 1924. Formou-se em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Maceió em 1960. Foi funcionário do Banco do Brasil.

A sua trajetória política se iniciou como deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), originalmente suplente, por meio das eleições de 1962. Foi o responsável por elaborar a emenda à constituição de 1946, em 1963, que possibilitou que os prefeitos fossem eleitos e não mais indicados pelos governadores.

Prefeito de São Luís entre 1965 e 1969, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) [ver MDB], sendo uma das principais lideranças no partido. Em 1966 sofreu forte pressão dos vereadores por não ter prestado contas do primeiro ano de seu mandato como prefeito, quase sendo deposto do cargo, mas esse episódio fez com que José Sarney [ver José Sarney] se afastasse dele.

Foi Deputado Federal entre 1974 e 1985. Em 1979 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com o fim do bipartidarismo, sendo presidente do diretório regional (seção do partido nos estados/municípios) desse partido em 1983. Na definição da chapa que concorreria às eleições indiretas para presidência da República, Sarney foi definido como vice de Tancredo, mas havia forte resistência por uma parte dos políticos daquele partido, posicionando-se Cafeteira a favor de Sarney, o que os reaproximou. Rompeu com o PMDB pela disputa interna em torno do candidato para as eleições municipais de 1985, filiando-se ao PDT e apoiando Jackson Lago (PDT) [ver Jackson Lago] que foi secretário de saúde no seu mandato de prefeito da capital.

Governador do Maranhão entre 1987 e 1990, após seu retorno ao PMDB, eleito por uma frente partidária que se organizou contra a candidatura de João Castelo (PDS) [ver João Castelo]. Nesta eleição teve o apoio da família Sarney que mobilizou sua rede de comunicação para promover a imagem de Cafeteira e suas relações políticas para ampliar seu apoio político. Nos últimos anos do seu governo o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) [ver Centro de Lançamento de Alcântara] iniciou suas atividades experimentais através da Operação Pioneira (11/12/1989).

Elegeu-se senador em 1990 e candidato ao governo do Maranhão em 1994 pelo Partido Progressista Reformador (PPR), migrando em 1995 para o Partido Progressista Brasileiro (PPB) na coligação “União pelo Maranhão” (PPR, PSB, PSDB), tendo como principal oponente Roseana Sarney [ver Roseana Sarney], eleita governadora. Durante essas eleições vieram à tona dois escândalos envolvendo seu nome: a “Operação Granville” e o “Caso Reis Pacheco”.

O primeiro escândalo se refere ao transporte de Cr\$ 170 milhões em 1990 da cidade de São Luís para o Rio de Janeiro. O valor foi transportado pela empresa Norsegel Vigilância e Transporte de Valores, recolhido no apartamento de Cafeteira, e recebido no Rio de Janeiro pela empresa Minasforte. A acusação era que aquele valor era desvio de dinheiro público. O segundo escândalo diz respeito à participação de Cafeteira no desaparecimento do mecânico José Raimundo Reis Pacheco em 1988. Reis Pacheco atropelou o sogro de Cafeteira, Hilton Rodrigues, em 1987, que faleceu em seguida. Desse modo, o homicídio de Reis Pacheco teria sido motivado pela vingança à morte do sogro. Como não foi comprovada sua relação com o caso não foi preso.

Em 1998 candidatou-se novamente ao governo do Maranhão pelo PPB na coligação “Frente ética pela liberdade do Maranhão” (PPR, PPB, PDT, PMN, PRN, PSB, PSDB, PT do B, PSL), sendo vencido pela candidata do PFL, Roseana Sarney, que se reelegeu. Em 2002 foi candidato ao senado pelo PDT, mas sua vitória se deu na candidatura de 2006. Deixou o senado em 2015, vindo a falecer em 2018.



## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.
- BARBOSA, Z. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Lutas Sociais, n. 9/10, p. 19-26, 2004.
- CAFETEIRA, Epitácio. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epitacio-afonso-pereira>
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. 2006. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- GUILHON; Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. “E porque muitos juraram para trair...”. São Luís: Eduema, 2015.

# CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA)

---

A cidade de Alcântara é conhecida pelas suas famosas ruínas e demais prédios históricos, bem como pela ancestralidade e pela cultura local. Mas, em meio a esse ambiente carregado de História e de memória foi implantado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Você já ouviu falar do CLA? Se a resposta for positiva, você saberia dizer a razão da sua implantação ter sido na cidade de Alcântara? O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é um projeto nacional cuja ideia central é que seja um espaço científico para envio de foguetes para coletar informações espaciais.

O processo de sua instalação se inicia em 1980 com aprovação do decreto nº 7820/80 que aponta como terras de utilidade pública o espaço da construção do CLA. Em 1982 foi organizado o Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e em 1983 ocorreu sua inauguração a partir do decreto nº 88136. Sua estrutura pode ser entendida em três partes: o centro espacial, o setor de coleta e tratamento de dados e a plataforma de lançamento. Por mais que tenha sido inaugurado em 1983 somente seis anos depois, 1989, iniciaria efetivamente suas atividades com o lançamento de 17 foguetes ao longo do ano.

A escolha da cidade de Alcântara para abrigar o CLA foi justificada, principalmente, pela economia de combustível por estar somente a 3º da linha do Equador e por sua posição estratégico-militar. Desse modo, o centro de lançamento está diretamente vinculado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) que é subordinado ao Ministério da Defesa.

Percebe-se, então, que é um importante instrumento para o desenvolvimento de pesquisas espaciais e movimenta a economia da sua área de atuação. Entretanto, você saberia explicar sobre as consequências da instalação desse centro de lançamento? Consegue imaginar os possíveis impactos para a região?

A primeira consequência pode ser percebida ainda em 1986 quando os moradores da área que foi decretada como de utilidade pública foram deslocados para agrovilas criadas pelo governo para abrigar essa população que recebeu uma pequena indenização pela área que habitavam. Estudos apontam várias insatisfações dos moradores que tiveram sua dinâmica local completamente alterada, pois as agrovilas não levaram em consideração a organização dessas famílias deslocadas, marcadas por sua ancestralidade quilombola e por um tipo de organização econômica baseada na pesca e na coleta de mariscos, além da agricultura familiar. Outra consequência é o perigo na região circunvizinha, também para o turismo local, a exemplo da explosão ocorrida em 22 de agosto de 2003 que matou 21 trabalhadores do centro. Outro aspecto relacionado ao perigo dessas atividades na região são as constantes negociações com os Estados Unidos para a administração do centro de lançamento que exigem como critério o sigilo das operações realizadas, o que torna a região vulnerável, uma vez que podem usá-lo para fins militares.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Tacilvan Silva. **A PESCA E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**: saberes e conflitos sociais. Dissertação de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CRUZ, Rogério Luiz Veríssimo; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra; SOARES, Matheus Augusto. **O Centro de Lançamento de Alcântara**: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A Festa Inacabada**: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2006.

## CLODOMIR CARDOSO (CLODOMIR SERRA SERRÃO CARDOSO)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/130319/biografia>



Você sabia que a luz elétrica e os bondes elétricos foram inaugurados em São Luís em 1924? Até então a iluminação era principalmente feita com lamparinas e velas e os bondes eram puxados por animais. As classes dominantes locais eram as que mais pressionavam para que houvesse instalação elétrica na cidade, principalmente, para o bom andamento dos seus negócios. Não por acaso foi um empresário quem fez o primeiro movimento de instalação da eletricidade em São Luís em 1918: Clodomir Cardoso. Vejamos um pouco da sua trajetória. Fazia oposição a um dos principais oligarcas do Maranhão no início do século XX: Benedito Leite. Foi líder do Partido Republicano Federal (PRF), por meio do qual foi eleito deputado estadual nas eleições de 1906.

Foi secretário da Fazenda em 1914 (governo de Herculano Parga). Foi prefeito de São Luís entre 1916 e 1918, período em que iniciou as negociações para a instalação elétrica da capital que não ocorreu no ano em que o contrato foi assinado, por uma série de dificuldades pelas quais as empresas contratadas passaram, sendo instalada a eletricidade de fato em 1924.

Deputado federal eleito em 1925 e reeleito em 1927 e 1930, tendo apoiado nesta última eleição o PR governista [ver Partido Republicano (PR)] de Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida]. Senador eleito em 1935 pela União Republicana Maranhense (URM) [ver URM], mas não conseguiu finalizar este mandato por conta do golpe de Estado dado por Vargas em 1937.

Esteve afastado do cenário político maranhense durante a interventoria de Paulo Ramos (1937-1945) [ver Paulo Ramos], tornando-se interventor do Maranhão (entre março e novembro de 1945) após a renúncia de Ramos, a partir das negociações realizadas por Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] junto a seu amigo, o então presidente Eurico Gaspar Dutra.

Fundou, dessa forma, o Partido Social Democrático (PSD) juntamente com Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Vitorino Freire em 1945, sendo senador por este partido, com quem romperia depois (1949), posicionando-se contrário ao candidato vitorinista, Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], nas eleições de 1950, participando, portanto, da Greve de 1951 [ver Greve de 51] contra a posse de Eugênio de Barros.

Esteve ao lado de Genésio Rêgo na disputa pelo PSD com Vitorino Freire após o rompimento, não chegando a ver a retomada do partido por Vitorino Freire em 1954, pois faleceu em 1953.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

# CLODOMIR TEIXEIRA MILLET

---

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/131905/biografia>



Ao passar pelo bairro do Calhau, em São Luís, você já reparou no prédio que funciona a Secretaria de Estado da Administração (SEAD)? O nome desse edifício é Clodomir Millet e fica localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque. Mas por que um prédio com o nome desse indivíduo? Ele foi alguém importante para a História Local? Clodomir Millet nasceu em Codó no dia 07 de agosto de 1913, foi para Salvador estudar medicina na década de 1930, retornando em 1937 para São Luís, quando abriu uma clínica e começou a exercer sua profissão. Ao passar pelo bairro do Calhau, em São Luís, você já reparou no prédio que funciona a Secretaria de Estado da Administração (SEAD)? O nome desse edifício é Clodomir Millet e fica localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque.

Mas por que um prédio com o nome desse indivíduo? Ele foi alguém importante para a História Local? Clodomir Millet nasceu em Codó no dia 07 de agosto de 1913, foi para Salvador estudar medicina na década de 1930, retornando em 1937 para São Luís, quando abriu uma clínica e começou a exercer sua profissão.

Mas o que o tornou figura conhecida foi sua atuação na política a partir de 1945 quando se filiou ao Partido Republicano (PR) [ver PR], conseguindo uma vaga de suplente de deputado federal ao concorrer às eleições por meio das oposições coligadas [ver oposições coligadas], naquele momento formada por seu partido e pela União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN].

Em 1949 foi um dos responsáveis pela fundação do Partido Social Progressista (PSP) no Maranhão [ver PSP], a convite de Adhemar de Barros que organizava uma base de apoio, pois planejava concorrer à Presidência da República. Neste partido era considerado conservador, sendo seu principal pensamento o combate às fraudes eleitorais, enquanto Neiva Moreira [ver Neiva Moreira] era considerado progressista. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pelo PSP, um dos partidos vinculados às Oposições Coligadas [ver Oposições Coligadas] daquele momento que era composta pela UDN, PR, PSP, Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reelegendo-se em 1954. Foi um dos políticos envolvido na greve de 1951 [ver greve de 51], posicionando-se contra a posse de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] que assumiu o governo do estado após o falecimento de Saturnino Belo [ver Saturnino Belo], sendo autor da famosa frase “diplomava-se o candidato com o atestado de óbito do concorrente”. Em 1953 assume a presidência do PSP por conta da reestruturação pela qual o partido passava a partir da ida do deputado José Neiva para o PTB e no seguinte se elegeu deputado federal. Em 1958, assumiu a disciplina de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Maranhão e novamente se elegeu deputado federal pelas oposições coligadas, agora formada pelos partidos PR, UDN e Partido Democrata Cristão (PDC).

A partir de sua trajetória como líder político seu nome foi escolhido pelo PSP para ser candidato a governador em 1960, entretanto perdeu as eleições para Newton Belo (PSD) [ver Newton Belo].

A candidatura de seu concorrente dividiu o grupo oposicionista, pois Newton Belo conseguiu o apoio da UDN, situação que teve como consequência o desentendimento entre Millet e José Sarney [ver José Sarney]. Em 1962, conseguiu a vaga de suplente de deputado federal, assumindo o mandato a partir da substituição do deputado Miguel Bahury que faleceu em um acidente aéreo em 1963. Em 1965, a partir do bipartidarismo instaurado pela ditadura Civil-Militar, Millet filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio à ditadura, pelo qual foi eleito senador em 1966. Participou de várias comissões no senado até o ano de 1973, tendo sido presidente da Comissão de Valorização da Amazônia e vice-presidente da Comissão de Orçamento.

Em 1974, foi novamente pensado como um possível candidato ao governo, sendo apoiado por Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana] e por José Sarney, mas a decisão foi pelo nome de Nunes Freire [ver Nunes Freire] que recebeu apoio de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire]. Esta foi a última vez que se disponibilizou para a vida política. Paralelamente à sua trajetória política pode-se destacar também sua contribuição em jornais locais, como “O Combate” e o “jornal do Povo”, fazendo críticas a Vitorino Freire, seu principal adversário político.

Além disso, foi sócio e diretor do Jornal do Dia, comprado por José Sarney em 1968, com quem teve momentos de aproximação e distanciamento frequentes. Em meio às idas e vindas com Sarney, o último momento entre os dois políticos foi de reconciliação quando Sarney (agora presidente da República) o convida para ser diretor-presidente da empresa estatal Usinas Nacionais de Açúcar, cargo que ocupou até seu falecimento em 1988. No âmbito das atividades empresariais destaca-se que foi diretor da Associação Comercial do Maranhão, foi presidente e diretor industrial da Companhia de Desenvolvimento do Rio Anil, presidente e um dos fundadores da Rio Anil Plásticos. Em resumo, percebe-se que a atuação de Clodomir Millet esteve voltada ao combate à oligarquia [ver oligarquia] de Vitorino Freire, principalmente, pelo combate às fraudes eleitorais, utilizando-se de jornais locais para atingir seus opositores políticos. De forma paralela ao mundo da política se constituiu como importante burguês industrial em São Luís, o que lhe rendeu a indicação para estar à frente de uma empresa estatal nos anos 1980.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís, Edufma, 2006.
- COSTA, Ramon Bezerra; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **As origens do jornal O Estado do Maranhão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, 2008.
- MILLET, Clodomir. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clodomir-teixeira-millet>

# COMPANHIA MARANHENSE DE COLONIZAÇÃO (COMARCO)

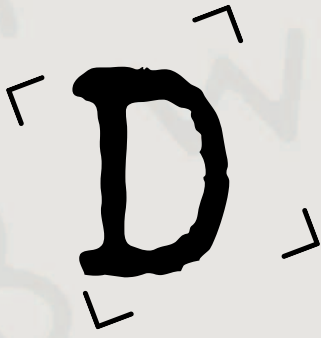
No governo estadual de José Sarney [ver José Sarney] houve uma intensa campanha pelo desenvolvimento econômico que ficou conhecida como “milagre maranhense” [ver milagre maranhense], alinhando-se ao projeto econômico nacional da ditadura Civil-Militar [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão]. Uma das estratégias para pôr em prática essa política foi a reconfiguração da área rural maranhense, uma vez que a economia do estado tinha forte base agrícola e necessitava de maior abertura para que a burguesia agrária pudesse promover novos investimentos na agricultura e na pecuária. A partir disso algumas perguntas podem surgir: Quais as formas de promover essa reconfiguração rural? Quais as consequências da abertura do campo à burguesia agrária para a população rural? Quais as principais agências e sujeitos envolvidos?

A Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) foi uma agência criada pela lei nº 3230 em 06 de dezembro de 1971, durante o governo Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana], com o intuito de realizar a fiscalização e a demarcação de terras de acordo com os preceitos da Lei de Terras [ver Questão agrária no Maranhão] aprovada em 1969. O argumento central era que as terras devolutas fossem incorporadas pela COMARCO para que pudessem ser vendidas aos empresários, o que deu margem para o aumento da grilagem de terras no estado, intensificando o conflito no campo, pois uma série de grandes proprietários surgiam com documentos falsos alegando serem donos das porções de terras. Esse processo promoveu a expulsão de grande população do campo, transformada em trabalhadores urbanos com precárias condições de vida.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo.** Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO.** In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História – UEMA, 2022.
- SILVA, Ilse Gomes. **Transnacionalização e poder político no Maranhão no final do século XX.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas. Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. São Luís, 2005.



## DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO

---

Quando falamos em ditadura imediatamente a entendemos como um regime político em que há violência tanto física quanto psicológica. Mas quando lemos o termo “civil-militar” o que vem à sua mente? Você entende que foi uma ditadura implementada pelos militares e pela sociedade civil? Mas vamos pensar um pouco: se fosse nesse sentido seria uma ditadura? Ou seria um acordo? Para ser uma ditadura precisa ser algo imposto, geralmente com ameaças, com o uso da violência. Se uma sociedade inteira tivesse implementado um regime assim não poderia ser caracterizado como ditadura. Correto? O que foi então a Ditadura Civil-Militar?

A Ditadura Civil-Militar foi um regime político instaurado no Brasil em 1964 a partir de um golpe dado pelos militares junto com uma parte da sociedade civil, os empresários. Por isso alguns historiadores chamam o período de 1964 a 1988 de Ditadura Empresarial-Militar. Foi um período marcado por prisões, sequestros, torturas a todos aqueles que se posicionassem contrários ao regime ditatorial. Foi um período em que as liberdades democráticas foram anuladas e os direitos humanos foram ignorados. Mas é preciso entender também que uma parcela da população precisava ser convencida de que aquele era o melhor para o país naquele momento. Mas por que convencer? Porque um dos argumentos é que havia uma ameaça comunista no país, atribuindo ao comunismo características negativas, quando o que se objetivava era a dominação pelos empresários e pelos militares. De que forma então se buscou esse convencimento? Por duas vias principais: pelos jornais e pelo crescimento econômico. Naquela época os jornais impressos ainda eram o principal meio de comunicação existente, pois grande parte da população ainda não tinha televisão em suas casas. Assim, os jornais divulgavam ações do governo a fim de convencer a população sobre os projetos dos governos ditatoriais. Sobre a economia é necessário entender que crescimento econômico não significa melhoria da qualidade de vida da população, mas somente de uma parte dela: os empresários. Para que haja melhoria da qualidade de vida é necessário redistribuir riqueza, o que não ocorreu ao longo do regime ditatorial. Vimos até aqui, então, algumas das características da ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil. Mas como esse regime se desenrolou no Maranhão?

Os sindicatos ao saberem do movimento de deposição do presidente João Goulart se mobilizaram por meio da Frente de Mobilização Popular e do Pacto dos Trabalhadores, enquanto o governador Newton Belo apoiava o movimento.

Para as eleições presidenciais indiretas votaram a favor dos militares que conduziram o golpe de 1964 José Sarney [ver José Sarney], Sebastião Archer [ver Sebastião Archer], Renato Archer [ver Renato Archer], Matos Carvalho [ver Matos Carvalho], Clodomir Millet [ver Clodomir Millet], dentre outros, tendo votado Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] em Eurico Gaspar Dutra. O primeiro governador do estado a se alinhar ao regime foi José Sarney que assumiu o cargo em 1966, tendo sido eleito em 1965 graças à intervenção dos militares naquelas eleições. Vários políticos que faziam oposição foram presos, tiveram seus mandatos cassados e foram exilados. A repressão foi iniciada no Maranhão já em 4 de abril quando sindicatos e a sede do Partido Comunista foram invadidos a fim de recolher qualquer material considerado subversivo, além de executadas prisões para averiguações como as de Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi] e Maria José Aragão [ver Maria Aragão]. Com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, foi cassado Neiva Moreira [ver Neiva Moreira].

No que diz respeito à economia destaca-se que foi o período dos grandes projetos econômicos, dentre eles o Programa Grande Carajás [ver Projeto/Programa Grande Carajás (PGC)], que tiveram impacto, sobretudo, mas não somente, para a população rural do estado. Além disso, houve a aprovação da lei de terras de 1969 [ver questão agrária no Maranhão], também conhecida como Lei Sarney de Terras ou Lei de Terras Sarney, que possibilitou a venda de grandes lotes de terras a empresários, abrindo o Maranhão para os projetos econômicos, deixando grande parte da população rural sem espaço para a pequena produção agrícola, seu meio de subsistência. Mas como isso foi possível? Os camponeses não reagiram? A luta no campo se intensificou com a tentativa de organização de sindicatos rurais ou a reativação dos que haviam sido proibidos pelo regime, mas a repressão era constante impedindo que os trabalhadores rurais pudessem se organizar de forma efetiva. Um dos principais exemplos é o caso de Manoel da Conceição [ver Manoel da Conceição], líder camponês que em uma de suas várias tentativas de resistir foi baleado na perna, resultando na sua amputação.

Enquanto grande parte da população sofria com a violência, é neste período que a pequena parcela de empresários locais se fortalece, entre eles José Sarney, agora, além de governador, empresário do ramo das comunicações e, também, proprietário de terras (fazenda Manguary). É neste período que se dá a construção do que virá a ser, na década de 1980, o Sistema Mirante de Comunicação, iniciado com a compra do Jornal do Dia por José Sarney em 1968, alterando seu nome para O Estado do Maranhão em 1973. Mas isso não se limitou a ele, mas a outros membros da família. Em 1981 foi dada a Fernando Sarney (filho de José Sarney) a concessão para funcionamento da Rádio Mirante FM. Em 1987 foi inaugurada a TV Mirante, com concessão obtida em 1983, e em 1988, a Rádio Mirante AM.

Podemos perceber então duas formas de afetar a população local durante este regime autoritário no Maranhão: por meio do uso da violência àqueles que se opusessem ao regime; e por meio da economia que trouxe benefícios aos empresários em detrimento dos trabalhadores, principalmente, rurais.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- MONTEIRO, Luma Baia. **O aparelho de coerção da ditadura civil-militar de 1964**: uma análise do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão/DOPS-MA. 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**. In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História – UEMA, 2022.
- RIBEIRO, Jadielson Railson Ferreira. **Hegemonia e Poder**: concessões para veículos de radiodifusão no Maranhão 1978-1990. 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás**: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980). 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2020.

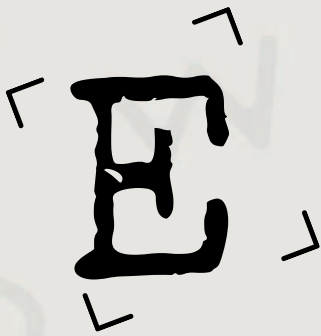


## INDICAÇÃO DE LEITURA



No texto acima estudamos um pouco sobre a ditadura civil-militar no Maranhão. Vamos entender um pouco mais desse período no Maranhão? O dicionário do Historiador Paulo Leandro Moraes apresenta vários verbetes sobre a temática. Para ter acesso ao material clique no link [dicionário da ditadura.pdf](#)





Economia no Maranhão  
Edison Lobão  
Eleições de 1965  
Eugênio de Barros

## ECONOMIA NO MARANHÃO

Você sabia que os primeiros estudos sobre as relações de produção antes de se chamar Economia era chamada de Economia Política? Mas o que se pode entender disso? É preciso ter em mente que política e economia andam juntas, se complementam, uma é a razão de ser da outra. Assim, apesar desse verbete estar direcionado à economia maranhense é preciso sempre lembrar da conjuntura política em que essas características estão inseridas. Quando estudamos a política do Maranhão percebemos que diversos políticos também fazem parte dos diversos grupos burgueses (burguesia agrária, comercial, industrial e financeira) que dominam o estado desde o início do século XX. Esses grupos se reestruturam ao longo do século, ampliando seus investimentos e novos empresários chegam ao estado, alterando o cenário econômico local. Além disso, as relações que se estabelecem na produção econômica têm impactos sociais importantes, por isso é necessário sempre se questionar sobre quem são os mais favorecidos por determinadas atividades econômicas.

### (1930-1950)

Ao longo dos anos 1930 o Maranhão passava por uma crise econômica provocada pela queda das exportações, resultado da crise de 1929. Durante um longo período não houve planejamento econômico no estado, atuando a Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão (ACM)] como principal determinadora das diretrizes econômicas. Ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 o algodão e o arroz eram os principais produtos de exportação da economia maranhense e o babaçu ganhava cada vez mais destaque nesse cenário. Entretanto, a baixa qualidade dos produtos fazia com que as exportações diminuíssem constantemente, somado a isso havia ainda a dificuldade nos transportes das mercadorias, a ausência de planejamento econômico e intensa atuação das oligarquias [ver oligarquias] que favorecia os monopólios.

Nas décadas acima citadas as principais zonas de produção eram o Mearim, Itapecuru, Pindaré e Parnaíba, sendo a região de Itapecuru beneficiada pela estrada de ferro São Luís Teresina, construída em 1921. É importante destacar que nas demais áreas a principal via de transporte de mercadoria eram os rios que banhavam a região – com poucos barcos a vapor, predominando então o barco a vela – pois havia ainda poucas rodovias que favorecessem o transporte de mercadorias, ou que ligassem os centros produtivos à estrada de ferro.

Somente em 1938 foram construídas novas estradas (gestão de Paulo Ramos [ver Paulo Ramos]) a partir da criação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Foi neste período que foi aterrada a região do hoje Campo de Perizes (1942) e o trecho que ligava a região de Itapecuru Mirim até próximo a estiva (1943) com o intuito de ligar a região continental à ilha.

Além da questão dos transportes, havia também a dificuldade em se obter crédito, mesmo aos grandes produtores agrícolas, sendo importante ressaltar a existência de pequenos lotes espalhados por todo o Maranhão que não tinham nenhum incentivo do governo estadual, e sobreviviam tanto de seus roçados – com base na produção de arroz, feijão e mandioca, quando muito de algodão, mas para abastecer o mercado interno de produção de tecidos, além da extração de babaçu – quanto como meeiros, isto é, produziam nas terras dos grandes proprietários dividindo com eles os rendimentos da produção pelo uso da terra.

Havia poucos bancos em funcionamento no Maranhão, sendo predominante, portanto, o crédito por meio das casas de comércio, que extraíam do lucro do comércio uma parcela para funcionar como capital financeiro. Desse modo, a base econômica do Maranhão entre 1930 e 1945 era composta principalmente por grandes proprietários rurais e grandes comerciantes de São Luís que procuraram constantemente se fortalecer politicamente, pois a inserção na política permite a perpetuação dos seus interesses econômicos.

Pode-se perceber, então, que o comércio era a grande base da economia, já que vendiam os produtos agrícolas, obtinham o lucro, desse retiravam uma parte para usar como crédito aos grandes produtores rurais que forneciam novas mercadorias aos comerciantes. Entendendo, então, a necessidade de um banco que pudesse fornecer crédito aos produtores foi criado o Banco do Estado do Maranhão (BEM) [ver Bem] em 1938, com início de funcionamento em 1939.

Assim, como instrumento para conseguirem empréstimos do banco recém-criado os pequenos produtores rurais se organizaram em cooperativas agrícolas, mas sem muito êxito, uma vez que foram priorizados pelo governo os grandes produtores rurais, que muitas vezes também eram grandes comerciantes e que, portanto, tinham grande influência, sobretudo por terem se inserido na política local, chegando alguns deles ao posto de governadores do Maranhão (Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] e Sebastião Archer [ver Sebastião Archer]), demonstrando como a política não está isenta dos interesses daqueles que detêm o poder. Assim, os pequenos produtores rurais continuavam a produzir unicamente para sua subsistência.

Sobre os principais produtos agrícolas do Maranhão na primeira metade do século XX pode-se destacar o arroz e o algodão. No caso do algodão destaca-se que no final da década de 1930 sua produção estava em 6º lugar se comparado com os demais estados do nordeste. Sua produção, e por consequência, sua exportação (que era principalmente para a França), entrou em constante decadência, mesmo que sua produção tivesse como ênfase abastecer o mercado interno, principalmente as indústrias têxteis, localizadas, preponderantemente, em São Luís.

As causas para o declínio foram principalmente a qualidade do algodão que enfrentou a forte concorrência do produzido em São Paulo e a falta de crédito disponível no estado.

O arroz e o algodão são atividades econômicas que sustentaram a economia maranhense desde o período colonial com oscilações em sua produção, por conta de fatores políticos que aconteceram nas principais localidades de sua produção. Na década de 1940 o arroz tinha o Itapecuru e o Mearim como suas principais regiões produtivas, substituindo, progressivamente, o algodão como principal produto desde o final da década de 1930. Além do arroz, a coleta de babaçu e a produção de mandioca – sendo esta fundamentalmente para o consumo interno, a produção de farinha – também substituíram a produção de algodão.

Entretanto, assim como o algodão, o arroz enfrentava o problema da qualidade, mas ainda assim conseguindo se firmar como principal produto no início da década de 1940 – por conta da forte seca que assolou o nordeste do país, uma vez que o Maranhão se encontra em regiões mais úmidas, típicas da região norte – mas enfrentando novamente crise a partir de 1945, momento da recuperação da produção dos demais estados do nordeste. Um dos últimos esforços para a recuperação da produção de arroz se deu em 1959, durante o governo de Mattos Carvalho [ver Matos Carvalho], ao criar o Instituto Maranhense de Arroz.

O babaçu, antes mesmo do arroz, passa a um dos principais gêneros de sustentação da economia maranhense a partir de 1936, especialmente pelo acordo estabelecido entre o Brasil e os EUA em 1935, garantindo, inclusive, o primeiro lugar no Brasil na exportação desse gênero. Isto se explica pelas condições naturais do estado, onde está localizada a maior concentração desta palmeira no Brasil.

Obviamente, isso chamou a atenção de grupos empresariais locais que passam a dominar a extração e a explorar a mão de obra das chamadas quebradeiras de coco do Maranhão, impondo preços e ritmos de trabalho, sob a ameaça de não permitirem mais a coleta em suas propriedades. Além disso, o babaçu passa a principal gênero da economia por sua diversidade produtiva, isto é, o óleo extraído da amêndoa servia para lubrificar as máquinas das indústrias, para a culinária, para a produção de sabão. Além do coco, a casca também podia ser utilizada nas indústrias como carvão.

Duas conjunturas históricas favoreceram também o crescimento do comércio de babaçu no estado: as duas guerras mundiais. A partir da segunda guerra mundial houve um aumento progressivo da exportação para o principal país que vinha estabelecendo relações comerciais com o estado desde os anos 1930, os EUA. Assim, ao final da década de 1930 e início dos anos 1940 foram instaladas três fábricas de extração do óleo do babaçu, promovendo o seu processo de industrialização. Entretanto, predominou o processo de extração artesanal que exigia menos custos aos capitalistas locais.

No centro da industrialização encontravam-se os tecidos, não a produção de óleo. Entre 1935 e 1945 houve um crescimento constante da exportação de tecidos no Maranhão, mas a região norte do país ainda era a compradora principal da produção do estado, já que sua produção não dava conta de abastecer seu mercado interno.

Além disso, o Maranhão se colocava à frente dos demais estados do nordeste pela aproximação com aquela região, já que não havia ainda se desenvolvido no país rodovias suficientes que facilitassem o transporte da mercadoria. Vale destacar que o aumento da indústria têxtil deu sobrevida à produção algodoeira no estado que vivia, já no final da década de 1930, uma crise de exportação. Entretanto, não houve por parte dos industriais o investimento em novas máquinas, considerado como custo que diminuiria sua grande margem de lucro, somado a isso não houve melhorias na qualidade do algodão utilizado. Das fábricas em funcionamento no período em São Luís destacam-se a Fábrica Santa Izabel (canto da Fabril), Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (Madre Deus) e a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (Anil). Em 1957 foi necessária a ida do governador Mattos Carvalho ao Rio de Janeiro acompanhado dos empresários para tratar de assuntos voltados ao financiamento das indústrias têxteis a fim de que não declarassem falência.

### **(1960-2014)**

A década de 1960 foi o momento de reconfiguração da economia maranhense, principalmente pelo processo de colonização da área rural e sua abertura para a instalação de empresas madeireiras e para a criação de gado. Na década de 1970 tem-se o início da implementação dos grandes projetos econômicos, com foco na siderurgia, que se estenderam à década de 1980 e se consolidaram no estado como um dos principais setores de movimentação da economia. Foi o período também da abertura da região sul do Maranhão para latifundiários produtores de soja.

Durante o governo de José Sarney [ver José Sarney] houve um embate sobre qual área da economia deveria ser privilegiada para garantir o desenvolvimento do estado. Havia os que defendiam o investimento na agricultura e na pecuária e os que defendiam um processo de industrialização do estado. No seu plano de governo, com auxílio de membros do GTAP/Sudema [ver GTAP/Sudema], José Sarney decide pelo setor primário, permanecendo o arroz e o babaçu como os principais produtos de exportação, mas com crescentes investimentos do estado na pecuária, a exemplo da cooperação financeira para as empresas: Cia Agro Pastoril do Vale do Mearim, São Bento Agropecuária e Empresa Venesa. Para tanto seria necessário investir em transportes, tornando-se, assim, um dos setores prioritários do I Programa de Governo do Maranhão (1968-1969). A aprovação da Lei de Terras Sarney (lei nº 2979 de 1969) proporcionou a venda de grandes lotes de terras a empresas agropecuárias de várias regiões do país, sobretudo com a criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) [ver Comarco] no governo de Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana], em detrimento dos pequenos produtores rurais do Maranhão.

Nas décadas de 1970 e 1980 tem-se mais modificação no cenário econômico maranhense, uma vez que foi o período de execução dos chamados grandes projetos e da abertura de terras do sul e leste do Maranhão para a produção de soja, com a manutenção da política de colonização, com a vinda dos gaúchos para aquela região, substituindo o arroz como principal produto agrícola do estado. Nesse período a indústria madeireira também se intensifica, articulando-se com os grandes projetos e com o setor agropecuário. É na década de 1980 que é implementado o Projeto/Programa Grande Carajás (PGC) [Ver Projeto/Programa Grande Carajás (PGC)] que tem a extração de minério da Serra dos Carajás (PA) como grande objetivo.

O transporte do minério é realizado através da estrada de ferro carajás em direção ao porto de Ponta da Madeira (porto privado da Vale S.A), por onde o minério é exportado, principalmente para a China. Além disso, o PGC favoreceu o surgimento de empresas siderúrgicas no estado, a exemplo da Margusa (Maranhão Gusa S.A), Cosima (Companhia Siderúrgica do Maranhão) e a Siderurgia Aço Norte S.A. Essa atividade econômica predomina até a atualidade, sendo uma das principais do Maranhão.

Na década de 1990 há o predomínio da agroindústria – com foco na produção da soja transportada pela Estrada de Ferro Carajás e exportada pelos portos do Itaqui [ver Porto do Itaqui] e Ponta da Madeira – e da indústria siderúrgica. Além da permanência da indústria siderúrgica. Nos anos 2000 o Maranhão passa por novas alterações econômicas com a ampliação do cultivo de soja, consolidado pela MATOPIBA – fronteira agrícola de produção de soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – e a consolidação tanto do cultivo do eucalipto que alimenta a indústria de celulose quanto da indústria siderúrgica.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30**. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- NASCIMENTO, Aline Teles; MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. **O MARANHÃO NOS TRILHOS DO AVANÇO?: um estudo das transformações espaço-temporais da indústria maranhense na sociedade capitalista do tempo flexível**. Cadernos de Pesquisa, v. 16, n. 3, 28 Jul 2010.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970**. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**. In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História – UEMA, 2022.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos**. São Luís: Ed. do Autor, 2021.
- SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980)**. 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.
- SULIDADE, Mariana da. **“Terra em transe”: Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970)**. 2014. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

## EDISON LOBÃO

---

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/130937>



Você já deve ter assistido à TV Difusora, canal 4, com sua família. Você sabia que a história desse canal no Maranhão se mistura com a política local? Ela foi fundada em 1962 pelos irmãos Raimundo e Magno Bacelar e por Bernardo de Almeida, deputados estaduais. Passou pelas mãos de Eptácio Cafeteira [ver Cafeteira], até que em 1990 foi vendida à família Lobão, que é sua proprietária até hoje. De imediato se vê a relação entre mídia e política, de modo que os meios de comunicação são importantes instrumentos de convencimento da população sobre os projetos políticos de seus detentores. Vejamos, então, um pouco da trajetória de Edison Lobão.

Edison Lobão nasceu no município de Mirador em 5 de dezembro de 1936. Jornalista de formação, tendo se formado também em direito pela Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Participou da Greve de 1951 contra a posse de Eugênio de Barros.

Em 1962 foi assessor no ministério da Viação e Obras Públicas. Entre 1969 e 1974 foi assessor no ministério dos Transportes. Deputado Federal eleito em 1978 pela Arena [ver Arena], partido de apoio à ditadura civil-militar, sendo reeleito em 1982, com o fim do bipartidarismo, agora pelo Partido Democrático Social (PDS).

Votou contra a emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para a presidência da República. Em 1985 se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL), resultado da divisão do PDS. Elegeu-se senador em 1986. Votou a favor da pena de morte, do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney [ver José Sarney], cuja emenda foi de sua autoria e contra a limitação do direito de propriedade privada.

Foi lançado como candidato ao governo do estado pelo PFL, em substituição ao nome de Sarney Filho que não foi aceito tanto por eleitores quanto pelos aliados que compuseram a coligação para as eleições de 1990, por sua trajetória política ao lado de José Sarney, vencendo as eleições, sendo governador para a gestão entre 1991 e 1994. No que diz respeito a estas eleições o embate se travou principalmente entre Sarney Filho, que se utilizou do sistema mirante de comunicação – de propriedade da família Sarney – para defender Lobão e atacar João Castelo, candidato pelo PDS.

Eleito senador em 1994 pelo PFL e, durante o exercício desse cargo teve seu nome envolvido na lista de devedores do Banco do Brasil por ser sócio da empresa Destilaria Caiman. Reeleito senador em 2002 pelo PFL que, em 2007, tornou-se DEM (Democratas), ano em que Lobão migrou para o PMDB, partido que agrupava a família Sarney, demonstrando seu apoio à oligarquia [ver oligarquia].

Foi ministro de Minas e Energia entre 2008 e 2015. Em 2009 envolveu-se em mais um escândalo, o de receber auxílio moradia enquanto esteve de licença do cargo. Além disso, esteve envolvido em escândalos da família Sarney, a exemplo da acusação contra Fernando Sarney de lavagem de dinheiro e corrupção, que tinha influência na agenda política de Lobão, pautando encontro com empresários, tudo negado por Lobão. Reelegeu-se senador em 2010, sendo investigado da operação lava jato.



## REFERÊNCIAS

CRUZ, Edinílson; CARNEIRO, Alan; GOMES, Marcia. **LOBÃO**, Édison. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lobao-edison>

FIGUEIREDO, Marcos Arruda Valente de. **TV Difusora**: a política na história da televisão no estado do Maranhão - 1962 a 1991. 2016. Tese de Doutorado em Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Maranhão, Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. 2006. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

## ELEIÇÕES DE 1965

No Maranhão, ao longo do século XX, ocorreram diversas eleições. Por que lermos especificamente sobre as eleições de 1965? O que esta eleição tem de singular em relação às demais? Vamos lá! O primeiro exercício que se deve fazer é pensar o que estava ocorrendo no país. Em 1964 foi dado o golpe que instaurou a ditadura civil-militar [ver ditadura civil-militar no Maranhão] e estabeleceu um longo período (1964-1988) sem democracia no país. A partir disso já se percebe uma alteração na dinâmica política. Mas e no Maranhão? O Maranhão vinha de um grande período de dominação da oligarquia [ver oligarquia] de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] que ficou conhecido como vitorinismo (1945-1965). E justamente aí reside a singularidade dessas eleições. Vamos entender um pouco desse episódio histórico.

Duas figuras haviam despontado no cenário político maranhense Renato Archer [ver Renato Archer] e José Sarney [ver José Sarney]. Na bancada do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] o líder do partido na câmara era o deputado José Burnett.

O que gerou descontentamentos entre alguns membros do partido, dentre eles Cid Carvalho – que era o presidente do partido da câmara no momento da indicação do nome de José Burnett em 1963, após o plebiscito que retornou o país ao regime presidencialista – lançou então o nome de Ivar Saldanha como líder do partido na câmara, mas eleito como vice-líder. Essa disputa interna resultou na saída de Cid Carvalho e seus apoiadores do PSD, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Agora inseridos nas oposições a ideia dos que haviam saído do PSD era lançar o nome de Cid Carvalho como candidato ao governo do estado em 1965. No entanto, esbarraram em José Sarney que também pretendia se lançar como candidato pelas Oposições Coligadas [ver Oposições Coligadas]. Assim, ainda em 1963, Sarney lançou-se como candidato ao governo do estado, distribuindo, inclusive, programa de governo faltando dois anos para as eleições.

Enquanto isso havia uma disputa interna no PSD acerca do nome que seria lançado pelo partido. Renato Archer ganhava visibilidade e era o nome escolhido pelo então governador do Maranhão, Newton Belo [ver Newton Belo], mas sofreu forte resistência de Vitorino Freire. Ao final de 1963 os nomes sugeridos pelos partidos para candidatos às eleições de 1965 eram: José Sarney (União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN]), Renato Archer (PSD), Neiva Moreira [ver Neiva Moreira] (Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP]) e Cid Carvalho (PTB).

Agora inseridos nas oposições a ideia dos que haviam saído do PSD era lançar o nome de Cid Carvalho como candidato ao governo do estado em 1965. No entanto, esbarraram em José Sarney que também pretendia se lançar como candidato pelas Oposições Coligadas [ver Oposições Coligadas]. Assim, ainda em 1963, Sarney lançou-se como candidato ao governo do estado, distribuindo, inclusive, programa de governo faltando dois anos para as eleições.

Enquanto isso havia uma disputa interna no PSD acerca do nome que seria lançado pelo partido. Renato Archer ganhava visibilidade e era o nome escolhido pelo então governador do Maranhão, Newton Belo [ver Newton Belo], mas sofreu forte resistência de Vitorino Freire. Ao final de 1963 os nomes sugeridos pelos partidos para candidatos às eleições de 1965 eram: José Sarney (União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN]), Renato Archer (PSD), Neiva Moreira [ver Neiva Moreira] (Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP]) e Cid Carvalho (PTB).

Em 1964 o cenário começa a se alterar: Neiva Moreira abdica de sua candidatura para apoiar José Sarney. Além disso, com o golpe de 1964 o PSD e o PTB seriam os principais alvos dos presidentes militares, enfraquecendo, portanto, tanto o governador Newton Belo (PSD), também acusado pelas oposições de crime de responsabilidade, quanto as candidaturas de Cid Carvalho (PTB) e Renato Archer (PSD) e fortalecendo a candidatura de José Sarney, já que a UDN era uma das bases civis de organização do golpe.

Ao perceber o cenário favorável, pelo posicionamento dos militares contrários à atuação do PSD, as oposições locais iniciam o processo de solicitação da revisão eleitoral das eleições de 1962 em julho de 1964 com término em fevereiro de 1965, iniciando uma nova etapa em maio – a revisão completa dos eleitores inscritos em todo o Maranhão, resultando na eliminação de, em média, 200 mil eleitores fantasmas.

Os nomes pelo PSD seriam de Renato Archer e Pedro Braga Filho, mas impedidos pelo governo ditatorial implementado em 1964, enfraquecendo o até então hegemônico PSD no Maranhão. Newton Belo então tenta lançar como candidato pelo partido Costa Rodrigues, então prefeito de São Luís, mas o nome também foi vetado por Vitorino Freire. Entram em um impasse e não chegam a um acordo, pois os nomes sugeridos por Freire também não são aceitos por Belo.

Vitorino rompe com Belo e se reaproxima de Renato de Archer também já rompido com o governador. Assim, Newton Belo apoia a candidatura de Costa Rodrigues pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Pelo PTB lançou-se candidato Renato Archer com apoio de Vitorino Freire, agora em conciliação. Pela UDN se lançou candidato José Sarney, antigo integrante do PSD, levando consigo os demais partidos que faziam oposição ao PSD (Partido Republicano [ver PR] e PSP), tendo como candidato a vice Antônio Dino. Sarney foi eleito com o apoio do regime ditatorial instaurado que fez ruir a Universidade da Fraude [ver Universidade da Fraude] ao realizar recontagem dos eleitores eliminado 200 mil eleitores fantasmas.

Percebe-se que as eleições de 1965 marcaram o fim da oligarquia de Vitorino Freire no Maranhão, além de ter levado ao poder aquele que instauraria uma nova oligarquia no estado, José Sarney. Além disso, percebe-se que a atuação dos militares foi fundamental para que Sarney fosse eleito, através da recontagem de votos que não foi feita simplesmente para solucionar o problema das fraudes eleitorais, mas para que chegasse ao poder um representante do partido que era uma das bases de apoio ao regime, a UDN.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís, Edufma, 2006.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MORAES, Paulo Leandro da Costa. **O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”**: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966). 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- PICCOLO, Monica. O sarneísmo rumo ao poder: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão republicano em foco**: Estado, imprensa e historiografia. São Luís: editora Shalom/Eduema, 2015, p. 67-84.

# EUGÊNIO DE BARROS

---

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%AAnio\\_Barros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%AAnio_Barros)



Maranhão há um município chamado Governador Eugênio de Barros que originalmente fazia parte da cidade de Caxias, tornando-se município em 1961. Além disso há também uma rua no bairro do Monte Castelo com o nome do ex-governador do Maranhão. Mas você sabia que, apesar das homenagens, Eugênio de Barros foi um dos políticos que se envolveu em um dos momentos históricos mais turbulentos do estado, a greve de 1951, e era vinculado à dominação oligárquica de Vitorino Freire? Vamos ver um pouco da sua trajetória.

Eugênio de Barros nasceu em 13 de novembro de 1898 em Matões. Comerciante e industrial de Caxias, com fábricas de fiação e tecelagem.

Em 1936 comprou a fábrica de tecidos Sanharó de Caxias. Ampliou seus investimentos em 1940 a partir da fundação da Companhia de navegação fluvial Barros e Araújo que atuou no Rio Itapecuru. Além disso, investiu na pecuária ao adquirir as fazendas Estrela e Rancho Fundo.

Participou do movimento de 1930 [ver Revolução de 1930 no Maranhão], comandando-o em Caxias. Prefeito de Caxias pelo Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST] de Vitorino Freire nas eleições de 1948. Envolveu-se na disputa eleitoral intensa de 1950 também pelo PST, que resultou na greve de 1951 [ver greve de 51], sendo questionada sua vitória nas urnas por Saturnino Belo [ver Saturnino Belo], sob acusação de fraude eleitoral, ou seja, havia uma quantidade elevada de eleitores fantasmas que garantiram sua vitória.

Governador do Maranhão entre 1951 e 1956. Durante seu governo se tornou presidente do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD], recuperado por Vitorino [ver Vitorino Freire] das mãos de Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] em 1954.

No mesmo ano envolveu-se na eleição de Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand] a senador pelo Maranhão, uma vez que tinha perdido na Paraíba. Considerou problemática tal movimentação política por considerar que o PSD estava enfraquecido, mas foi influenciado por proposta de Juscelino Kubistchek de que, caso eleito, o Maranhão teria um ministério.

Foi senador entre 1958 e 1966. Após a implementação do bipartidarismo filiou-se à Arena. Foi conselheiro do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais durante a presidência de Costa e Silva. Faleceu em 1988.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

Vimos no verbete acima que a trajetória de Eugênio de Barros foi marcada por características conservadoras e fraudulentas: o apoio à eleição combinada de Assis Chateaubriand a senador pelo Maranhão, a participação na oligarquia de Vitorino Freire e, a principal, a fraude nas eleições de 1950 que o levou ao governo do estado, mesmo sob resistência do movimento da Greve de 1951.

Vimos também que existe no Maranhão uma rua e um município com o seu nome. Vamos pensar um pouco: qual o sentido de homenagear um sujeito histórico que só representou corrupção e fraude? Quem determina essas homenagens? Quem determina quem merece ser lembrado? Por que a escolha do seu nome e não o nome de um trabalhador que resistiu à dominação política e a exploração econômica? Reflita sobre essas questões e promova um debate em sala com seu/sua professor(a) e seus/suas colegas de turma. Bom debate!



VAMOS  
PENSAR UM  
POUCO?





Genésio Rêgo (Genésio Euvaldo De Moraes Rêgo)

Geração de 45 (1945)

Greve de 51 (1951)

GTAP/SUDEMA (Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento / Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão)

## GENÉSIO RÊGO (GENÉSIO EUVALDO DE MORAIS RÊGO)

Fonte: BUZAR, Benedito. Vitorinistas & Oposicionistas. São Luís: Lithograf, 2001. P.191.



Muitas pessoas na cidade de São Luís utilizam o hospital Dr. Genésio Rêgo, localizado no bairro Vila Palmeira, que recebeu esse nome em homenagem a um médico que nasceu em Coroatá no ano de 1886, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1911 e faleceu em 1973. O que muitos talvez não saibam é que Genésio Rêgo foi um influente político local na primeira metade do século XX. Vejamos, então, um pouco da sua trajetória. Médico e membro de família proprietária de terras no município de Pedreiras que também promovia o comércio exportador de algodão e arroz. Membro do Partido Republicano (PR) [ver PR], na ala que apoiava Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida].

Foi deputado estadual entre 1924 e 1926 pelo PR, vice-governador entre 1926 e 1929, criou a União Republicana Maranhense (URM) [ver URM] em 1933 como forma de organizar uma oposição ao interventor federal [ver interventorias] Antônio Martins de Almeida [ver Antônio Martins de Almeida], tendo iniciado a organização desse partido ainda em 1932. Até 1934 a URM reuniu os políticos favoráveis a Magalhães de Almeida, quando houve uma divisão interna do partido, causada pelas eleições de 1934, em dois blocos: de um lado, Magalhães de Almeida; de outro Genésio Rêgo e Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso].

No ano seguinte elegeu-se senador pela recém-formada oposições coligadas [ver oposições coligadas], composta naquele momento pelos partidos URM e PR, mantendo-se no cargo até 1937, quando foi instaurado o Estado Novo, que - pela centralidade da

política adotada – enfraqueceu parte da oligarquia tradicional do estado, da qual Genésio Rêgo fazia parte. Com o Estado Novo, Paulo Ramos [ver Paulo Ramos], chefe do governo local, ganha projeção com o apoio de Vargas e passa a organizar uma base de apoio político, para isso começa se movimentar a fim de criar um partido que reunisse seus apoiadores.

Assim, foi realizada uma reunião dos dirigentes da URM para analisar a proposta de fusão com o Partido Social Democrático [ver PSD], criado por Antônio Martins de Almeida – opositor político de Genésio Rêgo. A crise se instaura na URM, pois Genésio Rêgo não aceitava a fusão, mas acabou derrotado e o Partido Evolucionista Maranhense (PEM) [ver PEM] foi criado reunindo os apoiadores de Paulo Ramos.

A partir disso, Genésio rompe com o líder do governo local, mantendo por breve tempo as atividades da URM com alguns de seus apoiadores. Com o fim do Estado Novo (1945), Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] retorna ao Maranhão, após período no Rio de Janeiro, para articular a campanha de Eurico Dutra à presidência por meio do PSD - partido do qual Genésio Rêgo era um dos líderes naquele momento – o que provocou grave crise entre os dois políticos, uma vez que isto significava que Vitorino demarcaria forte influência no partido, ameaçando sua liderança.

O ponto alto da crise foi a candidatura de Genésio Rêgo ao governo estadual, já que Vitorino Freire, com apoio de Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] e do presidente Dutra, vetou seu nome para a candidatura ao governo estadual para as eleições de 1946, levando à ruptura entre os dois políticos e ao lançamento do nome de Sebastião Archer [ver Sebastião Archer] por Freire pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) ao perder a liderança do PSD para Genésio Rêgo por via judicial.

Em 1950 há uma nova disputa entre os dois políticos, quando Vitorino pretendia lançar sua candidatura como vice-presidente da República, recebendo forte oposição de Genésio Rêgo e Clodomir Cardoso. Entretanto, em 1954 há o retorno efetivo de Vitorino ao PSD, depois de ter passado por outros partidos entre 1947 e 1953, afastando definitivamente Genésio Rêgo do partido, e da vida política, uma vez que em 1954 o político decide não mais se candidatar a cargos políticos.

Vimos, assim, um pouco da trajetória de Genésio Rego na vida política, mas o médico também teve atuação em outras áreas: foi presidente da Caixa Econômica Federal, professor de química no Liceu Maranhense e professor de puericultura e higiene na Escola Normal. Para finalizar, uma informação importante: a inserção de Genésio Rêgo na vida política se deu, principalmente, por ser de uma família de comerciantes e donos de terras no interior do Maranhão e pelo seu casamento com Marta Isabel Martins Lisboa, filha de Mariano Lisboa, um dos principais políticos do interior do estado que apoiou a primeira candidatura de Genésio Rêgo na década de 1920.



## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventórias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís, Edufma, 2006.
- PICCOLO, Monica. **O sarneísmo rumo ao poder**: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão republicano em foco**: Estado, imprensa e historiografia. São Luís: editora Shalom/Eduema, 2015, p.67 - 84.
- REGO, Genésio. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/genesio-euvaldo-de-morais-rego>
- REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2013.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

## GERAÇÃO DE 45 (1945)

Quando você ouve a palavra “geração” o que você imagina? Pensa no verbo gerar ou nos sinônimos criar, elaborar? Ou ainda pensa em um grupo de pessoas que são de determinada época e que têm, portanto, pensamentos e comportamentos parecidos? Pode-se dizer que se pensou nessas duas concepções você está em um caminho interessante para entender o que foi a Geração de 45 no Maranhão. Vejamos, então, o que significa.

A geração de 45 foi um grupo de jovens escritores maranhenses (poetas, jornalistas) que se viam como agentes de renovação da cultura local. Portanto, tinham um projeto para o Maranhão que tinha como fundamento o movimento modernista. Originalmente fizeram parte desse grupo: Ferreira Goulart, Nascimento de Moraes, Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi], Lago Burnett, entre outros. Organizaram-se a partir da fundação do Centro Cultural Gonçalves Dias que foi dirigido por Nascimento de Moraes Filho e divulgavam suas ideias a partir da seção cultural do jornal Diário de São Luiz que pertencia ao Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST], que, por sua vez, era dirigido por Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], entretanto, posteriormente, perderam este espaço de divulgação pelas críticas que costumavam fazer ao contexto político vivido no Maranhão, dominado por oligarquias [ver oligarquia].

Duas vias podem ser analisadas para pensar o movimento: a cultural e a política. A via cultural buscava uma renovação literária. Já a via política buscava uma renovação das características do cenário político, por meio da crítica do modelo de então dominado pelas oligarquias, bem como para se afastar do que havia restado do Estado Novo (1937-1945).

Assim, cultura e política se relacionavam constantemente no grupo da geração de 45. Um exemplo disso foi a disputa entre os dois líderes do movimento, Bandeira Tribuzi e Nascimento de Moraes Filho. Tribuzi tinha como objetivo uma renovação mesmo em relação ao modernismo europeu, buscando a inserção das características do modernismo brasileiro no contexto maranhense, enquanto Nascimento de Moraes Filho era mais conservador e vinculava-se de forma mais forte ao modernismo europeu. Essa disputa levou Bandeira Tribuzi a se afastar e fundar jornais e revistas com um grupo de adeptos da sua concepção: Carlos Madeira, Lucy Teixeira, Murilo Ferreira, Domingos Vieira Filho e José Sarney [ver José Sarney], este último muito conhecido no Maranhão por sua trajetória política, mas não o único a atuar neste campo.

O fato de serem considerados intelectuais dava a eles um status de pensadores que favorecia a sua atuação, “legitimando-a”. O que, aliás, é uma característica marcante da política maranhense, sendo o estado conhecido por muito tempo como “Athenas Brasileira”. Vale lembrar que o auge da representação política da geração de 45 foi a trajetória política de José Sarney, que não retirou o Maranhão da dominação política dos grupos oligárquicos, mas consolidou sua própria oligarquia.



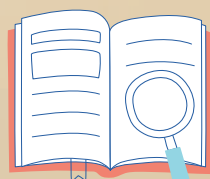
## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.  
CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.  
COSTA, Wagner Cabral da. **A RAPOSA E O CANGURU: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970)**. In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: UFMA, 2004, p.265 - 297.  
COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**. A trajetória da Oligarquia Sarney. Mimeog, 1997.  
GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

## VAMOS PESQUISAR!

No verbete acima você estudou sobre a Geração de 45 no Maranhão. Entendeu a importância desse grupo para a política local, conheceu um pouco da sua organização e sobre os principais indivíduos que fizeram parte deste grupo. Ao longo do texto foi mencionada a vinculação deste grupo ao movimento modernista do Brasil.

Vamos estudar um pouco mais sobre o modernismo? Pesquise em livros e sites sobre esse movimento literário, artístico e político no Brasil e converse com seus/suas professores/professoras de História, português e arte para entendê-lo um pouco mais. Boa pesquisa!



# GREVE DE 51 (1951)

---

Certamente você já ouviu falar em greves realizadas por trabalhadores, geralmente como forma de solicitar melhores condições de trabalho e salários quando as negociações entre eles e os patrões não são eficazes. Ao decretar greve os trabalhadores deixam de prestar serviços, ou seja, param a produção. Feita esta introdução, vejamos o que foi a greve de 1951.

O sentido de greve dado ao acontecimento de 1951 diz respeito somente ao fato de a cidade de São Luís ter parado em dois momentos deste ano, entre fevereiro e março e entre setembro e outubro, mas a origem da greve se deu em uma disputa entre oligarquias locais [ver oligarquia]. As eleições de 1950 tiveram como característica principal a fraude [ver Universidade da Fraude], o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), sob forte influência de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], anulou 16 mil votos principalmente de São Luís, cidade em que as oposições coligadas [ver oposições coligadas] tinham mais voto. Assim, o candidato ao governo pelas oposições coligadas, Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] – representante das classes empresariais –, perde a eleição para o candidato apoiado por Vitorino Freire, Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros]. Vale destacar que Saturnino Belo já havia sido fortemente vinculado a Vitorino Freire, tendo sido vice-governador de Sebastião Archer [ver Sebastião Archer], parte do grupo de políticos que apoiavam Vitorino.

Após a contagem de votos as oposições coligadas, lideradas por Neiva Moreira [ver Neiva Moreira], percebem a fraude e é iniciada a disputa jurídica, além da exigência de novas eleições pelo grupo que apoiava Saturnino Belo. Entretanto, em janeiro de 1951, Belo morre de ataque cardíaco e Eugênio de Barros assume o cargo. Assim, entre fevereiro e março é iniciada uma grande mobilização popular contra a posse de Barros: jornais são incendiados, a Rádio Timbira (rádio oficial do governo) sofre uma série de ataques, houve confronto entre a população e a polícia militar. Deste confronto morre José Ribamar Prado, um trabalhador que tinha 17 anos, gerando mais revolta na população. Os sindicatos também se incorporaram ao movimento.

O resultado desta primeira parte da greve foi a ocupação de São Luís pelo exército, a fim de acalmar os ânimos locais. Eugênio de Barros vai para o Rio de Janeiro, assumindo o cargo, temporariamente, o deputado César Aboud, que também era ligado ao vitorinismo. A disputa jurídica se mantinha enquanto a greve acontecia até que em setembro de 1951 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconhece como legítima a posse de Eugênio de Barros que já tinha sido legitimada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TER). A população volta a intensificar o movimento, sobretudo, a partir do retorno de Eugênio de Barros para São Luís em 18 de setembro, tiroteios com mortos e feridos aconteceram, o TRE foi incendiado e novos incêndios são realizados nos bairros periféricos da cidade, culminando na ocupação da cidade pelos militares.

Neste cenário o abastecimento da cidade fica prejudicado, o comércio para e os órgãos públicos não funcionam. Então, Eugênio de Barros inicia um amplo processo de negociação tanto com os líderes dos sindicatos quanto com os partidos das oposições coligadas, fazendo propostas de distribuição de cargos. Ao mesmo tempo realiza acordos com o governo federal, solicitando a retirada das tropas do exército da cidade, solicitação que foi acatada abrindo espaço para a ocupação pela polícia militar, o que simbolizava o enfraquecimento do movimento de 1951, uma vez que as oposições coligadas solicitavam constantemente a intervenção federal como forma de afastar Eugênio de Barros do comando local.

Com a retirada do exército, as precárias condições de vida que se encontrava a população, o enfraquecimento do movimento, a greve teve fim no começo de outubro de 1951. Assim, o que se percebe é que a greve de 1951 foi um movimento marcado pela crise entre as lideranças das oligarquias locais, uma greve diferente das que costumamos ver, isto é, ao invés de lideradas por trabalhadores esta é uma greve da crise entre as oligarquias na disputa pelo comando local.



## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

COSTA, Wagner Cabral da. **A RAPOSA E O CANGURU**: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: UFMA, 2004, p. 265 - 297.

REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: [s.n.], 2013.

# GTAP/SUDEMA (GRUPO DE TRABALHO DE ASSESSORIA E PLANEJAMENTO / SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO)

No título do verbete existem duas palavras principais: planejamento e desenvolvimento. Planejar significa traçar metas a serem cumpridas em um tempo determinado. Mas e desenvolvimento econômico? Seria o mesmo que crescimento econômico? Desenvolvimento econômico significa crescer com distribuição de renda, melhorando a qualidade de vida população. Será que estas agências seguiram os significados das palavras que utilizam?

Em 1966, primeiro ano do governo de José Sarney [ver José Sarney], foi criado, com funções de consultoria, o Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento (GTAP), criado pelo decreto nº 3178 de 14 de março de 1966, com técnicos vindos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram eles: Mário de Aguiar Pires Leal, Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho, Darson Dagoberto dos Reis Duarte, Mariano Matos. Outros técnicos também foram incorporados ao grupo: Eliézer Moreira Filho, Loester Mendes de Souza, Geraldo Magella Bezerra de Sousa e Edmilson Francisco dos Reis Duarte. O GTAP foi criado para prestar assessoria ao então governador José Sarney para a elaboração do Programa de Ação Governamental de 1966 e do Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social do Maranhão, que seriam executados pela Sudema. Além dos técnicos as reuniões do Grupo eram realizadas com secretários do governo e com representantes empresariais.

Dentre os projetos elaborados pelo GTAP, pode-se destacar o “João de Barro”, criado para ampliar a rede escolar do interior do Maranhão, e a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (Cohab) que tinha como principal financiador o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964. O projeto foi executado por Acrísio Ramalho de Sousa (presidente), Eliézer Moreira Filho (diretor administrativo) e Francisco Sales Baptista Ferreira (engenheiro). O primeiro conjunto a ser construído foi o Cohab Anil I, com início em 1966.

É importante lembrar que o projeto “João de Barro” foi executado pelas próprias comunidades rurais, isto é, os moradores das regiões em que as escolas foram implantadas as construíram, enquanto o governo construía um discurso de participação ativa da sociedade no projeto. Mas o que isso significa? O uso da mão de obra não paga da comunidade pelo governo.

Por conta do crescimento da demanda de trabalho daquele grupo foi considerado necessário criar uma instituição formal, mais sistematizada que desse conta das exigências do período. Dessa forma o GTAP foi substituído pela Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema), por meio da lei nº 2669/66, criada no governo de José Sarney, com estrutura semelhante à da Sudene, e subordinada diretamente a ele, para planejar o desenvolvimento econômico do estado, administrando o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Maranhão (Demar), teve como seu primeiro superintendente Eliézer Moreira Filho, que compunha a equipe do GTAP. Compuseram inicialmente a equipe: Mário de Aguiar Pires Leal, Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho (posteriormente superintendente), Darson Dagoberto dos Reis Duarte, Edmilson Francisco dos Reis Duarte, Loester Mendes de Souza, Geraldo Magella Bezerra de Sousa (todos vindos da antiga GTAP), Maria José Freitas Veiga e Celso Beckman Lago (posteriormente superintendente).

O grupo formado para compor o GTAP, inicialmente, e depois a Sudema era preponderantemente formado em direito, com alguns engenheiros e médicos compondo a equipe.

A sua estrutura perpassava por departamentos direcionados a diversas áreas, desde a estatística, passando pela indústria e pelo turismo, pela infraestrutura até a agropecuária. A equipe técnica elaborava orçamentos trimestrais a fim de delinear as ações mais urgentes para o desenvolvimento econômico do estado.

Do seu Departamento de Indústria foi criada a Companhia Progresso do Maranhão (CPM), criada para executar o Programa de Fomento Industrial daquele departamento, disponibilizando crédito às pequenas e médias empresas, tendo como um de seus diretores Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo]. A partir dela surgiu o Banco de Desenvolvimento do Maranhão (BDM) que, posteriormente, foi incorporado pelo Banco do Estado do Maranhão (BEM).

Internamente a Sudema foi marcada pela disputa em torno de qual projeto de desenvolvimento econômico seria adotado para o Maranhão, de um lado estava Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi] defendendo a industrialização de outro lado estava Gabriel Passajou, outro membro do GTAP/Sudema, defendendo um projeto agropecuário. José Sarney decidiu pelo projeto agropecuário, e aprovou a lei nº 2979 de 1969 (Lei de Terras Sarney) que proporcionou a venda de grandes lotes de terras a empresas agropecuárias de várias regiões do país. Isto teve impacto direto para os trabalhadores rurais que foram expulsos de suas terras pelos grandes proprietários, principalmente por meio da grilagem, sendo obrigados a migrarem constantemente em busca de um pedaço de terra que pudessem produzir o seu sustento.

Percebe-se que o planejamento esteve presente na GTAP/Sudema, mas foi um planejamento em benefício dos grandes empresários em detrimento da população pobre, não havendo, portanto, distribuição de renda nem, por consequência, desenvolvimento. A Sudema foi extinta no governo de Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana], sendo substituída por uma Secretaria de Planejamento, nomeando José Reinaldo Tavares [ver José Reinaldo Tavares] como secretário.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional**: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- GUILHON; Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**. In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História - UEMA, 2022.



## INTERVENTORIAS

---

Quando lemos ou ouvimos a palavra intervenção, de imediato pensamos em alguma interferência externa a um acontecimento ou situação. O que teriam sido as interventorias então? Quem as realizou? Qual o objetivo dessas interventorias? Com a Revolução (ou golpe) de 1930 [ver Revolução de 1930] e a deposição do presidente Washington Luís, Getúlio Vargas assume o poder e instaura um governo provisório que duraria até 1934, continuando no poder após esse período como governo constitucional (1934-1937) e como um regime ditatorial, o Estado Novo (1937-1945).

Esses períodos do governo Vargas reunidos em uma temporalidade maior (1930-1945) ficaram conhecidos como Era Vargas. Uma das características de seu governo é a centralização do poder, que objetivava aparentemente uma unidade administrativa. Esta centralização foi possível por meio da inviabilização do poder legislativo e das Interventorias Federais, ou seja, Vargas nomeou homens de sua confiança nos estados brasileiros para mediar a relação entre o poder local e o nacional, criando até mesmo o “código dos interventores” a fim de disciplinar e padronizar ao máximo a atuação de seus representantes nos estados brasileiros.

Mas de que forma essa política impactou no poder local? Antes do episódio de 1930, uma série de grupos oligárquicos atuavam nos estados de forma quase autônoma na construção dos poderes locais. Com as interventorias Vargas dificultou a atuação das oligarquias locais [ver oligarquia], inclusive fragmentando muitas delas, ou mesmo aumentou as disputas entre esses grupos, uma vez que vários políticos buscaram seu apoio, o que tinha como consequência o enraivecimento do grupo opositor local.

Esses grupos que não conseguiam o apoio de Vargas precisaram negociar entre si para conseguirem se impor diante dos interventores, principalmente entre 1930 e 1934. Mas existe outro lado dessa história: a atuação dos interventores também serviu para fortalecer os grupos locais que estavam surgindo na política, muitos deles atingindo, posteriormente, postos importantes na política local e nacional. Resta uma última pergunta: Vargas conseguiu uniformizar a administração e as relações políticas? A intensa substituição de interventores e a permanência de uma diversa articulação política local demonstram que não.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CODATO, Adriano. **Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937**: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. *História* (São Paulo) v.32, n.2, p. 189-208, jul./dez. 2013.

CODATO, Adriano. Intervenção estatal, centralização política e reforma burocrática: o significado dos departamentos administrativos no Estado Novo. *Revista do Serviço Público*. Brasília 62 (3): 321-339 Jul/Set 2011.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal**: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

## IRMÃOS MACHADO (MARCELINO MACHADO E LINO MACHADO)

Fonte: BUZAR, Benedito. *Vitorinistas & Oposicionistas*. São Luís: Lithograf, 2001. P.191.



As disputas locais pelo poder envolvem muitas vezes agrupamentos entre famílias, inclusive com casamento entre membros delas. A dominação familiar na atualidade envolve, principalmente as famílias Sarney, Lobão, Duailibe e Rocha. Mas já estiveram envolvidas em dominação política também os Archer, os Belo e os Machado. Muitas delas gravitando em torno de Vitorino (1945-1965) [Ver Vitorino Freire] e José Sarney (1965-atualidade) [ver José Sarney]. A família Machado fez parte das disputas oligárquicas do início do século XX, principalmente, na década de 1930. Aqui poderemos perceber como as relações de amizade e de parentesco se misturavam à política.

Marcelino Machado era compadre do ex-interventor Aquiles Lisboa. Era dirigente da ala oposicionista do PR, lançando-se candidato a deputado nas eleições de 1930. Médico e proprietário rural (município de Buriti). Genro do oligarca Benedito Leite que dominou a cena política maranhense na primeira década do século XX. Fundador do *Jornal O Combate* (1925-1965). Ele e seus partidários, conhecidos como marcelinistas, juntamente com Tarquínio Lopes Filho, representaram a Aliança Liberal no Maranhão. Líder da corrente política que ficaria conhecida como marcelinismo.

Lino Machado nasceu em Buriti em 2 de julho de 1892. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1915 e ingressou na carreira militar como médico em 1918. Foi deputado estadual entre 1921 e 1923 e entre 1927 e 1929. Assim como seu irmão, Marcelino Machado, participou da Revolução de 1930 [ver Revolução de 1930] no Maranhão. Prefeito de São Luís nomeado durante a direção do estado pela Junta Governativa de 1930. Nesse período houve um movimento por parte dos marcelinistas, na figura de Lino Machado, de conseguirem a interventoria, mas tal movimentação chegou aos ouvidos de Reis Perdígão [ver Reis Perdígão] que o demitiu da prefeitura. Teve forte influência na interventoria de Astolfo Serra (1931). Foi eleito deputado federal em 1933 para compor a Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Republicano (PR) [ver PR], voltando a eleger-se em 1934, após a aprovação da nova constituição, mas com o Estado Novo (1937) não finalizou seu mandato. Participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN] em 1945, mas logo migrou para o PR, partido que era filiado antes do Estado Novo de Vargas, elegendo-se como deputado para Assembleia Nacional Constituinte.

Foi candidato ao governo do estado pelo PR nas eleições de 1947, que elegeu o candidato vitorinista Sebastião Archer. Participou ativamente da Greve de 1951 em contestação à posse de Eugênio de Barros. Um dos fundadores do jornal O Combate. Faleceu em 1958.

Já na trajetória de Marcelino Machado é possível perceber a ascensão dessa família por meio de um oligarca local, Benedito Leite, demonstrando como as relações familiares naquela época, mas ainda hoje, favorecem a inserção dos sujeitos na política.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.

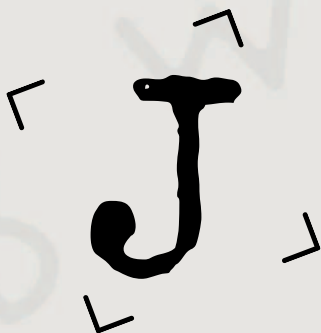
CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MACHADO, Lino. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lino-rodrigues-machado>

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.



Jackson Kepler Lago  
João Alberto de Sousa  
João Castelo (João Castelo Ribeiro Gonçalves)  
Jornal do Povo  
Jornal O Imparcial  
Jornal do Dia / O Estado do Maranhão  
Jornal Pequeno  
José Reinaldo Tavares (José Reinaldo Carneiro Tavares)  
José Sarney (José Ribamar Ferreira de Araújo Costa)

## JACKSON KEPLER LAGO

---

Fonte: <https://www.ma.gov.br/galeria-de-governadores.%20Adaptada>.



No bairro do João Paulo há uma escola chamada Centro de Ensino Jackson Lago que foi um médico e político local eleito governador do estado em 2006, o segundo a ocupar o cargo sem o apoio da família Sarney, o primeiro foi Nunes Freire [ver Nunes Freire]. O que isso significa? A dominação política da família desde 1965, momento em que Sarney foi eleito governador do estado. Jackson Lago nasceu em Pedreiras em 1 de novembro de 1934. Formou-se em medicina pela Universidade Federal do Maranhão. Sua trajetória política se consolidou quando foi prefeito de São Luís por três mandatos, eleito em 1988, 1996 e 2000.

Mas já trilhava o caminho da política desde a década de 1970 quando ajudou a fundar o PDT no Maranhão em 1979 e Secretário de estado da Saúde no governo de Cafeteira [Ver Cafeteira].

Foi candidato ao governo do estado em 1990 e em 1994 pelo PDT, sendo vencido por representantes da oligarquia Sarney (em 1990 por Edison Lobão [ver Edison Lobão], em 1994 por Roseana Sarney [ver Roseana Sarney]). Em 2002 foi candidato ao governo do estado pelo PDT novamente, concorrendo com José Reinaldo Tavares [ver José Reinaldo Tavares] – naquele período apoiado pelos Sarney, com quem romperia em 2004. Candidato novamente ao governo em 2006 pelo PDT na Frente de Libertação do Maranhão (PDT-PPS, PSB-PT-PC do B, PSDB), sendo vitorioso nas urnas, com o apoio do MST, governando o Maranhão entre 2007 e 2009.

Entretanto, teve seu mandato cassado sob o argumento de envolvimento em esquemas de fraude de licitações de empresas para obras públicas, sendo investigado na “Operação Navalha”. Além disso, a coligação que havia perdido as eleições em 2006 para a coligação de Jackson Lago entrou com processo junto ao TSE acusando-o de compras de votos em 2006, tendo seus votos anulados e Roseana Sarney assumido o governo em 2009.

Teve como aspecto central do seu governo a tentativa de promover sua regionalização e descentralização, que constavam no primeiro macro-objetivo do seu plano de desenvolvimento: “Maranhão Democrático”. Para tanto trabalhou com as noções de maranhensidade, identidade, desenvolvimento sustentável e democratização das decisões. Organizou os trabalhos para a regionalização e descentralização por meio da criação de regiões de planejamento, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e de Unidades Administrativas Regionais, que agrupavam os municípios maranhenses, além da Comissão Intersetorial de Política Públicas (CIPP) – formada somente por setores do governo, mas em diálogo com setores da sociedade – objetivava, assim, o diálogo entre as diversas instâncias do governo a fim de auxiliar no processo de descentralização das ações do governo. A ideia era promover o desenvolvimento por meio da educação, democracia e desenvolvimento econômico através de um processo de participação ativa da sociedade por meio de grupos de trabalho e consulta aos cidadãos sobre as necessidades locais. Faleceu em abril de 2011.



## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. 2006. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

PINHEIRO, Sílvia Sérgio Ferreira. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica**: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

TORRES, Teodora. **A intersectorialidade das políticas públicas como modelo de gestão no Governo Jackson Lago, no Maranhão**: uma análise a partir da CIPP (2007-2009). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.

TSUJI, Tetsuo. **A regionalização e descentralização no Governo Jackson Lago**: a morte precoce de um projeto promissor no Maranhão. São Paulo: Fontenelle publicações, 2021.

# JOÃO ALBERTO DE SOUSA

---

Fonte:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/30/joao-alberto-souza>



O mundo da política é permeado de escândalos de corrupção, de troca de favores, de desvio de recursos públicos. Ou até mesmo por acúmulo de funções em cargos políticos – caso de João Alberto de Sousa que na década de 1980 tentou ser prefeito de Bacabal, sua terra natal, e vice-governador do Maranhão. João Alberto nasceu em 1 de outubro de 1935. Formou-se, em 1966, na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Foi diretor geral da Rádio Timbira em 1966, órgão vinculado ao governo do estado. Filiou-se à Arena [ver Arena] em 1970, elegendo-se deputado no mesmo ano e vice-presidente do diretório regional do partido (seção do partido nos estados/municípios) entre 1972 e 1979. Em 1978 foi eleito deputado federal pelo mesmo partido.

Com o fim do bipartidarismo em 1979 filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), reelegendo-se em 1982. Votou a favor da emenda Dante de Oliveira que propunha as eleições diretas para presidente da República, inserindo-se no grupo de políticos que promoveram o embate interno no PDS, levando-o a filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) em 1985, elegendo-se vice-governador por esse partido em 1986.

Elegu-se prefeito de Bacabal em 1988, enquanto ainda era vice-governador do Maranhão, o que gerou intensos debates, resultando na sua renúncia em 1989, assumindo somente o cargo de vice-governador. Assumiu o governo quando Epitácio Cafeteira [ver Cafeteira] precisou cumprir a desincompatibilização do cargo de governador para concorrer ao senado.

Em 1993 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo vice-presidente do seu diretório regional (seção do partido nos estados/municípios) e elegendo-se deputado federal em 1994, mas licenciando-se do cargo em 1995 quando foi secretário de governo de Roseana Sarney [ver Roseana Sarney], exercendo esta função até 1998.

Foi eleito senador em 1998, enquanto finalizava seu mandato de deputado. Foi diretor de gestão de recursos do Banco da Amazônia em 2007. Assumiu o cargo de vice-governador do Maranhão em 2009 após a cassação do mandato de Jackson Lago e a posse de Roseana Sarney ao governo. Elegu-se senador em 2010, mas licenciou-se do cargo para assumir a função de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil no Maranhão.



## REFERÊNCIAS

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.

SOSA, João Alberto de. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sousa-joao-alberto-de>.

# JOÃO CASTELO (JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74445/biografia>



Você certamente já passou estádio Castelão, já ouviu falar nele, ou até mesmo pode ter ido assistir a uma partida de futebol lá. Mas, apesar de ser conhecido como Castelão, o nome real do estádio é Governador João Castelo Ribeiro que foi inaugurado no último do governo de João Castelo em 1982. Além da construção do estádio outro fato marcou seu governo, a greve realizada por estudantes secundaristas, conhecida como a greve da meia passagem (1979). João Castelo nasceu em Caxias em 19 de outubro de 1937. Funcionário do Banco da Amazônia a partir de 1956, sendo assessor e diretor da mesma instituição entre 1967 e 1970, a convite do presidente Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura Civil-Militar [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão].

Foi eleito deputado federal pela Arena [ver Arena] em 1970, sendo reeleito em 1974. Em 1980, com o fim do partidário no ano anterior, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Foi governador do Maranhão indicado por José Sarney [ver José Sarney] em 1979, com quem romperia em 1984 por apoiar Paulo Maluf como indicação do partido às eleições indiretas para presidente da República.

No primeiro ano de seu governo foi realizada a greve da meia passagem, que durou de julho a setembro de 1979, reivindicada por estudantes da capital, episódio em que usou de extrema violência contra os manifestantes deixando um número alto de feridos. No ano de 1979 as passagens haviam aumentado três vezes sem resistência do governo, causando indignação na população, entre eles os estudantes que não haviam recebido o abatimento de 40% nas passagens, como havia sido concedido a estudantes de outros estados.

Mas, além do uso da violência, usou também do assistencialismo como instrumento de convencimento da população principalmente por meio da venda de cestas básicas a preços populares que ficou conhecido como “Bom Preço”, mas com produtos de baixa qualidade. Em sua gestão iniciou a execução do Projeto/Programa Grande Carajás (PGC) no Maranhão [ver Projeto/Programa Grande Carajás], viabilizando a instalação da Alumar [ver Alumar].

Tal ação gerou intensa resistência social, sobretudo, pelo deslocamento forçado das famílias da área cedida para a empresa. Além disso, criou o Programa Italuís, que canalizou as águas do rio Itapecuru, distribuindo-a na capital. Em 1982, abdicou do mandato de governador para concorrer ao senado pelo PDS, elegendo-se. Em 1986 candidatou-se ao governo do estado pelo PDS, sendo derrotado por Eptácio Cafeteira [ver Cafeteira].

Votou contra o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, reafirmando seu afastamento. Candidato a governador do Maranhão em 1990 pelo PDS a partir de uma grande coligação, chamada “Maranhão Livre”, formada pelo PRN, PDC, PMDB, PSDB, PL e o PDS para enfrentar, inicialmente, a candidatura de Sarney Filho, mas que logo teve seu nome substituído pelo de Edison Lobão [ver Edison Lobão], pela baixa popularidade da família Sarney causada pela ação política de Castelo. Entretanto, não conseguiu vencer Lobão nas eleições ao governo, permanecendo no senado até 1991.

Em 1993, filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR) e ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1995, com a fusão do PPR e do Partido Progressista (PP). Candidatou-se a prefeito pelo PPB em 1996, mas perdeu as eleições para Jackson Lago, migrando do PPB para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1997, elegendo-se deputado federal pelo novo partido em 1998 e reelegendo-se em 2002.

Em 2000, 2004 e 2008 concorreu novamente à prefeitura de São Luís, elegendo-se na última eleição. Tentou se reeleger em 2012, mas foi vencido por Edivaldo Holanda Júnior. Faleceu em dezembro de 2016.

Podemos perceber que a estratégia política de João Castelo reuniu duas instâncias: a coerção (com o uso da violência contra os estudantes da greve da meia passagem de 1979) e o consenso, ou convencimento (por meio da construção de grandes obras e por medidas assistencialistas). Mas percebemos que o assistencialismo não objetivava melhores condições de vida, uma vez que havia a venda de produtos de baixa qualidade, mas tão somente a construção da sua imagem para que permanecesse no poder em cargos futuros.



## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- CARNEIRO, ALAN. CASTELO, João. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-castelo-ribeiro-goncalves>
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. 2006. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- GUILHON; Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás**: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980). 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

## JORNAL DO POVO

---

Quando lemos algo que usa o termo “povo” logo nos remetemos a algo “popular”, algo que é feito para um número elevado de pessoas. Mas também podemos entender que é algo direcionado para uma determinada classe social: trabalhadores e trabalhadoras. Mas quando falamos sobre um jornal o que isso significa? Que deve ser um jornal que se posicione a favor dos trabalhadores e contra a exploração realizada pelos políticos e pelas classes sociais dominantes. Vamos ver um pouco da trajetória do Jornal do Povo para vermos se segue essa linha de pensamento.

Fundado em abril de 1950 por Adhemar de Barros como veículo de disseminação dos ideais do Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP]. Teve como diretor José Neiva, Clodomir Millet [ver Clodomir Millet] e depois Neiva Moreira [ver Neiva Moreira], sobrinho de José Neiva, quando este o comprou de Adhemar de Barros em 1952. Atuou contra a posse de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] durante a Greve de 1951 [ver greve de 51].

Deu voz, no Maranhão, aos movimentos nacionalistas e pró-reformas de âmbito nacional e aos movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade no estado, sob o lema estampado em seu subtítulo: “contra a opressão e a injustiça social”. Dentre seus colaboradores esteve Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi]. Fechado em 1964, momento da prisão do seu diretor pela ditadura, Bandeira Tribuzi, e do seu proprietário Neiva Moreira. Considerado o elo entre a população e os políticos da oposição. Teve como principais jornalistas: Neiva Moreira, Bandeira Tribuzi, Reginaldo Teles, Lago Burnett, José Chagas e Amorim Parga.

Nota-se que um dos momentos em que o jornal se posiciona contrário à oligarquia [ver oligarquia] local é em 1951, quando se coloca ao lado da greve de 1951. Mas é preciso entender que muitas vezes, mesmo que um jornal se apresente como favorável aos trabalhadores, existem situações do jogo político que exigem uma atenção maior. Lembre-se que naquele período estava em questão a derrubada de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] do poder. O que isso pode significar? Que por mais que um grupo político, por meio do jornal, se coloque como oposição não significa que esteja ao lado do povo. Um jornal apresenta uma linha de ação conjunta, mas também é composto por diversas vozes que muitas vezes podem discordar.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.  
PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“E porque muitos juraram para trair...”**. São Luís: Eduema, 2015.  
PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

## JORNAL O IMPARCIAL

---

Ser imparcial significa analisar algo sem se envolver no caso que está sendo analisado, ou seja, se posicionar sem levar em conta nenhum tipo de relação que tenha com os sujeitos envolvidos em determinada situação. Quando um jornal adota a imparcialidade em seu nome o que isso significa? Que se apresenta como um veículo de comunicação que somente destacará os fatos. Mas isso seria possível? O Jornal O Imparcial foi fundado por João Pires Ferreira em 1926 e vendido a Assis Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand] em 1944, dono dos Diários Associados e senador pelo Maranhão, passando a ser um dos maiores jornais de circulação na cidade, com notícias do estado, nacionais e internacionais.

Em 1945, durante as disputas entre Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], posicionou-se favorável aos genesistas. Teve como principais jornalistas nas décadas de 1940 e 1950 José Sarney [ver José Sarney], Nascimento Moraes, Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi] e Amaral Raposo. Nos anos 1960 contou com a contribuição de Benedito Buzar e Sebastião Jorge.

Apesar de ter se posicionado contrário às vésperas do golpe de 1964, se constituiu como importante instrumento do apoio ao regime instaurado. À época do governo Sarney pertencia aos Diários Associados de Assis Chateaubriand e estava sob a direção de José Pires de Saboia.

Apoiou a candidatura de José Sarney ao governo do estado em 1965, mantendo seu posicionamento ao longo do governo (1966-1970), divulgando inclusive as ações econômicas que ficaram conhecidas como “milagre maranhense” [ver milagre maranhense], uma representação local do chamado “milagre econômico” brasileiro, também defendido pelo jornal.

No que diz respeito ao governo Collor, apoiou o governo até o início do processo de impeachment, destacando as notícias em suas primeiras páginas, alterando seu posicionamento após o processo iniciado.

Por meio dos exemplos acima percebemos que, por mais que o jornal tenha se apresentado como imparcial, se posicionou diante de vários temas. Alinhou-se a determinados grupos políticos promovendo suas ações e criticando outros grupos. É importante termos em mente que os jornais eram o principal veículo de comunicação, uma vez que o jornal se posicionasse de determinada forma ele estava tentando convencer a população sobre determinado tema. Além disso, a imparcialidade se torna inexistente desde o momento da escolha das notícias, ou seja, ao escolher uma notícia e não outra o jornal atribui certa importância à notícia escolhida. Ou, ainda, a seleção do que deveria estar na primeira página ou que deveria estar na parte interna do jornal.



## REFERÊNCIAS

- BELO, Werbeth Serejo. **Uma perspectiva “imparcial” do “Milagre econômico”**: construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista. 2015. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.
- BITTENCOURT, Drielle Souza. **Jornal O Imparcial**: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966). 2016. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.
- CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **IMPrensa E GOLPE DE ESTADO NO MARANHÃO**: o posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno durante o governo João Goulart. 2015. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.
- MENDES, Raíssa Caroline Macau. **O MILAGRE DO MARANHÃO**: análise da Política Econômica Estadual no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970). 2017. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.
- OLIVEIRA, Mônica de Sousa. **O impeachment do fenômeno Collor nos impressos maranhenses**. 2016. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018



## OLHAR INTERDISCIPLINAR

Vimos no verbete acima que o jornal sobre o qual lemos se apresentou como imparcial. Mas vimos que a imparcialidade não estava presente neste meio de comunicação. Entretanto, você sabia que os jornais também podem ser estudados na disciplina de Língua Portuguesa? Uma das vias é o estudo linguístico, por meio do qual percebemos que a língua é dinâmica e se altera ao longo do tempo. De que forma podemos perceber isso? Pela leitura dos jornais das décadas passadas.



Além disso o jornal pode ser ferramenta para que possamos aprender sobre os gêneros textuais.

Os gêneros textuais são textos que encontramos em nosso cotidiano que apresentam características próprias que os diferem entre si. São inúmeros os gêneros textuais existentes, mas podem ser destacados: carta, resenha, resumo, e-mail, relato e, por fim, os textos jornalísticos (crônica, artigo de opinião, editorial). Converse com seu/sua professor(a) de Português para entender um pouco mais sobre os gêneros textuais e entender a diferença entre eles e os tipos textuais. Bom estudo!

# JORNAL DO DIA/ O ESTADO DO MARANHÃO

---

Você certamente já assistiu a alguma programação da TV mirante. A TV mirante é parte de um complexo de um sistema de comunicação que envolve a TV, rádio (AM e FM), e o jornal O Estado do Maranhão, hoje, integrado ao site imirante.com. Entretanto, durante muito tempo o jornal só tinha a versão impressa. Vejamos um pouco da história dele.

Antes de se chamar O Estado do Maranhão tinha o nome de Jornal do Dia, fundado em 1953 por Arimatheya Athayde e José Bento Neves e vendido no mesmo ano ao deputado Emerson Bacelar do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD]. Aqui começa sua vinculação direta ao mundo da política. Em 1955 passou às mãos de Alexandre Costa até 1959, quando foi vendido ao deputado Alberto Aboud do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), empresário, pertencente a uma das tradicionais famílias de libaneses do Maranhão.

Em seguida foi comprado por José Ribamar Maranhão, Clodomir Millet [ver Clodomir Millet] e Nunes Freire [ver Nunes Freire] em 1968 e no mesmo ano vendido a José Sarney, que o transformou, em 1973, no hoje conhecido O Estado do Maranhão.

Seus principais jornalistas foram Amaral Raposo, Amorim Parga, Lago Burnett, Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi], Benedito Buzar, Edson Vidigal e Sebastião Jorge. Em 1969 teve como diretor Arthur de Carvalho, deputado eleito pela Arena [ver Arena].

Durante o governo de José Sarney foi um dos principais instrumentos de divulgação do seu governo, uma vez que o governador era seu proprietário. Ou seja, foi utilizado como um aparelho que construísse sua imagem como um político atuante que pretendia desenvolver economicamente o estado. Enquanto isso, difamava seus opositores. Por ter um grande alcance no estado, tinha grande capacidade construir a liderança de José Sarney no Maranhão. Foi também um importante instrumento para as campanhas eleitorais de Roseana Sarney [ver Roseana Sarney], bem como daqueles políticos vinculados à família, por exemplo, Edison Lobão [ver Edison Lobão].

Nas décadas de 1980 e 1990 o que era o jornal O Estado do Maranhão se tornou o Sistema Mirante de Comunicação – com TV, sinais de rádio Am e Fm e, mais recentemente, um portal de notícias - o imirante.com – de propriedade da família Sarney.



## REFERÊNCIAS

- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.
- MENDES, Raíssa Caroline Macau. **O MILAGRE DO MARANHÃO**: análise da Política Econômica Estadual no governo José Sarney através da imprensa (1966-1970). 2017. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.
- SULIDADE, Mariana da. **“Terra em transe”**: Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970). 2014. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

## JORNAL PEQUENO

---

Este jornal ainda hoje circula no estado, talvez seja pouco visto por você, pois sua geração é mais voltada ao mundo virtual. Mas esse jornal chegou a ser um dos três jornais que mais circularam no Maranhão, apesar do nome Jornal Pequeno. Originalmente (1947) o jornal era dedicado a notícias esportivas com o título de “O Esporte”, fundado por José de Ribamar Bogéa, resultado de um embate no jornal O globo entre Ribamar Bogéa, que trabalhou naquele jornal como repórter esportivo e policial, e seu chefe à época. O Esporte se ampliou e passou a noticiar outros acontecimentos além do esporte. Além disso, deixou de ser publicado somente aos domingos e passou a ser impresso diariamente. Assim, em 1951, deixa de ser O Esporte e se torna Jornal Pequeno, permanecendo como propriedade da família Bogéa até os dias atuais. Teve como principais jornalistas Milson Coutinho e Edson Vidigal.

Fez duras críticas ao governo de Newton Belo, realizando um movimento de divulgação do posicionamento favorável à cassação do mandato do então governador. Antes do golpe de 1964 defendia os interesses das classes trabalhadoras, o regime democrático, apoiou João Goulart e a volta ao presidencialismo. No golpe de 1964 se posicionou contrário aos militares, posicionando-se, dessa forma, contra as direitas. Entretanto, esse posicionamento seria alterado após a implementação do regime, ou seja, passaria a apoiar as ações dos militares.

Apoiou a candidatura de Sarney [ver José Sarney] em 1965, vindo a romper dois anos depois. Após o regime ditatorial, especificamente sobre o governo Collor, o jornal se posicionou contrário ao confisco da poupança dos trabalhadores, denunciou as irregularidades do governo, portanto, favorável ao impeachment.



## REFERÊNCIAS

Araújo Neto, Wilson Pinheiro. **O Jornal Pequeno e a ditadura militar no Maranhão**: a perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 06 de abril. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **IMPrensa e Golpe de Estado no Maranhão**: o posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno durante o governo João Goulart. 2015. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

LIRA, Jefferson Maciel. **“No interesse da paz e da honra nacional”**: a “Operação Limpeza” nas páginas do Jornal Pequeno. 2016. Monografia de Graduação em História– Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.

OLIVEIRA, Mônica de Sousa. **O impeachment do fenômeno Collor nos impressos maranhenses**. 2016. Monografia de Graduação em História– Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais– Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

## JOSÉ REINALDO TAVARES (JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/73714/biografia>



Quando estudamos sobre o Maranhão vemos como a política local está atrelada à família Sarney, ou seja, como muitos políticos se inseriram na política sendo apoiados por ela. Alguns permaneceram vinculados a essa oligarquia [ver oligarquia], outros ao longo de sua trajetória se desvincularam, caso, por exemplo de José Reinado Tavares ou simplesmente Zé Reinaldo.

José Reinaldo nasceu em São Luís em 19 de março de 1939. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará em 1964. Foi diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DER-MA) entre 1969 e 1970, durante o governo de José Sarney [ver José Sarney].

Secretário de Estado (secretaria de planejamento) do governo Neiva de Santana (1971-1975) [ver Pedro Neiva de Santana]. Entre 1975 e 1977 foi superintendente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Entre 1980 e 1985 foi diretor-geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Assumiu a superintendência da Sudene entre 1985 e 1986. Em seguida filiou-se ao PMDB e assumiu o Ministério dos Transportes na presidência de José Sarney.

Em 1990 elegeu-se deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL), votando a favor do impeachment de Collor em 1992. Vice-governador do Maranhão do Maranhão, renunciando ao mandato de deputado, nos dois mandatos de Roseana Sarney (1995-2002) [ver Roseana Sarney], assumindo o governo quando Roseana Sarney se ausentou em 1998 por motivos de saúde e quando se afastou para concorrer ao senado em 2002. Elegeu-se governador do Maranhão em 2002 pelo PFL. Finalizou a privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM) [ver BEM] em 2004, iniciada na gestão de Roseana Sarney.

Rompeu com a família Sarney em 2004. Há controvérsias sobre essa ruptura, de acordo com José Reinaldo a causa foi a candidatura de Sarney Filho ao governo, um desejo de José Sarney. Então José Reinaldo disse que o nomearia chefe da Casa Civil para que pudesse estabelecer uma relação mais próxima com os políticos locais. Entretanto José Sarney não havia comunicado essa pretensão a sua filha Roseana que queria se candidatar ao governo, deixando-a entender que a decisão tinha partido de José Reinaldo. Daí deu-se o rompimento, pois Roseana passa a atacar José Reinaldo.

A outra versão aponta que o rompimento se deu por uma briga entre Roseana e a então esposa de José Reinaldo, Alexandra Tavares, que teria respingado na política, já que José Reinaldo teria encerrado a publicidade oficial no sistema Mirante. Após o rompimento com a família Sarney apoiou a candidatura vitoriosa de Jackson Lago [ver Jackson Lago] ao governo do estado em 2006.

Foi envolvido na “operação Navalha” que investigou sobre fraudes em licitações de obras públicas, não sendo preso graças a um habeas corpus. Além da Operação Navalha foi acusado de uma série de ilegalidades enquanto esteve no cargo de ministro, de vice-governador e de governador.



## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

Cruz, Ednílson; Carneiro, Alan. TAVARES, José Reinaldo. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tavares-jose-reinaldo>

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica**: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

# JOSÉ SARNEY

## (JOSÉ RIBAMAR FERREIRA DE ARAÚJO COSTA)

---

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/131036>



Vamos começar refletindo sobre a palavra “novo”. Quando mencionamos que queremos algo novo, isto pode significar que está precisando romper com algo que já está desgastado, ou ainda, substituir algo que não supre mais suas necessidades, por exemplo, uma roupa, um jogo. Pois bem, se pensarmos no uso dessa palavra em um sentido político o significado é de romper com uma política que é considerada ultrapassada ou com uma situação que precisa ser superada. Os dois sentidos foram utilizados por José Sarney ao longo da sua vida política. Mas, antes da trajetória política de José Sarney, alguns questionamentos: Qual o fundamento do discurso de José Sarney ao usar o termo “novo” em seu projeto político? Esse discurso foi praticado? Como sua trajetória política foi construída? Como conseguiu permanecer em cargos políticos por tanto tempo?

José Sarney nasceu em 24 de abril de 1930 em Pinheiro (o nome do seu pai era Sarney Costa, conhecido desembargador do Maranhão, logo ficou conhecido como “Zé do Sarney”, por isso em 1965 resolveu – aconselhado por Bandeira Tribuzi [ver Bandeira Tribuzi] – adotar legalmente o nome José Sarney). Formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Maranhão em 1953, ingressou na Academia Maranhense de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão na década de 1950. Muito voltado à literatura, fez parte da geração de 45 [ver geração de 45], formada por poetas, jornalistas, escritores em geral.

Sua vida política se inicia trabalhando no gabinete do governador Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] por indicação de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], amigo de seu pai e seu padrinho na política, tendo sido também diretor na secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Já em 1954 foi eleito suplente de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD], partido também de Vitorino. Sua permanência neste partido é curta, integrando, em 1955, o grupo de deputados que se afastaram do partido e em 1957 se filiam à União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], ano em que também exerce a função de professor de Noções de Direito na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão.

Em 1958, já no novo partido, foi eleito deputado federal pelas Oposições Coligadas [ver Oposições Coligadas], grupo que fazia oposição principalmente a Vitorino Freire e naquele momento era formada pelos partidos: UDN, PR (Partido Republicano) [ver PR], PDC (Partido Democrata Cristão) e PSP (Partido Social Progressista) [ver PSP].

Entre idas e vindas com o vitorinismo, em 1960 é feito um acordo entre o PSD e a UDN e é lançado o nome de Newton Belo (PSD) [ver Newton Belo] para as eleições ao governo do estado. Entretanto, o PSD volta a ter uma maior projeção nacional, portanto passa a ter mais poder de decisão o que leva ao rompimento do acordo em 1962. Desse modo, a UDN volta a compor as Oposições Coligadas, agora formada pelo PTN, UDN, PDC e PR e José Sarney é reeleito deputado federal.

Em 1964 ocorreu o golpe Civil-Militar [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão] e os militares passam ao comando do país, reestruturando toda a política nacional, alterando, inclusive toda a dinâmica política local. Neste momento já havia a ruptura de Sarney com o responsável pela sua inserção na política, Vitorino Freire, e a dependência inicial já não existia mais. Assim, em 1965 Sarney (UDN) se lança como candidato ao governo do estado contra Renato Archer (PTB) [ver Renato Archer] – apoiado por Vitorino Freire – e contra Costa Rodrigues (PDC, PL) – apoiado por Newton Belo, com quem Sarney, nessa altura, já tinha rompido também. Este é um dos pontos altos da trajetória de Sarney, uma vez que sai vitorioso das eleições com o apoio de Castello Branco (primeiro presidente do regime ditatorial instaurado em 1964).

Aqui é necessária uma pausa na trajetória política de Sarney para entender algumas questões importantes. A primeira: o apoio de Castello Branco foi fundamental para a vitória de Sarney, uma vez que houve a revisão do código eleitoral do Maranhão e o envio das Forças Armadas pelo governo federal para anular qualquer possibilidade de fraudes eleitorais – prática muito comum de Vitorino Freire e seu grupo de apoiadores, a chamada “Universidade da Fraude” [ver Universidade da Fraude] – eliminando cerca de 200 mil votos. A segunda: a implementação do regime ditatorial, que Sarney apoiava, promoveu forte repressão a seus opositores, favorecendo a eleição de Sarney já que seus principais opositores (Renato Archer e Cid Carvalho) tiveram seus mandatos cassados ou foram exilados (Neiva Moreira [ver Neiva Moreira]). A terceira: como já foi destacado anteriormente, o partido de maior oposição (PSD) tinha sofrido uma divisão interna – Newton Belo e Vitorino Freire lançam candidatos diferentes para as eleições de 1965. Então, a partir deste cenário, Sarney é eleito governador com início de mandato em 1966. Além do que foi citado, a candidatura de José Sarney foi fortemente marcada pelo discurso da modernização e do progresso, ou seja, retornamos ao início desse texto, marcada pelo discurso do “novo”. Além disso, o sentido dado ao novo é de ruptura em relação à oligarquia [ver oligarquia] de Vitorino Freire. De acordo com Sarney o Maranhão estaria livre da dominação oligárquica, ideia que foi aderida por grande parte da população que nutria esperança de um Maranhão com mais igualdade.

Então, aproveitando-se da conjuntura de enfraquecimento de Vitorino Freire, Sarney lança como um dos slogans de sua campanha o “Maranhão Novo”, que tinha como objetivo, pelo menos no discurso, a justiça social e o crescimento econômico.

Para propagar sua agenda de governo o candidato ao governo do Maranhão contratou um especialista em marketing, Miguel Gustavo, que inseriu pela primeira vez no Maranhão a campanha eleitoral com jingle, ou seja, músicas criadas com as bases do discurso do candidato a fim de que a população fixasse de forma mais objetiva a ideologia do candidato. Além disso, Sarney se utilizou de jornais locais que o apoiavam para disseminar sua agenda de governo, bem como para fazer críticas aos seus opositores, principalmente Vitorino Freire. Não à toa passa a ser acionista do Jornal do Dia em 1968 – que anos depois se tornaria o jornal o Estado do Maranhão (1973) – isto é, ser proprietário de um meio de comunicação era essencial para divulgar sua política de governo e criar consenso na sociedade a favor do seu projeto. Em resumo sobre sua eleição em 1965: Sarney foi resultado do regime ditatorial implementado por meio de um golpe em 1964, estabelecendo relação direta entre o governo federal e o estadual.

No centro da agenda do “Maranhão Novo” estava a reforma do estado, com criação de agências que favorecessem o projeto de desenvolvimento baseado na igualdade, sobretudo no campo, uma vez que um dos pontos defendidos por Sarney durante a campanha foi o fim da grilagem e do latifúndio, o que lhe rendeu muitos votos do campesinato maranhense.

Assim, uma das primeiras medidas do governador em 1966 foi criar o Grupo de Trabalho, Assessoria e Planejamento (GTAP) que, em 1967, se tornaria a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema) [ver GTAP/Sudema], responsável pelo planejamento do desenvolvimento no Maranhão. Esta agência foi uma das responsáveis pela modernização do capitalismo no campo maranhense, juntamente com outras medidas que tinham como foco a abertura do estado para empresas nacionais e internacionais, tais como: a Reserva Estadual de Terras, criada em 1968 e a Lei de Terras de 1969, que, entre outras diretrizes, cria o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA) que realizaria a análise das solicitações de títulos provisórios das terras.

A ideia era que as terras devolutas do estado fossem organizadas para que houvesse sua venda a grupos econômicos nacionais e internacionais.

Como resultado, surgiram empresas com declarações de propriedade de terras falsas, aumentando a grilagem no Maranhão, e expulsando os trabalhadores rurais de sua região, provocando um grande êxodo rural e uma luta constante entre empresários e camponeses. A partir da organização desta estrutura e do apoio do governo federal, o governo Sarney investiu em grandes obras públicas, como: a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, a construção do Porto do Itaqui [ver Porto do Itaqui], a finalização da rodovia São Luís-Teresina, a ponte José Sarney (também conhecida como ponte do São Francisco).

Essas ações se alinhavam às do governo ditatorial, que tinham como base o desenvolvimento econômico do país, conjunto de medidas que ficou conhecido como “milagre econômico”, no caso do Maranhão: “milagre maranhense” [ver milagre maranhense].

Mas uma questão pode ser pensada: e as oposições ao governo? É importante lembrar que a partir de 1965 o país viveu o chamado bipartidarismo a partir do Ato Institucional nº 2 implementado pela ditadura, ou seja, só seriam aceitos dois partidos, o de apoio ao governo (a Aliança Renovadora Nacional (Arena) [ver Arena] e o de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) [ver MDB]. Sarney, filiou-se à Arena e encontrou pouca resistência do MDB no Maranhão, havendo o crescimento somente de um opositor a seu governo deste partido, Epitácio Cafeteira (MDB) [ver Cafeteira]. Além disso, alguns de seus opositores finalizam seu mandato no senado: Eugênio de Barros (1967), Vitorino Freire (1971), Sebastião Archer (1971) [ver Sebastião Archer] e Clodomir Millet (1975) [ver Clodomir Millet], dando maior espaço para a livre atuação do governador.

Apesar dos grandes investimentos, o crescimento econômico não se transformou em igualdade social, pelo contrário, a população continuou na pobreza, os camponeses tiveram suas terras tomadas pelas empresas que chegavam, ou seja, o “novo” não foi colocado em prática. O que houve foi a construção de uma nova oligarquia no poder que seria consolidada com a chegada de Sarney à presidência da República em 1985, como poderá ser percebido mais à frente: a oligarquia Sarney.

Em 1970 Sarney demite-se do cargo de governador para concorrer às eleições no senado pelo Maranhão, assumindo o cargo seu vice-governador, Antonio Dino que logo depois rompe com Sarney. Nessas mesmas eleições Sarney indica para o governo do estado Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana], que posteriormente romperá com Sarney, demonstrando seu domínio político mesmo não estando mais à frente do governo. Em 1971, enquanto era senador, assume também a presidência do Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso (IPEAC).

Ao longo deste mandato no senado (1971-1979) algumas questões envolveram sua vida política: a) em 1974 Vitorino Freire, opositor direto de Sarney, consegue eleger indiretamente sua indicação para o governo do estado: Osvaldo da Costa Nunes Freire [ver Nunes Freire], que governou o Maranhão entre 1975 e 1978 e enfraqueceu a influência de Sarney no estado; b) o caso da fazenda Manguary: José Leite representou Sarney nas negociações com José Ribeiro Salomão para a compra das terras, nomeando Exedito Leite para gerenciar a fazenda. Com a morte de José Leite, em 1974, Sarney assume a fazenda em seu nome. Em 1978 é iniciada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o latifúndio no Maranhão e as irregularidades da fazenda de Sarney se tornam evidentes. Mas estes acontecimentos não o impedem de ser reeleito para o senado em 1978 e ainda indicar o próximo governador do Maranhão, João Castelo [ver João Castelo], que administrou o estado entre 1979 e 1982, o que marcou o retorno de Sarney ao controle político do Maranhão, mesmo que em 1982 João Castelo tenha rompido com ele.

Em 1979 foi presidente da Arena, mas com o fim do bipartidarismo funda o Partido Democrático Social (PDS), para o qual migraram os políticos pertencentes à Arena, tornando-se seu presidente em 1980 e renunciando em 1984 após perceber grande oposição dos membros do partido a seu candidato a sucessor na presidência – Aureliano Chaves. Assim, forma a Frente Liberal (mais tarde PFL) juntamente com os políticos que o apoiavam. Nesta frente seu nome é indicado a vice de Tancredo Neves (PMDB) nas eleições formando a Aliança Democrática.

Em agosto de 1984 filia-se ao PMDB, vencendo as eleições indiretas como vice-presidente da República. Com a morte de Tancredo assume a presidência da República em 1985. Como presidente algumas medidas foram adotadas: Implementou o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) que tinha como objetivo assentar em torno de 7 milhões de trabalhadores rurais em 15 anos, sendo que tinha como meta assentar 1,4 milhões até 1989, mas esse número se reduziu a somente 80 mil em 1989; convocou a Assembleia Nacional Constituinte (1986), para a elaboração de uma nova constituição. Sobre a constituição destaca-se um ponto importante: o projeto enviado sugeria a troca do regime presidencialista para o regime parlamentarista e a redução do seu mandato para 4 anos. Para manter tanto seu mandato em 5 anos como o regime presidencialista Sarney realizou várias concessões de canais de TV e rádio principalmente a seus amigos e familiares (aliás, seu filho Fernando Sarney é quem administra sua rede de comunicação: a Mirante, que conta com jornais, emissoras de rádio, a TV mirante e um portal de mesmo nome).

Seu governo foi marcado por constantes crises políticas e econômicas levando-o a alterar constantemente seus ministros, demonstrando sua grande instabilidade. Em 1988 um novo escândalo marca sua trajetória política: seu ministro do planejamento (Aníbal Teixeira) foi acusado de corrupção ao mesmo tempo que Jorge Murad, secretário do presidente e casado com sua filha – Roseana Sarney [ver Roseana Sarney], foi acusado de intermediar recursos federais para o Maranhão, tendo como consequência nova CPI, arquivada logo em seguida. É importante lembrar que a família Murad é uma importante família de empresários do Maranhão que apresenta laços com a família Sarney: além do casamento entre Jorge Murad e Roseana Sarney, destaca-se também o casamento entre seu filho, Fernando Sarney, e Teresa Murad.

Após a seu mandato como presidente, foi eleito senador pelo Amapá (1990-1998), uma vez que Eptácio Cafeteira [ver Cafeteira] não renunciou a sua candidatura a senador do Maranhão pelo PMDB, sendo reeleito para mais dois mandatos (1998-2006/2006-2014), encerrando sua carreira política em 2014. Durante seus mandatos foi presidente do Senado entre 1995 e 1997, 2003 e 2004 e entre 2009 e 2010. Em sua trajetória no Senado esteve envolvido no escândalo das concessões dos canais de comunicação, fornecidas no período em que foi presidente da República, uma vez que foi ampliada a sua própria rede de comunicações (a Mirante).

Ao longo do Governo presidencial de Fernando Collor apoiou os projetos de privatização, mas se afastou do presidente em 1992 quando houve denúncias de corrupção, apoiando sua substituição por Itamar Franco. Apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, mas teve uma série de atritos após a eleição do presidente, com aproximações e distanciamentos ao longo dos mandatos de Fernando Henrique (1995-2002). Apoiou as reformas da previdência de 1994 e 2003. Após o governo de Fernando Henrique, apoiou a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, de quem se manteve próximo ao longo dos seus governos (2003-2010). Nas eleições de 2010 apoiou a candidatura de Dilma Rousseff.

No que diz respeito ao estado do Maranhão, seu domínio direto só foi rompido em três momentos: com o governo de Nunes Freire (1975-1979), com o governo de Jackson Lago (2009-2010) e com o governo de Flávio Dino (2015-2022), tendo influência direta nos demais governos locais: Luís Rocha (1983-1986) [ver Luís Rocha], Epitácio Cafeteira (1987-1990), Edison Lobão (1991-1994) [ver Edison Lobão], Roseana Sarney (1995-1998/1999-2002/2009-2010/2011-2014) e José Reinaldo Tavares (2003-2006) [ver José Reinaldo Tavares].

Além da vida política, Sarney é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Ciências de Lisboa. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Além disso, tem várias obras literárias publicadas.

O que se pode entender, portanto, da trajetória de José Sarney? Primeiro, sua trajetória está relacionada à sua habilidade em estabelecer acordos com sujeitos importantes nos diferentes cenários políticos. Segundo, utiliza-se do discurso do progresso, da modernização, do “novo” para convencer a população a ter esperança em suas ações, mas na prática toda a inovação proposta no discurso não se realiza. Terceiro, percebeu a importância dos meios de comunicação como instrumento de convencimento, construindo sua própria rede de comunicação, tornando-se, portanto, parte da burguesia nesta área. Quarto, percebeu que o poder econômico é de fundamental importância no mundo da política, aproximando-se de grupos empresariais. Ao se aproximar desses grupos e, principalmente, ao se tornar membro deles, passa a conduzir a política a partir de interesses próprios e como representante desses grupos, muitas vezes se utilizando de seus cargos para tornar nacional o que é de interesse dos grupos empresariais. Quinto, a sua trajetória como intelectual lhe conferiu um status fundamental, sobretudo, no começo de sua vida política.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francinete Louseiro de. **Política no Maranhão e o jornal O Estado do Maranhão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Maceió, 2011.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIA E IMPRENSA**: uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2019.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. A RAPOSA E O CANGURU: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: UFMA, 2004, p.265 - 297.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís, Edufma, 2006.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **ESTADO, MÍDIA E OLIGARQUIA**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

DIAS, J. A.; ALVES, A. E. S. (Orgs.). **Diálogos com a memória**: reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

DIAS, Sônia; LEMOS, Renato; CARNEIRO, Alan. JOSE RIBAMAR FERREIRA DE ARAUJO COSTA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

GUILHON; Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007.

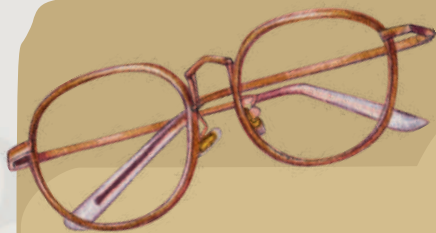
MENDES, Paulo Leandro da Costa Moraes. **DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO E ENSINO**: O Dicionário Histórico-biográfico como ferramenta pedagógica. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2021.

MORAIS, Natércia Cristyna Freitas. **“A PONTE DA ESPERANÇA”**: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). Monografia de Graduação em História - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006.

PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

PICCOLO, Monica. O sarneísmo rumo ao poder: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão republicano em foco**: Estado, imprensa e historiografia. São Luís: editora Shalom/Eduema, 2015, p. 67 - 84.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica**: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.



## INDICAÇÃO DE LEITURA

No texto acima estudamos um pouco sobre a trajetória de José Sarney. Para conhecer um pouco mais sobre ele você pode ler o livro da historiadora Drielle Bittencourt. Lá você encontrará linha do tempo, análises sobre as relações políticas que ele estabeleceu entre os anos de 1950 e 1970, análises de jornais locais e muito mais. Para ter acesso ao livro copie e cole o link abaixo em sua aba de navegação: [trajetória política de José Sarney.pdf](#)  
Boa leitura!





Luís Rocha (Luís Alves Coelho Rocha)  
Luso Torres (José Luso Torres)

## LUÍS ROCHA (LUÍS ALVES COELHO ROCHA)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/131757/biografia>



Muitos políticos do estado faziam parte da burguesia agrária do Maranhão, com investimentos tanto na área da produção agrícola quanto na área da pecuária. A partir disso o que podemos perceber? Isso possibilita compreendermos que muitos deles detinham poder econômico e buscavam constantemente poder político, por entenderem que economia e política andam juntas. Exemplo disso é Luís Rocha que foi um político local e dono de terras para investimento na criação de gado. Com fazendas em Minas Gerais e no município de Igarapé Grande no Maranhão. Nasceu no município de Loreto em 6 de julho de 1937.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Seu primeiro cargo político foi como vereador de São Luís, eleito em 1962 pela União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], que naquele momento compunha as Oposições Coligadas [ver oposições coligadas].

Após o golpe Civil-Militar de 1964 e a extinção dos partidos, e implementação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) [ver Arena], elegendendo-se deputado federal em 1966, reelegendo-se em 1970 - assumindo a vice-liderança do partido no estado -, 1974 e 1978. Filiou-se ao PDS em 1979, com o fim do bipartidarismo, e em 1985 ao PFL, quando houve uma divisão interna do PDS na indicação de nomes para as eleições indiretas a presidente da República.

Foi Governador do Maranhão entre 1983 e 1987, eleito pelo PDS, finalizando o Projeto/Programa Grande Carajás no estado (ver Projeto/Programa Grande Carajás (PGC)), ocupando cargo político novamente somente em 1997 como prefeito de Balsas eleito no ano anterior. Faleceu em março de 2001.



## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

ARROYO, Priscilla. **Dono de empresas agropecuárias, senador banca projeto que extingue Reserva Legal**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/13/dono-de-empresas-agropecuarias-senador-banca-projeto-que-extingue-reserva-legal/>

CARNEIRO, Alan. LUIS ALVES COELHO ROCHA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-alves-coelho-rocha>

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica**: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás**: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980). 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

## LUSO TORRES (JOSÉ LUSO TORRES)

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Luso\\_Torres](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luso_Torres)



A Academia Maranhense de Letras (AML) é uma instituição que preserva a memória de escritores locais, muitos deles inseridos na vida política. Luso Torres, nascido em São Bento em 10 de junho de 1880, é o fundador da cadeira nº 6 dessa instituição. Quais as implicações disso? Além de preservar a memória a AML atribui status a quem ocupa uma cadeira sua. Atribui características de intelectual ao indivíduo o que é usado como legitimação para a vida política. Assim como economia e política andam juntas a cultura e a política também, principalmente no início do século XX. Luso Torres cursou Engenharia na escola militar do Rio de Janeiro. Coronel reformado do Exército Nacional.

Foi deputado estadual no Maranhão entre 1910 e 1914 e prefeito de São Luís (1918-1921). Combateu a Coluna Prestes na sua passagem pelo Maranhão em 1926. Primeiro interventor do Maranhão (exercendo o cargo por 12 dias) após o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras. Sua nomeação, mesmo tendo resistido ao movimento de 1930 no Maranhão, para interventoria se deu por ser desvinculado dos grupos oligárquicos locais e por ter a liderança do quartel do estado. Sua interventoria não organizou a economia local que estava em crise, recebendo, logo, críticas de comerciantes e industriais que viam suas taxas de lucro caírem constantemente. Conselheiro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado (CTEF-MA), criado em 1938, na gestão de Paulo Ramos. Faleceu em junho de 1960.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

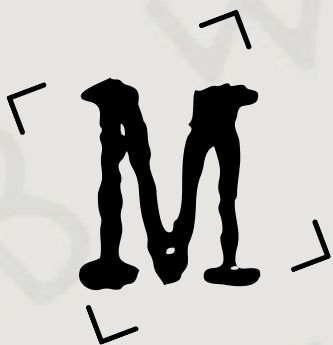
CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.



Magalhães de Almeida (José Maria Magalhães de Almeida)  
Manoel da Conceição Santos  
Maria Aragão (Maria José de Camargo Aragão)  
Matos Carvalho (José de Matos Carvalho)  
Milagre Maranhense  
Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Maranhão

## MAGALHÃES DE ALMEIDA (JOSÉ MARIA MAGALHÃES DE ALMEIDA)



Fonte: <https://josepedroaraujo.blogspot.com/2017/07/o-curador-na-rota-do-governador.html>

Se você já foi ao centro da cidade saindo da praça João Lisboa em direção ao Mercado Central, você já passou na avenida Magalhães de Almeida, inaugurada em 1941, durante o mandato de Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana] como prefeito de São Luís. A chamada Revolução de 1930 teve como um de seus objetivos centralizar o poder, rompendo com o domínio das oligarquias de Minas e São Paulo (período também conhecido como República Velha ou República do Café com Leite). Esse objetivo também se estendia a outros estados do Brasil, inclusive o Maranhão. Naquele período o Maranhão era dominado pelos herdeiros políticos de Urbano Santos, dentre eles Magalhães de Almeida, que havia reunido uma vasta rede de aliados no estado, dominando a conjuntura política local.

Magalhães de Almeida nasceu em Codó em 28 de julho de 1883. Formou-se na Escola Naval do Rio de Janeiro em 1903. Serviu como oficial da Marinha estadunidense na Primeira Guerra Mundial. Em 1921 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano (PR) [ver PR], reelegendo-se em 1924. Em 1925 assumiu o poder executivo do Maranhão. Antes da Revolução de 1930 [ver Revolução de 1930 no Maranhão] era um dos líderes oligárquicos do estado, seus partidários ficaram conhecidos como Magalhãesistas.

Seu grupo era composto por proprietários rurais, agroindustriais e comerciantes, o que demonstra a dominação não só política, mas também econômica no estado. Essa, aliás, é uma característica do Maranhão até a atualidade.

No estopim da Revolução de 1930 estava à frente da gerência do estado, organizando, à distância, as tropas locais para resistirem à movimentação e atacarem os revoltosos, mas desistiu, pois, ainda se encontravam na cidade vários familiares seus, constantemente ameaçados pelos líderes do movimento.

Foi preso em Belém e trazido para São Luís. Fundou a União Republicana Maranhense (URM) [ver URM] junto com Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] em 1932 a fim de concorrer à vaga na Assembleia para a elaboração da Constituição do Brasil em 1933, com quem rompeu, aliando-se a Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] para fundar o Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] em 1934 para concorrer novamente a uma vaga na Assembleia para a elaboração da constituinte estadual.

Eleito deputado pela URM cumpriu seu mandato até a decretação do Estado Novo em 1937. Durante seus mandatos fundou os jornais Tribuna (1924-1934) e A Pacotilha (1934-1935), por perceber a importância da imprensa para o jogo político. Faleceu em outubro de 1945.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- JOSE MARIA MAGALHAES DE ALMEIDA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-maria-magalhaes-de-almeida>
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

# MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS



Fonte: <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/nota-de-pesar-manuel-conceicao-santos-lider-politico>

Você já deve ter ouvido falar do Partido dos Trabalhadores (PT). É um dos maiores partidos do Brasil. Você sabia que um maranhense participou da fundação desse partido em 1980? Conhece a trajetória dele? A sua história de vida se mistura à luta dos trabalhadores rurais do Maranhão. Nasceu em 24 de julho de 1935 em Coroatá. Sua família era composta por trabalhadores rurais que cultivavam para a subsistência, enquanto seu pai ia para roça a sua mãe quebrava coco babaçu. Em 1955 mudou-se para Santa Luzia e depois para Bacabal quando sua família foi expulsa das terras que moravam, mudando-se novamente em 1958 para Pindaré Mirim, quando foram novamente expulsos da terra em que moravam por um grande proprietário rural.

Fez o curso de alfabetização, sindicalismo e produção agrícola do Movimento de Educação de Base (MEB) (1960). Atuou na alfabetização de camponeses com a construção de escolas e fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim (1963).

Nos primeiros anos da década de 1960 Manoel da Conceição, líder do sindicalismo rural na região do Vale do Pindaré, foi tratar com o então governador, Newton Belo [ver Newton Belo], de soluções para o problema existente entre roceiros e pecuaristas. Em resposta, o governador ameaçou prendê-lo e matá-lo.

Com o golpe Civil-Militar o sindicato foi extinto, sendo Manoel da Conceição preso por um mês. Na candidatura de José Sarney [ver José Sarney] ao governo do estado (1965) apoiou-o com base nos discursos de campanha de Sarney de que melhoraria as condições de vida no campo, levando saúde, educação, melhores condições de trabalho e promoveria a reforma agrária. Em 1967 integrou-se à Ação Popular (AP).

Assim, juntamente com outros trabalhadores rurais, em 1968, após a vitória de Sarney, tentaram reabrir os sindicatos, mas sofreram forte repressão da polícia militar. Neste embate Manoel da Conceição foi baleado na perna e, posteriormente, preso, tendo sua perna amputada por ter adquirido tétano. Foi nesse período que falou sua famosa frase “minha perna é minha classe, e é com ela que conto todos os dias” em resposta a Sarney que lhe ofereceu uma perna mecânica quando soube do ocorrido.

Atentem-se: foi a polícia militar do governo Sarney que agiu com violência contra os trabalhadores rurais que o apoiaram durante sua candidatura. Em 1969, após ser solto foi para a China como representante da AP, permanecendo no país durante 9 meses realizando cursos sobre o maoísmo.

Voltou ao Brasil em 1970, permanecendo no país até 1976, momento do seu exílio na Suíça. Em 1979, com a Anistia, voltou ao Brasil e se engajou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Realizou greve de fome em 2009 em protesto ao apoio do PT-MA à candidatura de Roseana Sarney (PMDB) [ver Roseana Sarney] ao governo do estado em 2010. Faleceu em agosto de 2021.

Podemos perceber, portanto, que Manoel da Conceição lutou incansavelmente por justiça social e pelos direitos humanos. Organizou-se em associações e movimentos de representação dos trabalhadores rurais, auxiliou na alfabetização de camponeses – o que era um dever do estado –, lutou contra o regime ditatorial. Tentou, por meio da fundação do PT, tornar nacional o projeto de emancipação das classes trabalhadoras, realizando um movimento que ia contra as mazelas sociais e a dominação política e econômica dos grandes empresários.



## REFERÊNCIAS

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (Orgs). Manoel da Conceição. In: Muitos Caminhos, uma Estrela. Memórias de Militantes do PT (Vol.1). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

LIMA, Debora de Assumpção e. Manoel da Conceição: lavrador, camponês, maranhense aguerrido, educador do campo, pensador da luta por igualdade e reforma agrária. Disponível em: <https://agb.org.br/manoel-da-conceicao-presente/>

PEREIRA, Robison Raimundo Silva. Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PINHEIRO, Sílvia Sérgio Ferreira. A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

## MARIA ARAGÃO (MARIA JOSÉ DE CAMARGO ARAGÃO)

Fonte: <https://pcb.org.br/porta12/29975>



Você certamente já foi, ou pelo menos passou, na praça Maria Aragão, localizada no centro de São Luís. Essa praça é comumente utilizada para realizar eventos em São Luís. Fica localizada abaixo da famosa praça Gonçalves Dias, interligadas por uma escadaria. Mas você sabia que nessa praça existe um memorial destinado a reunir um acervo em homenagem à história de Maria Aragão? Maria Aragão nasceu em Pindaré Mirim em 10 de fevereiro de 1910. Formou-se em medicina pela Faculdade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1942. Através da medicina enveredou pela militância, atendendo a população pobre gratuitamente.

Em 1945 ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), retornando ao Maranhão e organizando a seção local do partido, tornando-se sua líder no estado. Para divulgar os ideais comunistas fundou no Maranhão o jornal A Tribuna do Povo e atuava nas portas das fábricas para divulgar a luta contra a opressão. Participou da Greve de 1951, sendo presa em outubro daquele ano e solta em dezembro. Foi para a União Soviética em 1961 a fim de fazer formações sobre o marxismo.

Em 1963 trabalhou no posto de saúde do bairro do Anil, ali solicitou reformas no prédio e realizou palestras com a comunidade e visitas periódica no Anil e nos bairros próximos, tornando-se sua diretora em 1970, mas logo foi deslocada ao Centro de Saúde do João Paulo, por onde se aposentou em 1981.

Com o golpe civil-militar [ver ditadura civil-militar no Maranhão] foi presa duas vezes, a primeira vez logo em 1964 e a segunda vez em 1973, sendo torturada e solta somente em 1978. Em 1970 Trabalhou na Liga Maranhense de Combate ao Câncer. Após a liberdade voltou à militância política, envolvendo-se na campanha das Diretas Já, que defendia as eleições diretas para presidente da República. Faleceu em 1991.

O que se pode perceber sobre a trajetória de Maria Aragão? Foi uma mulher negra maranhense que lutou contra a opressão por ser mulher, negra e pobre. A sua inserção social fez com que se posicionasse contra qualquer tipo de opressão e discriminação. Em outros termos: a nossa inserção social precisa estar alinhada ao nosso posicionamento político, à nossa forma de ver o mundo.



## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- COSTA, Wagner Cabral da. **A RAPOSA E O CANGURU**: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: UFMA, 2004, p. 265 - 297.
- SOUSA, Karlana Bianca Matos. **MEMORIAL E INSTITUTO MARIA ARAGÃO**: sobre espaços de memória das lutas da esquerda no Maranhão. Dissertação de Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

No verbete acima vimos que foi construído um memorial a fim de homenagear Maria Aragão. Mas qual o significado disso? Um memorial, como o próprio nome sugere, é um lugar de memória, ou seja, é um lugar que visa preservar a memória sobre determinados sujeitos. Mas você já parou para pensar que não preserva somente a memória de Maria Aragão, mas de toda uma comunidade. Nesse sentido, podemos estabelecer relação com o conceito de identidade, uma vez que Maria Aragão é a representação de uma série de mulheres negras e pobres que passam em seu cotidiano pelas mais diversas formas de preconceito, seja de gênero, de classe ou racial. A preservação da memória de Maria Aragão auxilia então na luta contra as formas de opressão contra a mulher, mas também como forma de demonstrar a força e a inteligência dessas mulheres atuais que resistem à opressão. Converse com seu/sua professor(a) de história e sociologia e entenda um pouco mais da importância dos lugares de memória.

VAMOS  
PENSAR UM  
POUCO?



## MATOS CARVALHO (JOSÉ DE MATOS CARVALHO)



Fonte:  
[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jos%C3%A9A9\\_de\\_Matos\\_Carvalho.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jos%C3%A9A9_de_Matos_Carvalho.jpg)

No bairro do Monte Castelo há uma escola chamada Unidade Integrada Governador Matos Carvalho. Mas em que período ele foi governador do estado? Quais as características do seu governo? Nascido em 2 de maio de 1905 em Barreirinhas, Matos Carvalho, antes de ser governador do estado, formou-se em medicina no Rio de Janeiro, foi prefeito de Barreirinhas, nomeado pelo interventor Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] e vereador eleito em 1947 pelo Partido Social Democrático [ver PSD], além de secretário da saúde do governo de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros].

Concorreu às eleições de 1955 ao governo do estado pelo PSD, primeira eleição ao governo depois da greve de 1951 [ver greve de 51]. Entretanto, essas eleições também foram marcadas pela fraude e houve contestação das Oposições Coligadas [ver oposições coligadas], tendo assumido o então vice-governador Alderico Machado em 1956, também vice-presidente da Assembleia Legislativa, e logo em seguida Eurico Ribeiro, deputado, enquanto a questão era solucionada. O problema também se deu por Alexandre Costa, candidato a vice-governador ao lado de Matos Carvalho, ter se deslocado para a oposição às vésperas da eleição. A questão envolveu tentativas de golpe e mobilizações do judiciário até que em julho de 1957 Matos Carvalho toma posse do governo estadual (1957-1960).

Como tentativa de se alinhar à agenda desenvolvimentista do governo federal, criou o Fundo de Desenvolvimento do Maranhão (Demar) em 1959 o Instituto Maranhense de Arroz a fim de restaurar a sua produção no estado. Ao longo do seu governo elaborou plano administrativo, o primeiro do Maranhão, a fim de promover o desenvolvimento econômico, por meio da Comissão de Planejamento Econômico do Estado (Copema). Em 1962 foi eleito deputado pelo PSD, filiando-se, com a implementação do bipartidarismo, ao Movimento Democrático Brasileiro [ver MDB]. Faleceu em 1993.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e opositoristas**. São Luís: lithograf, 2001.  
BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
JOSE DE MATOS CARVALHO. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em:  
<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-matos-carvalho>  
LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.  
MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

## MILAGRE MARANHENSE

Você já ouviu falar sobre o milagre maranhense? Caso nunca tenha ouvido falar, o que você imagina que tenha sido? Vamos pensar sobre a palavra “milagre”. Se buscarmos em dicionários de língua portuguesa ou em sites, podemos encontrar que o milagre é um “acontecimento fora do comum, inexplicável pelas leis da natureza” ou “acontecimento admirável e espantoso” (Dicionário Michaelis online). Será, então, que aconteceu algo inexplicável e espantoso no Maranhão?

O Milagre Maranhense ocorreu entre os anos de 1966 e 1970, no período do governo estadual de José Sarney [ver José Sarney] e foi relacionado, principalmente, aos grandes investimentos econômicos no estado do Maranhão. Por ser um estado essencialmente agrário, Sarney buscou promover a modernização no campo abrindo espaço para atuação de empresas nacionais e internacionais por meio da Reserva Estadual de Terras, criada em 1968 e a Lei de Terras de 1969, que criou o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), responsável por analisar as solicitações de títulos de terras.

Além disso, ainda em 1966, criou grupos de pesquisa e planejamento, dentre eles o GTAP (Grupo de Trabalho, Assessoria e Planejamento), alicerces para criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema) [ver GTAP/Sudema] em 1967, uma versão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que atuava em âmbito nacional. Foi nesse período também que foram realizadas obras públicas que tinham o apoio do regime ditatorial, como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, finalização da rodovia São Luís Teresina, construção do Porto do Itaqui [ver Porto do Itaqui] e da Ponte José Sarney (a ponte do São Francisco).

Entretanto, algumas perguntas surgem a partir desta afirmação: o Maranhão realmente cresceu economicamente? Esse crescimento não pode ser explicado? Houve benefícios à população? Em primeiro lugar, o termo “milagre maranhense” estava relacionado ao termo utilizado pela ditadura civil-militar brasileira “milagre econômico”, portanto, não foi uma especificidade do Maranhão.

Este termo foi utilizado como propaganda política para sustentar o regime ditatorial argumentando que seria benéfico para a população enquanto, por outro lado, aumentava a violência sobre a população que não concordava com a ditadura – sendo reproduzido também no Maranhão. Em segundo lugar, crescer economicamente não significa melhoria na qualidade de vida da população se não houver redistribuição de renda. Em terceiro lugar, o crescimento pode ser explicado por diversos fatores, como a abertura para entrada de empresas nacionais e internacionais, empréstimos contraídos de bancos e outras instituições financeiras, o apoio do regime ditatorial, entre outros. O que demonstra que de fato não houve milagre, mas estratégias econômicas de aumento de investimento, sem redistribuição de renda e com auxílio do governo federal, mas aumentando a dívida externa e, no caso do Maranhão, explorando a população do campo.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional**: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**. A trajetória da Oligarquia Sarney. Mimeog, 1997.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA. 2007.
- MENDES, Raíssa Caroline Macau. **O milagre do Maranhão**: análise da Política Econômica Estadual do governo José Sarney através da imprensa (1966-1970). 2017. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- PICCOLO, Monica. **O sarneísmo rumo ao poder**: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. **Maranhão republicano em foco**: Estado, imprensa e historiografia. São Luís: editora Shalom/Eduema, 2015, p. 67 - 84.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**. In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História – UEMA, 2022.



## INDICAÇÃO DE LEITURA



No texto acima estudamos um pouco sobre o “Milagre Maranhense e vimos sua relação com o chamado “Milagre Econômico” brasileiro. Para entender um pouco mais sobre isso você pode ler o verbete do Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens. Copie e cole o link abaixo em sua aba de navegação para acessar este dicionário: [dicionário de conceitos e temas econômicos para jovens.pdf](#)



Boa leitura!



## MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) NO MARANHÃO

Os partidos têm como um de seus objetivos reunir sujeitos que tenham metas em comum na política, mas isso não significa que não possa haver discordâncias internas entre seus membros. Além disso, servem para propor ações em comum que têm impactos na sociedade. É muito comum vermos a ação de partidos em regimes democráticos, que tem como uma de suas principais características a liberdade de expressão e o direito de ir e vir. Mas os partidos também podem existir em regimes ditatoriais, momento em que os direitos dos sujeitos são retirados. Esse foi o caso do MDB no Brasil e no Maranhão após a implementação da ditadura Civil-Militar [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão]. Nesse sentido, quais os objetivos do MDB? Quais sujeitos fizeram parte desse partido no Maranhão? Como surgiu? Quais os interesses em comum desses sujeitos?

Surge no contexto da ditadura por meio por meio do Ato Institucional Nº 2 de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos, e do Ato complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965, que destacou as regras para a criação de novos partidos, um da situação e um de oposição (a chamada oposição consentida), mas sem conter em seu nome o termo “partido”. Composto principalmente por políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD].

A Comissão executiva do MDB na sua criação foi composta por Renato Archer da Silva [ver Renato Archer], Cid Rojas de Carvalho, Pedro Braga Filho, Sebastião Archer da Silva [ver Sebastião Archer], José Burnett da Silva e José de Matos Carvalho [ver Matos Carvalho].

Teve pouca ação como oposição no Maranhão, uma vez que sua criação não viabilizava uma ação efetiva, pois era constantemente vigiado pelo sistema de espionagem da ditadura. Primeiro, por ter um caráter de frente política, isto é, a diversidade ideológica e de agendas políticas dificultou a sistematização de ações; segundo, pela existência tímida do PTB no Maranhão, um dos partidos basilares de sua composição; terceiro, pela ação estratégica de José Sarney (governador do Maranhão filiado à Arena) [ver José Sarney] que conseguiu organizar uma base política sólida. Tinha 78 diretórios (seção do partido nos estados/municípios) no Maranhão. 9 deputados estaduais eleitos e 9 vereadores em São Luís em 1969. Tinha como objetivo o fortalecimento da democracia. Tinha como um dos seus principais líderes no Maranhão Epitácio Cafeteira [ver Cafeteira].



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Z. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Lutas Sociais, n. 9/10, p. 19–26, 2004.
- GUILHON; Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia**. Revista de Políticas Públicas, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA, 2007.
- MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo: saga de uma geração**. São Luís: edição do autor, 2019.
- MORAES, Paulo Leandro da Costa. **O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”**: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966). 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970**. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

# N

Neiva Moreira (José Guimarães Neiva Moreira)

Newton Belo (Newton de Barros Belo)

Nunes Freire (Osvaldo da Costa Nunes Freire)

## NEIVA MOREIRA (JOSÉ GUIMARAES NEIVA MOREIRA)



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74225>

A História do Maranhão é marcada pela dominação de grupos políticos e econômicos. Muitos sujeitos que ocuparam cargos no estado eram proprietários rurais, grandes comerciantes ou industriais, ou estavam a eles vinculados. No entanto, houve tentativa por parte de alguns sujeitos históricos de fazerem oposição, lutando pela justiça social e melhores condições de vida para os trabalhadores urbanos e rurais, é o caso de Manoel da Conceição [ver Manoel da Conceição] e Maria Aragão [ver Maria Aragão], mas também foi o caso de Neiva Moreira, nascido no município de Nova Iorque no Maranhão em 10 de outubro de 1917.

De família pobre (o pai era quitandeiro e a mãe professora) teve que ajudar no sustento da casa quando seu pai faleceu quando Neiva Moreira tinha 6 anos. Ainda na adolescência começou as atividades de jornalista, fundando jornais nas escolas em que estudou, o que seria sua profissão na vida adulta.

Trabalhou no jornal A Pacotilha, onde conheceu Nascimento de Moraes, um dos mais conhecidos jornalistas maranhenses. Entre 1936 e 1942 foi membro da Associação Maranhense de Imprensa (AMI). Foi para o Rio de Janeiro, em 1942, trabalhando no Diário da Noite (um dos jornais da rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand]), por meio do qual conheceu Carlos Lacerda, integrando, posteriormente, a equipe da Revista O Cruzeiro.

Ao retornar ao Maranhão, 1949, compôs a equipe do Jornal do Povo [ver Jornal do Povo], fundado em 1950, que passaria às suas mãos em 1952, fundado por Adhemar de Barros e principal instrumento de disseminação dos ideais e posicionamentos do Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP] (principal partido de oposição a Vitorino [ver Vitorino Freire]), a convite de Clodomir Millet [ver Clodomir Millet], trabalhando, então, com seu tio José Neiva, então diretor do jornal e antigo amigo de Vitorino Freire, amizade rompida em 1949, quando do rompimento de Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] com Vitorino.

Fez oposição a Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] durante as eleições de 1950 e, conseqüentemente, na Greve de 1951 [ver greve de 51].

Foi deputado estadual pelo PSP em 1950 e federal em 1954, 1958 e 1962. Foi um dos Fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) que agrupava partidos que se posicionavam contrários à entrada de capital estrangeiro no país, defendendo, assim, a nacionalização da economia.

Em 1960, nas eleições à presidência, apoiou o Marechal Lott (PSD) e não Adhemar de Barros (PSP) que era vinculado ao seu partido. Durante seu mandato como deputado federal participou da investigação sobre o processo de desnacionalização das empresas brasileiras, exercendo seu ideal nacionalista. Durante o governo de João Goulart apoiou as Reformas de Base, acreditava na proposta que conjugava estabilidade e transformação. Teve seu mandato de deputado cassado pela ditadura, tendo sido preso em 1964. Após ser solto iniciou um longo processo de exílio em países da América Latina, passando pela Bolívia, Uruguai, Argentina, Peru e México, retornando ao Brasil em 1979, após aprovação da Lei de Anistia.

Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado por Leonel Brizola, trabalhando ao lado de Jackson Lago [ver Jackson Lago] na organização do partido no Maranhão. Candidatou-se a deputado federal em 1982 e em 1986 a senador, mas sem obter êxito. Foi Secretário de Comunicação Social do Rio de Janeiro (1983 a 1985) e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (1986-1987).

Novamente em 1990 e 1994 candidatou-se a deputado, ficando na suplência, mas conseguindo assumir em 1993 quando José Carlos Sabóia foi nomeado secretário de Governo da Prefeitura de São Luís, devolvendo o assento em 1994, e em 1997, quando Domingos Dutra renunciou seu mandato. Em 1992 foi eleito membro da Academia Maranhense de Letras (AML). Nas eleições de 1998 foi eleito deputado federal, sendo reeleito em 2002. Foi assessor especial do governador Jackson Lago (2007-2009). Faleceu em 2012.

Podemos perceber, então, que a Neiva Moreira se apresentava sempre comopositor dos políticos instalados no governo do estado. Sua inserção na burocracia estatal pode ser entendida como uma estratégia de alteração do cenário político que estava posto, levando para uma instância de poder a sua luta por uma sociedade civil mais justa. Percebeu também que os jornais impressos eram uma importante ferramenta de divulgação do seu posicionamento contra as mazelas pelas quais passavam a classe trabalhadora, além de ser um veículo de divulgação da constante corrupção dos políticos que dominavam a conjuntura política estadual.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LOPES, Gustavo; CARNEIRO, Alan. JOSE GUIMARAES NEIVA MOREIRA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira>

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

## NEWTON BELO (NEWTON DE BARROS BELO)



Fonte: <https://www.ma.gov.br/galeria-de-governadores>.  
Adaptada.

Governador Newton Belo é um município do Maranhão que fica a 296 km da capital do estado. Originalmente, enquanto era um povoado, esteve vinculada ao município de Monção, depois ao município de Zé Doca, tornando-se um município emancipado somente em 1994. Mas você sabe quem foi o governador Newton Belo, homenageado com o nome desse município? Newton Belo nasceu em São Bento em 12 de julho 1907. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Luís em 1932. Foi diretor da imprensa oficial durante a gestão de Aquiles Lisboa (1935-1936) [ver Aquiles Lisboa].

Nomeado Promotor de justiça de São Luís na gestão de Paulo Ramos [ver Paulo Ramos]. Consultor jurídico do Estado na Gestão de Sebastião Archer [ver Sebastião Archer].

Em 1947 foi eleito vereador em São Luís pelo Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST] de Vitorino [ver Vitorino Freire] e deputado estadual e suplente de senador em 1950 pelo mesmo partido, período em que esteve ao lado de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], quando teve seu mandato contestado ao longo da Greve de 1951 [ver greve de 51], tendo, inclusive, seu carro incendiado por seu posicionamento.

Após a turbulência do ano de 1951 foi eleito deputado federal em 1954 e 1958 agora pelo Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] já recuperado por Vitorino em disputa judicial com Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo]. Participou da movimentação política que elegeria Assis Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand] a senador pelo Maranhão, renunciando à suplência do senador Antonio Bayma, que também renunciou para que houvesse vaga para Chateaubriand.

Prossegue na carreira política como Secretário do Interior (1957-1958) na gestão de Matos Carvalho [ver Matos Carvalho]. Candidatou-se ao governo do estado em 1960, elegendo-se para o mandato entre 1961 e 1966. Nesse período foi também presidente do diretório regional (seção do partido nos estados/municípios) do PSD.

Rompeu em 1962 com sua principal base de apoio, a União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], fundamentalmente pelo posicionamento de José Sarney [ver José Sarney] contra seu governo, naquela altura já membro daquele partido. José Sarney foi, durante a presidência de Jânio Quadros, o elo entre Newton Belo e o presidente, mas com a renúncia de Jânio e a instalação do parlamentarismo o PSD volta a ser centro do poder, fazendo com que Newton Belo não dependesse mais de Sarney. Desse modo, José Sarney passa a fazer oposição a Newton Belo a partir de 1962.

Em seu governo pretendeu superar o subdesenvolvimento econômico por meio da contenção das lutas dos camponeses ao adotar medidas assistencialistas, mas também por meio do uso da violência, ameaçando de morte, por exemplo, Manoel da Conceição [ver Manoel da Conceição], um dos líderes dos trabalhadores rurais. Dessa forma, criou o Plano de Colonização e Desenvolvimento Agropecuário (Planagro), elaborou um Plano Trienal de Educação por meio da criação da Comissão Executiva do Planejamento Educacional do Maranhão (Ceplema).

No ano de 1965 entra em disputa com Vitorino pela indicação do candidato pelo PSD às eleições ao governo do estado. Defendia a indicação de Renato Archer [ver Renato Archer], cujo nome foi vetado pelo partido e pelos militares, sugere então Costa Rodrigues, também vetado por Vitorino, levando ao rompimento entre Belo e Freire. Nessa disputa Vitorino consegue a liderança do PSD e a expulsão de Newton Belo do partido que lança a candidatura de Costa Rodrigues pelo Partido da Democracia Cristã (PDC), enquanto Vitorino apoia Renato Archer pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Teve seus direitos políticos cassados pela ditadura instaurada em 1964, afastando-se da política, vindo a falecer em 1976.

Newton Belo se consolidou na política por meio da dominação da oligarquia [ver oligarquia] de Vitorino Freire, mesmo tendo ocupado cargos políticos antes de se aproximar de Vitorino. Entretanto, conseguiu adquirir certa autonomia política diante de Vitorino Freire pela sua relação com outros políticos, como José Sarney e Jânio Quadros. Sua forma de fazer política reuniu aspectos da coerção, uso da violência, mas também do convencimento, principalmente pelos planos econômicos de desenvolvimento do estado, ou seja, buscava legitimar a violência com o argumento de estabelecer a ordem para garantir o desenvolvimento do estado. Entretanto, o que se percebia era o uso da violência para conter quaisquer opositores.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e opositoristas**. São Luís: lithograf, 2001.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

## NUNES FREIRE (OSVALDO DA COSTA NUNES FREIRE)



Fonte: <https://www.ma.gov.br/galeria-de-governadores>.  
Adaptada.

Governador Nunes Freire é um município do interior do Maranhão, localizado na região do Gurupi, a 225 km de São Luís. Nunes Freire foi um político maranhense que se estruturou a partir da relação com as oligarquias [ver oligarquia] locais. Entretanto, foi o primeiro político, depois de 1965, que chegou ao governo do estado sem apoio de José Sarney [ver José Sarney], mas com o apoio de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire]. Nasceu em Grajaú em 6 de dezembro de 1911 e formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1938. Inicia sua trajetória política por influência de Saturnino Belo [ver Saturnino Belo], sendo diretor do Departamento da Saúde Pública em 1946.

Dada a ruptura entre Saturnino Belo e Vitorino, posicionou-se ao lado de Freire, elegeu-se deputado estadual nas eleições de 1950 pelo Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST] de Vitorino, posicionando-se contra Saturnino Belo e favorável a Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] ao governo do estado naquelas eleições.

Reelegeu-se deputado estadual em 1954 pelo Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD], já recuperado por Vitorino. Eleito deputado em 1958 pela União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN] após romper temporariamente com Vitorino em 1955 no caso da manobra política para eleger Assis Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand] como senador pelo Maranhão. Foi reeleito deputado em 1962.

Apoiou a candidatura de Sarney [ver José Sarney] em 1965. Membro do antigo PSD, agora incorporado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) [ver Arena], dado o bipartidarismo, dividida localmente entre a Arena que apoiava Vitorino e a Arena que apoiava Sarney. Licenciou-se do mandato de deputado para exercer a função de secretário de Saúde do governo do Maranhão entre 1966 e 1970. Elegeu-se deputado federal em 1966 e 1970.

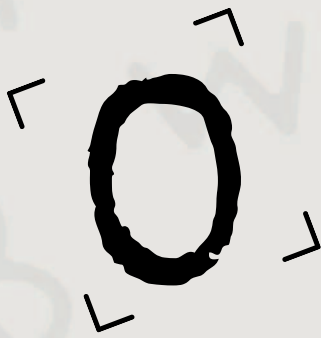
Por indicação de Vitorino Freire, próximo que era do então presidente Geisel, foi governador do Maranhão entre 1975 e 1979, como uma espécie de sujeito que conciliava os interesses tanto dos vitorinistas quanto dos sarneístas dentro da Arena. Distanciou-se de José Sarney em 1976, sofrendo uma série de ataques do ex-governador do Maranhão, tornado sua administração instável. Em 1978 denunciou José Sarney, que foi convocado para depor em CPI, sobre a irregularidade no caso da Fazenda Maguary. O governo do estado foi seu último cargo político, vindo a falecer em 1986.

Sua chegada ao governo do estado, como pudemos perceber, se deu em uma dinâmica que costura o local com o nacional: Vitorino Freire, político local que sustentou uma oligarquia entre 1945 e 1965, foi quem indicou seu nome a Geisel, militar que exercia o cargo de presidente da República (1974-1979) após ter sido instaurada a ditadura Civil-Militar no Brasil [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão].



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970**. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.



## OLIGARQUIA

---

Os estudos políticos sobre o Maranhão Republicano comumente se debruçam sobre as oligarquias como chave de compreensão fundamental para a dinâmica político-econômica local, muitas vezes se descolando de um cenário nacional ou, até mesmo, mundial. Entretanto, considera-se interessante estabelecer uma vinculação entre estas especificidades e as características do país como forma de ampliar o debate para atuação de outros agentes e agências na própria dinâmica do estado do Maranhão.

Como exemplificação pode-se destacar o que ocorre no Maranhão entre 1966 e 1970 que, anos mais tarde, ficaria conhecido como “milagre maranhense” [ver milagre maranhense]. A compreensão do Maranhão neste período perpassa pelo entendimento de uma agenda nacional – sob a ditadura Civil-Militar [ver ditadura Civil-Militar] – que tinha o desenvolvimentismo como eixo da política econômica e que, portanto, ultrapassa os próprios limites da atuação da oligarquia local naquele período. Isto é, tratar o ocorrido no Maranhão em sua instância econômica como unicamente a capacidade de organizar estratégias por parte da oligarquia local é personificar a análise que está relacionada a uma dinâmica mais ampla de um projeto de fração de classe.

Ao recorrer a dicionários de Política e de História é comum entender oligarquia como o governo de poucos ou como governo dos ricos, muitas vezes fazendo oposição à democracia.

No que diz respeito à História do Brasil, os estudos acerca das oligarquias geralmente se direcionam ao período caracterizado como República Velha que se convencionou destinar o seu fim no marco da “Revolução de 1930” [ver Revolução de 1930 no Maranhão], período marcado pela atuação dos chamados coronéis. Entretanto, ao se debruçar sobre o caso maranhense percebe-se que os grupos oligárquicos ultrapassam esses limites temporais e se estabelecem no estado promovendo uma “Guerra do Maranhão”, entendendo guerra como a disputa constante pelo poder entre os grupos oligárquicos.

Entretanto, é necessário entender a oligarquia como instrumento de construção do país, cuja construção se deu pelo poder central. No caso do Maranhão podemos entender que as famílias se constituíram como os grandes grupos políticos que dominaram e dominam o Maranhão, ou seja, é um grupo da sociedade com interesses próprios que, por meio dos cargos políticos consegue alcançá-los. Desse modo, é preciso compreender que existem espaços de interação entre os poderes nos quais os interesses privados e o Estado se conectam e os grupos políticos constroem suas oligarquias.

Percebe-se, portanto, que ao examinar as estruturas oligárquicas do estado é fundamental entendê-la como fruto de uma dinâmica mais ampla, ou melhor, viabilizada por esta dinâmica.



## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Oligarquia**. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010.

## OPOSIÇÕES COLIGADAS

O que você entende por coligação? Se consultarmos dicionários, um dos significados é “aliança ou associação de várias pessoas ou entidades para uma finalidade comum” (Dicionário Michaelis online). Se relacionamos a palavra coligação com oposição podemos entender então que era um grupo de pessoas reunidas contra algo. Vamos avançar mais: e se pensarmos isso no campo político? Primeiro, a forma dos sujeitos se reunirem no campo político pode ser por meio de movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos etc. Em segundo lugar, quando se fala em oposição significa que tem algo que domina a política. Vamos então a mais duas perguntas: de que forma esse grupo de pessoas se organizou no Maranhão? A que faziam oposição? Estes sujeitos históricos se organizaram por meio de partidos políticos e faziam oposição à dominação de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] no Maranhão. Os diversos partidos, percebendo que tinham interesses em comum se juntaram nas várias eleições do estado, criando coligações, para fazerem oposição a Vitorino, daí o nome Oposições Coligadas. Vejamos um pouco da história.

As Oposições Coligadas foi uma frente partidária formada no final da década de 1940, embora tenha tido mais notoriedade nas eleições de 1950, composta por partidos que se posicionavam contra o domínio político de Vitorino Freire por meio do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD], com rápida passagem pelo Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST] por ele criado. Fundamentalmente defendiam a recuperação econômica do estado e o combate à corrupção.

Em 1945 as Oposições Coligadas concorreram às eleições estaduais por meio da coligação entre a União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN] e o Partido Republicano (PR) [ver PR]. Em 1947 era formada pelo PSD (temporariamente sob o domínio de Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo], recuperado em 1954 por Vitorino), pela UDN e pelo PR.

Já nas eleições de 1950 era formada pelos partidos PR, UDN, PSD, PSP (Partido Social Progressista) [ver PSP] e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), momento em que tomou a frente do episódio que seria conhecido como Greve de 1951 [ver greve de 51] em contestação à posse de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] como governador do estado sob a acusação de fraude nas eleições. Teve como representante nas eleições de 1955 ao governo do estado Hugo Cunha Machado, como governador, e Alexandre de Sá Collares Moreira como vice a partir da coligação entre os partidos UDN, PSP, Partido da Democracia Cristã (PDC), PR, Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Partido Republicano Progressista (PRP).

Em 1958 foi composta pelos partidos PSP, UDN, PR e PDC. Nas eleições de 1961 lançou como candidatos Clodomir Millet e Alexandre Costa como governador e vice, respectivamente. Em 1962 era composta por UDN, PDC, PTN e PR. Em 1965 seu representante era José Sarney [ver José Sarney], eleito governador do Maranhão.

Das eleições citadas acima a única que as Oposições Coligadas conseguiram êxito foi a de 1965 [ver eleições de 1965], que teve influência direta dos militares. Mas é necessário entender também que, apesar de ser oposição, não significa que estivesse isenta da participação de outros políticos que também faziam parte das classes dominantes maranhenses.

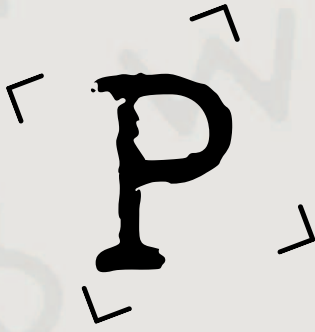


## REFERÊNCIAS

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney.** São Luís: Edufma, 2006.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão.** São Paulo: Siciliano, 2001.



Partido Republicano (PR) ●  
Partido Social Democrático (PSD) ●  
Partido Social Progressista (PSP) ●  
Partido Social Trabalhista (PST) ●  
Paulo Ramos (Paulo Martins de Sousa Ramos) ●  
Pedro Neiva de Santana ●  
Porto do Itaqui ●  
Programa/Projeto Grande Carajás (PGC) ●

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

---

Alguns partidos no Maranhão se consagraram como importantes ferramentas de disputa política ao longo do século, passando por eles diversas lideranças locais que pertenciam às classes dominantes. Oscilavam entre partidos da situação (aqueles que estavam no poder) e entre partidos da oposição. O Partido Republicano (PR) é um exemplo desses partidos que estiveram constantemente na disputa pelo poder no Maranhão. O PR era o antigo Partido Liberal durante a monarquia. Antes da Revolução de 1930 [ver Revolução de 1930] o Partido Republicano (PR) estava dividido entre o PR governista – que agrupava os políticos vinculados a Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida] – e o PR oposicionista que agrupava os políticos vinculados a Marcelino Machado (genro de Benedito Leite) [ver Irmãos Machado], que se tornaria sua principal liderança na década de 1930 contra a interventoria de Antônio Martins de Almeida [ver Antônio Martins de Almeida]. O PR governista do período contava ainda com o apoio do Partido Republicano Federal (PRF), liderado por Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso]. Partido vitorioso nas eleições de 1930 pela ala de Magalhães de Almeida.

O PR oposicionista, à época de Marcelino Machado, teve forte apoio de setores populares, principalmente por seu assistencialismo, e da classe média. Com a criação da União Republicana Maranhense (URM) passou a ser composto somente pelos partidários de Marcelino Machado, em sua maioria comerciantes e profissionais liberais. Nas eleições de 1934 se uniram à URM a fim de combater o partido de Magalhães de Almeida, apoiando, então, Aquiles Lisboa [ver Aquiles Lisboa] ao governo do estado.

Desta aliança resultou o pacto de que a prefeitura seria dada à URM, o que não foi cumprido por Aquiles Lisboa, levando a uma ruptura entre os dois partidos e posterior aproximação da URM com o Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] de Magalhães de Almeida.

Foi extinto com o início do Estado Novo, retomando suas atividades nas eleições de 1945 quando compôs as chamadas Oposições Coligadas [ver oposições coligadas] em parceria com a União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], contra o PSD de Vitorino, Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Clodomir Cardoso. Em 1947 elegeu 8 deputados estaduais das 37 vagas. Nas eleições de 1950 compôs novamente as Oposições Coligadas juntamente com a UDN, o PSD, o Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP] e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-do-maranhao>

# PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Estudar a História do Maranhão significa entender também a ação dos partidos políticos e quais interesses defendiam. Alguns desses partidos são resultado das disputas políticas, muitas vezes se tornando líderes de grupos políticos e econômicos que dominaram as diversas conjunturas políticas do estado. Além disso, muitos deles, apesar de reunirem interesses em comum viveram momentos de disputas internas pela sua liderança. Um caso exemplar dessas características é o Partido Social Democrático (PSD) do Maranhão.

A sua trajetória no Maranhão se mescla com a própria trajetória de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], uma vez que foi responsável por aglutinar as suas forças políticas, quando veio ao Maranhão como secretário de Estado de Martins de Almeida [ver Antônio Martins de Almeida], a fim de organizar sob uma mesma legenda os partidários dos interesses de Martins de Almeida e Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida]. Assim, foi fundado em 1934 por Magalhães de Almeida e Vitorino Freire, fruto das disputas entre Magalhães de Almeida e Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo].

Nas eleições para a Assembleia Constituinte estadual em 1934 foi majoritário, elegendo quase metade do número de deputados para aquele pleito (eleições). Ao retornar ao Maranhão, após o fim do Estado Novo (1945), Vitorino reorganiza o PSD, juntamente com Genésio Rego e Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso], nesse momento já um partido nacional, filiando-se a ele por exemplo Saturnino Belo [ver Saturnino Belo] e Sebastião Archer [ver Sebastião Archer].

Nas eleições de 1945 teve expressivo resultado ao eleger dois senadores e seis deputados federais para a constituinte, ano em que sofreu uma divisão interna, já que Vitorino Freire não apoiou na convenção deste partido o nome de Genésio Rêgo à candidatura para o governo do estado, levando à saída de Vitorino do partido e ao lançamento da candidatura de Sebastião Archer pelo Partido Progressista Brasileiro, um partido de aluguel até Vitorino fundar um novo partido - o Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST]. Entretanto, o comando do partido seria recuperado por Vitorino em 1954 a partir de negociações com o diretório nacional (seção principal do partido).

Em 1947, com a saída de Vitorino Freire, só conseguiu eleger 6 deputados estaduais das 37 vagas. Nas eleições de 1950 compôs as Oposições Coligadas [ver oposições coligadas] juntamente com a União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], o Partido Republicano (PR) [ver PR], o Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP] e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 1955 enfrentou novo problema interno pelo deslocamento do seu candidato a vice-governador, Alexandre Costa, para as Oposições Coligadas. Em 1961 lançou como candidatos Newton Belo [ver Newton Belo] e Alfredo Salim Duailibe, como governador e vice, respectivamente. Além disso, formou-se internamente mais uma divisão, a chamada de ala moça, que se identificava com a agenda de campanha à presidência de Juscelino Kubitschek, apoiando sua candidatura em 1955.

Ao longo do século XX o PSD ficou conhecido como sinônimo de atraso, corrupção, clientelismo e mandonismo. Foi o partido que hegemonicamente sustentou a Universidade da Fraude [ver Universidade da Fraude].



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.  
LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.  
MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.  
MORAES, Paulo Leandro da Costa. **O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”**: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966). 2018. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

A História do maranhão não deve ser estudada isoladamente, é preciso levar em consideração que as disputas que ocorriam no estado têm vinculações com o contexto nacional, seja pela conjuntura histórica do país, seja pelas relações estabelecidas entre os políticos locais e políticos que ganharam projeção nacional, ou ainda pela tentativa dos políticos de ganharem projeção no Maranhão para eleições presidenciais. O Partido Social Progressista (PSP) é um exemplo dessas características, uma vez que foi fundado em 1948 por Adhemar de Barros e entregue à gestão local de Clodomir Millet [ver Clodomir Millet].

Entretanto, não pode ser entendido também como simples reflexo no Maranhão de interesses políticos nacionais, ou seja, havia lutas internas que o fizeram se constituir como um partido de oposição. Assim, se organizou em São Luís por meio dos seus diretórios (seção do partido nos estados/municípios), que tinham como uma de suas funções debater acerca das necessidades da população.

Seus líderes locais eram Clodomir Millet [ver Clodomir Millet], ainda considerado conservador diante do seu outro líder local, o progressista Neiva Moreira [ver Neiva Moreira]. Nas eleições de 1950 compôs as Oposições Coligadas juntamente com a União Democrática Nacional (UDN) [ver UDN], o Partido Republicano (PR) [ver PR], o Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), posicionando-se contra o Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST] que estava sob o comando de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire]. Em 1953 teve que se reestruturar, pois o deputado José Neiva migrou para o PTB. Desse modo, Clodomir Millet se torna presidente do partido, Luís Cortez Vieira da Silva assume a vice-presidência e Cícero Neiva assume a função de Secretário-geral.

Se vincularmos, por exemplo, os ideais de Neiva Moreira ao partido, perceberemos que a luta era por justiça social, ou minimamente, combater a corrupção e a Universidade da Fraude [ver Universidade da Fraude] consolidada pelos partidários de Vitorino Freire.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.  
COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

## PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (PST)

Das disputas internas pelos partidos já consolidados novos partidos foram surgindo no Maranhão, ou seja, é preciso entender os partidos como uma unidade com momentos de discordância que, se levadas ao extremo, podem resultar em rupturas entre políticos, chegando até mesmo à sua expulsão do partido, a disputas judiciais em torno do direito de usar a sua sigla e à fundação de novos partidos, caso do Partido Social Trabalhista (PST).

Fundado por Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], juntamente com Luís Augusto de França, em 1947, por ter rompido com Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso] que ganham o direito sobre o Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD], antigo partido de Freire. Vitorino se lançou candidato à vice-presidência da República nas eleições de 1950 por esse partido, sem obter êxito, mas conseguiu que Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros] fosse eleito por esse partido a governador do estado.

Portanto, partido de Eugênio de Barros e Vitorino Freire nas eleições de 1950, que deu origem à Greve de 1951 [ver greve de 51], momento de contestação da vitória de Eugênio de Barros ao governo do estado. Logo na sua criação teve como dirigentes locais: Alfredo Duailibe (presidente), Saturnino Belo (Vice-presidente) [ver Saturnino Belo], Antônio Pires Ferreira (1º secretário), Cícero Neiva (2º secretário), Antônio Costa Rodrigues (1º tesoureiro) e José de Freitas (2º tesoureiro). Consegue apoio de Eurico Gaspar Dutra para dar maior projeção ao partido, prometendo em troca seu apoio a General.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (PST- 1947-1965)**. Dicionário Histórico Biográfico. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-trabalhista-pst-1947-1965>

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

## PAULO RAMOS (PAULO MARTINS DE SOUSA RAMOS)



Fonte:  
<https://www.camara.leg.br/deputados/3093/biografia>

Geralmente estudamos a ditadura de Vargas nas escolas e vemos suas principais características nos livros didáticos, mas você já se perguntou quais foram as características desse período aqui no Maranhão? Saberia dizer quem esteve à frente do poder local nesse período? Vamos ver então um pouco da história desse período no nosso estado. Nascido em Caxias em 4 de maio de 1896 e formado em Direito. Residiu durante vários anos no Rio de Janeiro ocupando cargos no Ministério da Fazenda. Governador do Maranhão entre 1936 e 1937, escolhido por Vargas para tentar retirar de cena as oligarquias locais, sendo interventor entre 1937 e 1945, após o golpe de estado dado por Vargas que implantou o regime ditatorial conhecido como Estado Novo.

Apresentou-se como gestor qualificado, dada a sua vasta experiência no Ministério da Fazenda. Além disso, defendia um projeto de modernização do Maranhão. Como estratégia para se distanciar do jogo político das oligarquias locais tentou promover uma administração com aparência de autonomia, promovendo, então, uma reforma administrativa do estado do Maranhão. Sua gestão teve dois objetivos fundamentais: o reequilíbrio do orçamento do estado e das forças políticas locais. Entretanto, o Partido Republicano (PR) [ver PR] rompe com o governo em agosto de 1937, bem como a União Republicana Maranhense (URM) [ver URM] em setembro do mesmo ano – inclusive por pedidos de demissão por parte de seus membros de cargos que ocupavam no governo – ao perceberem o movimento de Paulo Ramos de criar um partido, o Partido evolucionista Maranhenses (PEM) (criado dois meses antes do golpe de Vargas), com o objetivo de se candidatar ao governo em 1938.

Em seu governo foram realizadas várias obras públicas em São Luís – projeto traçado pelo prefeito José Octacílio Saboya Ribeiro (1937), mas executado no mandato de Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana] –, como a construção do Mercado Central, Hospital Infantil, Maternidade Benedito Leite, construção do relógio da Praça João Lisboa, o prédio da Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão (ACM)], por exemplo, bem como a criação de instituições para o funcionamento da burocracia do Estado, como o Banco do Estado do Maranhão (BEM) [ver BEM], o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado (CTEF-MA), um equivalente estadual do mesmo órgão federal, com o objetivo de gerenciar as atividades econômicas do estado.

Ainda no que diz respeito às obras públicas foram projetadas também avenidas, mas dependeria da demolição de alguns prédios históricos, o que gerou intensos debates entre tradição (defendida pelos intelectuais) e modernidade (defendida pelos gestores) que levaram à demissão de Saboya Ribeiro da prefeitura de São Luís, assumindo seu cargo Pedro Neiva de Santana, que executou o projeto de Saboya Ribeiro, favorecido pelo contexto ditatorial e supressão da liberdade de expressão. Nesse governo foi aterrada a região que hoje é conhecida como Campo de Perizes (1942). Entretanto, foi um governo marcado pelo uso da violência contra quem se opusesse ao seu governo. Teve a Associação Comercial do Maranhão (ACM) como importante instituição de apoio à sua gestão.

No que concerne à política nacional posicionou-se contrariamente à candidatura de Eurico Gaspar por Dutra, apoiado por Vargas, uma vez que isso significava entregar o poder local nas mãos de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], amigo de Dutra. Este episódio o levou a pedir demissão em 1945, filiando-se ao PTB após a reconstitucionalização do país, sendo substituído por Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso]. Foi deputado federal pelo PTB entre 1950 e 1954, participando da Greve de 1951 [ver greve de 51]. Após seu mandato como deputado federal abandonou a política partidária e voltou a prestar serviços ao Ministério da Fazenda. Faleceu em 1969.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. 2016. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos**. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

## PEDRO NEIVA DE SANTANA



Fonte:  
<https://www.camara.leg.br/deputados/3093/biografia>

Você sabia que muitos políticos maranhenses eram membros de famílias proprietárias de terras no Maranhão? O que isso significa? Vamos pensar um pouco. Eles fazem parte de uma classe social que tem como objetivo o enriquecimento por meio do lucro adquirido em investimentos econômicos. Essa é sua característica como membros da sociedade. Isso garante a eles poder econômico. Mas a economia precisa de investimentos governamentais em infraestrutura, para escoar a produção, para definir taxas de impostos, por exemplo. Desse modo, economia e política andam juntas. Isso significa que se conseguissem se inserir na política seria mais fácil de definirem medidas que beneficiassem suas atividades econômicas.

Mas você consegue lembrar de algum político que seja também parte da burguesia local? Pedro Neiva de Santana, nascido em Nova Iorque do Maranhão em 27 de setembro de 1907, foi um deles.

Membro de família proprietária de terras no interior do Maranhão. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi prefeito de São Luís durante a interventoria de Paulo Ramos (1937-1945) [ver Paulo Ramos], quando executou uma série de obras de modernização da cidade, mas carregada de autoritarismo e elitismo, pois se limitou à área nobre da cidade à época, como a construção do Mercado Central, Hospital Infantil, Maternidade Benedito Leite, construção do relógio da Praça João Lisboa, o prédio da Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão (ACM)], por exemplo.

Foi professor e diretor das faculdades de Direito e de Ciências Médicas e primeiro reitor da Fundação Universidade do Maranhão. Além disso, foi diretor do Instituto Médico Legal do Maranhão e secretário de Fazenda do governo Sarney, contribuindo para a redação do Plano Quadrienal de Desenvolvimento do Maranhão (1967).

Foi governador do Maranhão entre 1971 e 1975 por indicação do presidente Médici. Em seu governo substituiu a Sudema por uma secretaria de planejamento, criou a coderma (Companhia de Desenvolvimento Rodoviário), a Caema (Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão), a Cemar (Centrais Elétricas do Maranhão). Esteve no Japão a fim de conseguir recursos para construção da estrada de ferro que deslocaria o minério até o Porto do Itaqui [ver Porto do Itaqui]. Criou um Orçamento Plurianual de Investimentos (1972-1974), enfatizando os investimentos na construção de rodovias, energia elétrica e colonização. No seu governo criou a Companhia das Docas do Maranhão (Codomar), empresa responsável por administrar o Porto do Itaqui. Faleceu em janeiro de 1984.



## REFERÊNCIAS

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. 2016. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.  
MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.  
MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo: saga de uma geração**. São Luís: edição do autor, 2019.  
PEDRO NEIVA DE SANTANA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-neiva-de-santana>.

## PORTO DO ITAQUI

---

O Maranhão historicamente é ponto de entrada e saída de mercadorias, essas movimentações de mercadorias eram inicialmente realizadas pelo cais da Praia Grande, mas por ser uma região de pouca profundidade não permitia que grandes embarcações atracassem naquela região. Assim, desde o final do século XIX já se pensava em construir um porto na região do Itaqui.

Em 1939 houve estudos, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Ministério da Viação e Obras Públicas, acerca da construção de um porto em São Luís, sendo a região do Itaqui a escolhida. O cais do porto teve seu início ainda na gestão de Sebastião Archer (1947-1951) [ver Sebastião Archer] e Eugênio de Barros (1951-1956) [ver Eugênio de Barros] pela Companhia Cursi, porém o que hoje se conhece como Porto do Itaqui começou a ser construído na década de 1960.

Durante o governo de José Sarney [ver José Sarney] foi construído o trecho da ferrovia que ligava a estação do bairro Maracanã até o a região do Porto do Itaqui.

Nesse período foram transferidas 2000 famílias, por meio da Comissão Especial de Transferência de Populações (CETRAP), da região próxima ao porto para a construção da avenida que ligava o Itaqui à Barragem do Bacanga que seria construída. A região para onde migraram essas famílias corresponde hoje ao Bairro do Anjo da Guarda.

Durante o governo de Pedro Neiva de Santana [ver Pedro Neiva de Santana] foi criada a Companhia das Docas do Maranhão (Codomar) para administrar o porto, hoje, Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP.

É por meio do chamado Complexo Portuário do Itaqui (Porto do Itaqui e porto Ponta da Madeira) que são exportadas altas quantidades de minérios extraídos da região da Serra dos Carajás (Pará), transportados por meio da Estrada de Ferro Carajás até a região do porto.



## REFERÊNCIAS

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

# PROGRAMA/PROJETO GRANDE CARAJÁS (PGC)

Você sabia que a região com maior concentração de minério de ferro do mundo está localizada na Serra dos Carajás, no Pará? Sua descoberta se deu na década de 1960 e logo o governo brasileiro tratou de explorar a extração desse minério para exportá-lo para outros países. Entretanto, a extração desse minério envolveu dois estados próximos: Tocantins e Maranhão. Como se desenvolveu esse projeto no Maranhão? Em que período da história isso aconteceu?

No caso do Maranhão, o estado foi utilizado como corredor de exportação, uma vez que em São Luís está localizado um dos portos mais profundos, permitindo que navios de grande porte possam atracar e levar grandes quantidades desse minério para outros países.

Foi um projeto idealizado como parte do Programa de Integração Nacional (PIN) – 1970, mas executado somente 10 anos depois, vinculado também ao projeto de colonização como estratégia de desenvolvimento econômico, defendido principalmente no governo do presidente Médici.

O objetivo principal era atrair empresas multinacionais por meio da extração de minério na região da Serra do Carajás, rica em ferro, manganês, alumínio, cobre, níquel, estanho e ouro. As reservas de minerais na região foram descobertas em 1967 pela empresa United States Steel, que se retirou do empreendimento após a crise do petróleo, ficando a Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A) responsável pela execução do empreendimento por meio de uma das empresas a ela vinculadas, a AMZA (Amazônia Mineração) criada em 1970.

Foi iniciado no Maranhão durante o governo de João Castelo (1979-1982) [ver João Castelo] e finalizado no governo de Luís Rocha (1983-1987) [ver Luís Rocha] - ambos, naquele período, representantes da oligarquia Sarney [ver José Sarney] - sendo o Maranhão o seu corredor de transporte para posterior exportação, principalmente, no porto da Ponta da Madeira, mas utiliza-se também do Porto do Itaqui [ver Porto do Itaqui], ambos localizados em São Luís.

Assim, em 1978 iniciou o Projeto Ferro Carajás. Algumas agências estatais atuaram para subsidiar tal empreendimento: Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Assim, foram fundamentais três obras de sustentação do Projeto: Estrada de Ferro Carajás (1982-1985) - trecho do estado do Maranhão construído durante a gestão de Luís Rocha, a Hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984) e o Porto de Ponta da Madeira (1986).

Além disso, foram incentivadas atividades econômicas paralelas, mas vinculadas ao PGC, voltadas para siderurgia, que se disseminaram ao longo da Estrada de Ferro Carajás, como as empresas Companhia Vale do Pindaré, Maranhão Gusa S/A (Margusa) e Metalman S.A. Foi implantada, também, a Alcoa S.A/Billington Metais S.A voltada para a industrialização da bauxita.

Do que foi apresentado até aqui, pode surgir uma pergunta: quais os impactos desse projeto econômico?

Muitas foram as consequências negativas do PGC, afetou as comunidades tradicionais e os pequenos produtores rurais, uma vez que houve uma maior concentração de terras pelas atividades econômicas paralelas que se desenvolveram ao longo da Estrada de Ferro Carajás, havendo casos constantes de grilagem. Há também consequências relacionadas à exploração do trabalho, com casos de trabalho análogo à escravidão, bem como consequências para saúde da população, provocando doenças respiratórias ou contaminação por metais que impactam diretamente na saúde. Além disso, a exploração de minério teve impactos ambientais consideráveis como o desmatamento, a erosão do solo e a contaminação de rios.



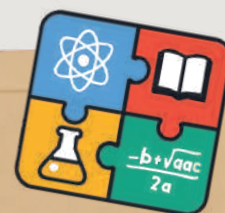
## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional**: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, n.1, p. 113-128, 2013.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás**: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980). 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

SILVA, I. G. **ENTRE O LOCAL E O NACIONAL**: a “reforma” do aparelho de Estado no Maranhão. Caderno CRH, v. 14, n. 35, 2006.



## OLHAR INTERDISCIPLINAR

Muitos são os impactos da extração de minério par o meio ambiente. Estudos da geografia apontam como impactos o desmatamento – que tem como consequências a redução da fauna local, pois destrói o habitat natural de diversas espécies, além de ampliar o problema do efeito estufa; a poluição dos rios – um dos materiais utilizados no processo de extração dos minérios é o mercúrio, que se altamente absorvido pelos seres humanos pode ter consequências neurológicas.

Além disso, o mercúrio utilizado na exploração entra em contato com os rios tendo, poluindo a água ainda ingerida pelas populações ribeirinhas, além de inibir a atividade pesqueira por contaminar os peixes; a erosão do solo, oriunda dessa atividade, pode provocar deslizamentos de terra, a perda de nutrientes do solo que tem impacto direto na atividade agrícola, principalmente da agricultura familiar.

Para mais informações a respeito converse com seus/suas professores(as) de geografia, biologia e química a respeito das consequências da exploração de minérios para o meio ambiente e para os seres humanos.



## QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO

---

A história do Maranhão não pode ser desconectada da dominação rural dos grandes proprietários que exploram a mão de obra de trabalhadores e dominam o interior do Maranhão. O século XX foi dominado pela grilagem e constante expansão dos latifúndios, expulsando os pequenos agricultores, posseiros dos seus lotes de terra, que tinham como subsistência a pequena produção de arroz, mandioca e feijão, principalmente. Vale destacar também que os pequenos produtores viviam em constante deslocamento por não conseguirem a propriedade da terra, utilizando pequenos lotes de terras devolutas para a produção, e por não terem equipamentos para uma produção que não cansasse a terra a longo prazo. A partir dessas breves reflexões, qual o meio fundamental para que esse cenário se consolidasse no estado? Vejamos algumas ações destinadas ao meio rural para buscarmos uma resposta a este questionamento.

Na década de 1940 houve uma intensa Política de colonização no Maranhão alinhada à política nacional, com a instalação de Colônias Agrárias Nacionais, com foco na criação de gado. Tal política gerou conflitos entre a população local – composta, principalmente, por grupos étnicos indígenas, a exemplo da Colônia Agrária de Barra do Corda, criada em 1942 – e os criadores de gado, que não aceitavam as demarcações de terras indígenas por considerarem perda de território.

Desde a década de 1950 trabalhadores do campo vinham se organizando na luta contra a grilagem e em defesa de Reforma Agrária. Desse modo, organizaram-se em sindicatos, por meio da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) e por meio de movimentos vinculados à igreja, como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), a Juventude Agrária Católica (JAC) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

No início da década de 1960 – apesar da política assistencialista e do uso da violência de Newton Belo [ver Newton Belo] com o intuito de conter a organização dos movimentos camponeses e para forçá-los a se engajarem no combate ao subdesenvolvimento, mesmo em péssimas de condições de sobrevivência – as lutas no campo se intensificaram.

Em 1962 as Ligas Camponesas organizaram-se no interior do Maranhão contestando o domínio dos grandes proprietários de terra, culminando em um conflito na cidade de Pirapemas que levou à morte de sete lavradores. É nesse momento também que Manoel da Conceição [ver Manoel da Conceição], líder do sindicalismo rural, procura Newton Belo para solucionar o problema existente entre roceiros e pecuaristas. Em resposta o governador ameaça prendê-lo e matá-lo.

José Sarney [ver José Sarney], como candidato das Oposições Coligadas em 1965, se apropriou tanto dos problemas pelos quais os camponeses passavam – incorporando-os à sua campanha de modo que se posicionou contra a grilagem e os latifúndios, prometendo reforma agrária e melhores condições aos trabalhadores rurais – quanto da agenda econômica desenvolvimentista nacional que tinha como uma de suas bases a colonização da região amazônica, da qual o Maranhão faz parte. Entretanto, uma de suas principais medidas no governo foi a aprovação da Lei nº 2979/69, ou lei de terras Sarney, que fomentou o mercado de terras no Maranhão, ou seja, viabilizou a venda de terras para grandes empresas agropecuárias de outras regiões do país sob o discurso do desenvolvimento, além de empresas que surgiram com declarações de propriedade de terras falsas.

Em 1968 Sarney criou a Reserva Estadual de Terras (decreto nº 3831, de 6 de dezembro de 1968) e órgãos responsáveis pela sua gestão, as Delegacias de Terras, espalhadas pelo interior do estado. A Reserva criada por Sarney encaixou-se à ação federal de dois anos antes que incorporou 100 km das terras próximas às rodovias como áreas para colonização sob gestão da Sudene e, posteriormente (1970), do Incra.

Com a venda de grandes lotes de terras, principalmente na região do Vale do Pindaré, se intensificaram as lutas camponesas no Maranhão com os camponeses sofrendo forte repressão durante a ditadura civil-militar [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão] com elevado número de mortos e desaparecidos.

Dados também apontam para a opressão dos grandes proprietários de terras contra quilombolas e quebradeiras de coco, a exemplo da queima de casas na região de Monte Alegre em 1979, localizada no município de São Luiz Gonzaga.

Houve também conflitos gerados pela implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) na década de 1980 que promoveu o deslocamento obrigatório de famílias da região litorânea para a o interior do município de Alcântara, para as chamadas agrovilas, impactando diretamente em seu plantio, que ficaria limitado, na atividade da pesca, dada a sua retirada das áreas pesqueiras, bem como a dificuldade de promover a coleta do babaçu.

Voltemos então à nossa questão inicial: qual o meio fundamental para que esse cenário se consolidasse no estado? A ação do Estado em benefício constante aos grandes proprietários rurais, sob o discurso constante do desenvolvimento econômico. Entretanto, é preciso lembrar que o Estado não é formado por um conjunto de agências que atuam por normas a serem seguidas.

É necessário entender que o Estado é formado por sujeitos que pertencem a uma determinada classe social que usa da política para formalizar, disseminar e implantar seus interesses. Lembre-se o Maranhão é composto por muitos proprietários rurais inseridos na política.



## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Ana Raquel Alves de. **A reestruturação do Estado Restrito**: Estado Novo e os (des)caminhos da política de colonização para o Maranhão. 2013. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Ética Editora, 2009
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MORAES, Paulo Leandro da Costa Moraes Mendes; PICCOLO, Monica. Comissão Camponesa da Verdade (CCV): contribuições para a história da ditadura civil militar no Maranhão. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 18, n. 35, p. 221-244, 2024.
- MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: saga de uma geração. São Luís: edição do autor, 2019.
- PEREIRA, Robison Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney - 1966/1970**. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- PICCOLO, Monica. **O IMPACTO DA LEI SARNEY NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO**. In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA. Democracia, Educação e História: desafios do tempo presente. São Luís (MA) Prédio da História – UEMA, 2022.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.
- SILVA, I. G. **ENTRE O LOCAL E O NACIONAL**: a “reforma” do aparelho de Estado no Maranhão. Caderno CRH, v. 14, n. 35, 2006.
- SULIDADE, Mariana da. **“Terra em transe”**: Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970). 2014. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.



Reis Perdígão (José Maria dos Reis Perdígão)  
Renato Archer (Renato Bayma Archer da Silva)  
Revolução de 1930 no Maranhão  
Roseana Sarney (Roseana Macieira Sarney Murad)

## REIS PERDIGÃO (JOSÉ MARIA DOS REIS PERDIGÃO)

---

A chamada Revolução de 1930 ocorrida no Brasil, sob liderança de Getúlio Vargas, teve como uma de suas estratégias se disseminar pelos estados a fim de que pudesse ter uma sustentação sólida por todo o país. No Maranhão houve adeptos do projeto de tomada de poder de Vargas, a partir da coordenação de ações junto com o estado do Piauí lideradas por Reis Perdígão.

Nasceu em São Luís em 19 de abril de 1900. Formado em ciências jurídicas e Sociais na Universidade de Rio de Janeiro em 1923. Trabalhou no jornal a Pacotilha, O Imparcial [ver O Imparcial] e Folha do Povo. Em seus escritos jornalísticos está presente a sua ideia de política como uma prática revolucionária, isto é, como a transformação da realidade. Desse modo, tinha como um de seus alvos os capitalistas locais, sem saber que a própria revolução de 1930 [ver Revolução de 1930 no Maranhão], da qual participaria como líder do Maranhão e do Piauí, tinha sido financiada por capital estadunidense.

Participou da Coluna Prestes em 1926, tendo, inclusive, que se exilar no Paraguai e na Argentina. Quando retornou ao Brasil trabalhou na Folha da Noite e na Folha da Manhã, em São Paulo. Compôs a Aliança Liberal (1929), que articulou a candidatura de Getúlio Vargas.

Por ser um dos principais líderes da Revolução de 1930 no Maranhão e no Piauí compôs a Junta Governativa após a Revolução de 1930, momento em que se aproximou dos marcelinistas (grupo oligárquico liderado por Marcelino Machado [ver Irmãos Machado] que fazia oposição a Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida]), rompendo, portanto, com o ideal revolucionário de afastar os grupos oligárquicos do poder. Entretanto essa aliança seria rompida quando Marcelino Machado pretendeu ser o primeiro interventor do estado, com auxílio do irmão Lino Machado – prefeito de São Luís – após o fim da junta governativa. Foi interventor do Maranhão entre novembro de 1930 e janeiro de 1931.

Enquanto compôs a Junta Governativa e depois a interventoria posicionou-se contrário à dominação imperialista, de modo que se posicionou contra a empresa Ulen Management no estado, tornando parte dela do estado ao criar um cargo de administração do estado na empresa privada. Foi secretário-geral da interventoria de Luso Torres [ver Luso Torres] e Astolfo Serra [ver Astolfo Serra].

Além das atividades políticas foi também jornalista que se alinhava aos ideais tenentistas. Fundou o jornal local o Diário da Tarde (1931-1933). Em 1932 foi o principal organizador do Partido Socialista Radical do Maranhão. Candidato à Assembleia Nacional Constituinte em 1933, sem obter vitória. Retornou ao PSB, em 1935, partido que era filiado até haver um embate interno que culminou na criação do Partido Socialista Radical. Aderiu, no mesmo ano, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como objetivo combater o imperialismo e o fascismo. Faleceu em agosto de 1986.

Como se pode perceber, apesar de Reis Perdigão ter se apresentado como revolucionário, sua prática política o levou a outros caminhos, isto é, enquanto em seus textos jornalísticos se posicionava contra o imperialismo em sua prática cotidiana se aproximava de grupos oligárquicos locais em disputa pelo poder. Reis perdigão era mais nacionalista do que revolucionário, posicionava-se contra o capital estrangeiro, mas não contra o capitalismo.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

JOSE MARIA DOS REIS PERDIGAO. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-maria-dos-reis-perdigao>

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalistas no Maranhão (1930-1960). Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

# RENATO ARCHER

## (RENATO BAYMA ARCHER DA SILVA)

---



Fonte:  
<https://www.camara.leg.br/deputados/3093/biografia>

A história do Maranhão, desde o início do século XX, é permeada por famílias que conseguem se estabelecer no poder local, seja como situação (quando dominam o cenário político) seja como oposição. Este posicionamento varia de acordo com as disputas políticas e os interesses dos políticos. A família Archer é uma dessas famílias, tendo como principais representantes na política Sebastião Archer [Ver Sebastião Archer] e Renato Archer. O que a trajetória deste sujeito pode nos dizer acerca da inserção das famílias nas disputas políticas locais? Renato Archer nasceu em São Luís em 10 de julho de 1922. Filho de Sebastião Archer da Silva, industrial local. Militar formado pela Escola Naval em 1945, tendo servido a bordo nos navios que patrulhavam o litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.

Com a vitória de seu pai ao governo do estado em 1947 exerceu o cargo de oficial de seu gabinete. Vice-governador do Maranhão no governo de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], eleito em 1950, enfrentando, portanto, a Greve de 1951 [ver greve de 1951] que contestou a vitória de sua chapa ao governo do estado.

Em 1952 fundou a empresa Prospec S.A. do ramo da geologia e prospecções. Eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] em 1954 com reeleição em 1958. Em 1955 passou a integrar a chamada ala moça do PSD que se alinhava à candidatura de Juscelino Kubistchek à presidência da República. Em 1961 se posicionou favorável ao regime parlamentarista, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, e foi subsecretário das Relações Exteriores no novo regime implantado.

Em 1962 reelegeu-se deputado federal pelo PSD, sendo escolhido como líder do PSD no congresso em 1963, trabalhando a favor da candidatura de Juscelino Kubistchek à presidência nas eleições de 1965, inclusive depois do golpe Civil-Militar de 1964 [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão], o que fez com que os militares o identificassem como inimigo da ditadura.

Teve o nome cogitado pelo PSD, especificamente por Newton Belo [ver Newton Belo], já durante a ditadura brasileira, a concorrer às eleições governamentais em 1965, mas teve sua candidatura impedida pelo governo federal por se posicionar contra o novo regime, mas também por Vitorino Freire [ver Vitorino Freire] que temia sua tomada de poder no Maranhão pela projeção que vinha adquirindo em âmbito nacional.

Rompeu com Newton Belo, por considerar que ele não tinha sido incisivo o suficiente para manter sua candidatura, e se reaproximou de Vitorino, candidatando-se, então, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agora apoiado por Vitorino Freire, contra o candidato lançado pelo Partido da Democracia Cristã (PDC), Costa Rodrigues, apoiado por Newton Belo. Com o bipartidarismo filiou-se ao MDB, elegendo-se deputado federal em 1966. Foi secretário-geral da Frente Ampla, mobilizando políticos em defesa de Kuschelino Kubistchek, Carlos Lacerda e João Goulart. Teve seu mandato de deputado cassado em 1968, sendo preso em 1969 por duas vezes, na primeira vez por quatro meses e na segunda vez por 19 dias. Em 1970 voltou a ser preso por vinte dias.

Com mandato cassado e sob constante ameaça passou dez anos trabalhando somente na empresa que havia fundado em 1952. Em 1979 participou da organização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, candidatando-se ao governo do estado em 1982, mas sem êxito, uma vez que o candidato apoiado por José Sarney [ver José Sarney] saiu vitorioso (Luís Alves Coelho Rocha [ver Luís Rocha]).

Posicionou-se favorável à emenda Dante de Oliveira, a fim de que ocorressem eleições diretas para presidente. Atuou a favor da Aliança Democrática com o objetivo de lançar as candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney à presidência e à vice-presidência da República. Foi ministro da Ciência e Tecnologia e depois da Previdência Social durante a presidência de José Sarney. Foi presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações nos governos presidenciais de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sendo contrário à sua privatização. Faleceu em junho de 1996.

A trajetória de Renato Archer é um exemplo da atuação das famílias locais na política, viabilizada pelo poder econômico já adquirido, uma vez que seu pai já havia se consolidado como um industrial local. Além disso, demonstra a oscilação de posicionamentos no campo político, percebido pela sua disputa, e posterior reaproximação, com Vitorino Freire, a quem esteve vinculado durante boa parte de sua trajetória.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.
- CARNEIRO, Alan. RENATO BAYMA ARCHER DA SILVA. **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renato-bayma-archer-da-silva>
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

# REVOLUÇÃO DE 1930 NO MARANHÃO

---

Movimento brasileiro que tinha como um de seus objetivos dar fim à chamada República Velha (também chamada de República do Café com Leite), que alternava a condução do executivo nacional entre São Paulo e Minas Gerais. Uma revolução burguesa sem participação da classe trabalhadora, portanto uma revolução pelo alto, podendo ser entendida também como golpe de estado. Pode-se entendê-la por meio da divisão em períodos: Fase Revolucionária (de outubro de 1930 a agosto de 1931) e a Fase Tenentista (entre agosto de 1931 e junho de 1935), sendo marcada a divisão pela aprovação do “Código dos Interventores” em 1931.

O contexto local, assim como em várias localidades do país, estava repleto de disputas políticas entre grupos que pretendiam a Hegemonia no estado. No caso do Maranhão, fundamentalmente as disputas eram travadas entre magalhãesistas [ver Magalhães de Almeida] e mercelinistas [ver Irmãos Machado] com oposição dos tarquinistas (grupo liderado por Tarquínio Lopes, vinculado aos ideais tenentistas) aos dois outros grupos, mas sem muita expressão política efetiva.

Neste cenário se organizava um grupo, sob a liderança de José Maria dos Reis Perdigão [ver Reis Perdigão], que se filiava aos ideais da Aliança Liberal que se organizava no país. Após a vitória da Aliança Liberal nas urnas foi iniciado o movimento, que ficaria conhecido como Revolução de 1930, a partir de sujeitos que compunham o exército e ampliado pela incorporação de civis. Assim, marcou-se o início do movimento para 4 de outubro de 1930, mas no Maranhão haveria contratempos, principalmente pela desconfiada resistência de Luso Torres (comandante do 24º B.C) [ver Luso Torres].

Reis Perdigão foi o responsável por organizar as forças revolucionárias no Maranhão e no Piauí, conquistando, no caso do Maranhão a simpatia da corporação por meio de Paes Amorim. Em Teresina o movimento havia ocorrido com êxito e as tropas se deslocavam por Caxias para se fazer o mesmo no Maranhão, entretanto, Luso Torres suspeitava do que estava ocorrendo e tratou de organizar a defesa da cidade enviando tropas para conter o movimento na região de Itapecuru-Mirim.

Pela inércia do Batalhão, Paz Amorim toma a frente da corporação e prende Luso Torres, vencendo em seguida as tropas que ainda resistiam, fazendo com que Pires Sexto, presidente do estado, batesse em retirada para Belém. Formou-se, então, a junta governativa no Maranhão, em 08 de outubro de 1930, fruto do movimento revolucionário, composta por Reis Perdigão, Celso Aurélio Reis de Freitas e José de Ribamar Maciel Campos.

O resultado desse movimento foi o afastamento das oligarquias do poder executivo estadual, proposta inicial da Revolução de 1930.

Mas esse objetivo foi efetivamente alcançado no Maranhão? Como as oligarquias se posicionaram diante do ocorrido? Podemos entender que o poder político das oligarquias estava temporariamente suspenso, mas o poder econômico se mantinha, pois eram fundamentalmente proprietários rurais, industriais e grandes comerciantes e os que participaram do movimento de 1930 não tinham como proposta alterar a estrutura produtiva do estado, pois não havia uma diversidade econômica que nutrisse o temor desses grupos de perderem seu poder econômico. Entretanto, logo após a vitória do movimento, os partidários de Marcelino Machado trataram de aderir ao grupo vitorioso de 1930, demonstrando a habilidade das oligarquias em se perpetuarem no poder.



## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

VAMOS  
PENSAR UM  
POUCO?



No verbete acima o episódio ocorrido em 1930 no Brasil é apresentado como “Revolução de 1930” e entre parênteses você encontra “golpe de 1930”. Você saberia dizer o porquê de encontrar dois termos para o mesmo fato histórico? Converse com seu/sua professor/professora e colegas de turma e promova um debate em sala de aula para refletirem sobre o uso dos termos “Revolução” e “Golpe” na História.



# ROSEANA SARNEY

## (ROSEANA MACIEIRA SARNEY MURAD)

---

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/73806>



O bumba-meu-boi é uma manifestação cultural popular com a qual muitos maranhenses se identificam. Faz parte da nossa cultura e é festejada por grande parte da sua população principalmente no mês de junho. Mas você sabia que muitas vezes a cultura pode ser ferramenta de dominação? Mas como uma manifestação cultural popular pode ser utilizada com esse objetivo? Além disso, quais recursos os políticos podem usar com esse intuito? A trajetória de Roseana Sarney pode nos exemplificar um pouco disso. Roseana Sarney nasceu em São Luís em 1 de junho de 1953, formou-se Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Filha de José Sarney [ver José Sarney], teve seu primeiro cargo dado pelo pai como sua assessora durante seu mandato de presidente da República.

Foi assessora também na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (1974-1976), da Secretaria de Aviação e Obras (1977-1978), do Gabinete Civil do governador João Castelo (1981) e no senado (1985). Casada com Jorge Murad, integrante de uma das famílias mais tradicionais do Maranhão, tendo se consolidado no ramo comercial e expandido seus investimentos para outros setores.

Sua primeira experiência em eleições deu em 1990, quando foi eleita deputada federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Nestas eleições, por serem sua estreia no jogo político, teve seu irmão Sarney Filho como seu principal defensor. Assim como o pai, José Sarney, se utilizou frequentemente do termo “novo” e “planejamento” para a construção da sua imagem. Enquanto seu pai teve o Jornal do Dia/ O Estado do Maranhão à disposição para construir sua imagem, Roseana já na sua candidatura como deputada federal teve todo o Sistema Mirante de Comunicação (jornal, rádio e TV), de propriedade da família, para construir sua imagem, defender-se da oposição, mas também atacá-la. Além disso, se utilizou frequentemente da sua formação superior em Ciências Sociais para legitimar-se no campo político, isto é, sua formação lhe atribuiu status de sabedora das mazelas sociais com competência para resolvê-las.

Tratou de construir sua imagem vinculada às questões regionais como estratégia de aproximação com os eleitores. Lança-se como deputada defensora do Estado de Bem-Estar Social e contra o neoliberalismo. Ainda como deputada federal foi Coordenadora da Comissão Interpartidária Pró-Impeachment do então presidente Fernando Collor. Assim iniciou o processo de construção da sua imagem nacionalmente.

Candidatou-se ao governo do estado em 1994 pelo PFL, tendo como palavras de ordem “progresso” e “modernização”. Seu principal oponente nas eleições de 1994 foi Eptácio Cafeteira (Partido Progressista Reformador (PPR)) [ver Cafeteira], elegendo-se governadora para o mandato entre 1995 e 1998. Concorreu a reeleição em 1998 pelo PFL, reelegendo-se para o mandato de 1999 a 2002, em meio ao embate constante com Cafeteira.

Ao longo dos seus dois mandatos à frente do governo estadual promoveu a reforma administrativa do estado, reduzindo o número de secretarias, as substituindo por gerências de estado para as quais nomeou amigos, iniciando, por exemplo, a privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM) [ver BEM] em 2002, sob o argumento de reduzir gastos se alinhando à agenda neoliberal em inserção no Brasil, que se posicionou contrária quando deputada federal.

Além de iniciar a privatização do BEM, terceirizou os serviços do Hospital do Servidor Público, privatizou a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (Caema), a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), a Telecomunicações do Maranhão (Telma), a Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão (Copema) etc.

A cultura foi o principal instrumento utilizado por Roseana Sarney para conseguir o apoio das massas populares, costumeiramente aparecia com um chapéu de brincante de bumba-meu-boi que, simbolicamente, atribuía-lhe aspecto popular, como próxima do povo. O que isso significa, então? Isso representa a apropriação da cultura popular para fins políticos, uma vez que utilizava esta imagem para se fortalecer politicamente, mantendo-se no poder por vários mandatos, como governadora e como senadora.

Isto porque a cultura popular no estado, durante muito tempo, não era vista com bons olhos pela elite local, ficando, portanto, afastada das regiões centrais da cidade. Um exemplo desse investimento político na cultura é a criação em 1999 da Fundação Cultural do Maranhão (FUNCMA), vinculada à Gerência de Desenvolvimento Humano, criada no seu segundo mandato a partir da reforma administrativa do estado realizada naquele período. Enquanto isso, boa parte da população do interior do Maranhão continuava na linha da pobreza ou abaixo dela, com pouco acesso à educação.

Em 2002 foi lançada como pré-candidata à presidência da República pelo PFL, mas teve sua candidatura retirada pelo “escândalo Lunus”, concorrendo então ao senado pelo PMDB após ser afastada do PFL por ter apoiado a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Na Operação Lunus, realizada pela Polícia Federal, foram apreendidos R\$ 1,34 milhão no escritório da empresa Lunus Serviços e Participações Ltda, de propriedade de Jorge Murad, marido de Roseana Sarney. Em 2001, já haviam sido encontrados documentos, em uma empresa de contabilidade que prestava serviços para Jorge Murad, que apontavam para a criação de empresas nas Ilhas virgens britânicas, indício de lavagem de dinheiro.

Candidatou-se ao governo do estado em 2006, mas perde as eleições para Jackson Lago (Partido Democrático Trabalhista (PDT)) [ver Jackson Lago], que teve o apoio de José Reinaldo Tavares [ver José Reinaldo Tavares]. Em 2010 concorreu novamente ao governo do estado, pelo PMDB, tendo como principal adversário Flávio Dino (Partido Comunista do Brasil (PC do B)), vencendo as eleições.

Durante o seu governo nova atuação renderia notícias em jornais de todo o Brasil: os casos da Refinaria Premiú e da Usimar. No que se refere à refinaria a proposta era a construção de uma refinaria de Petróleo em Bacabeira, sendo o projeto abandonado pela Petrobrás em 2010 depois das obras iniciadas. Sobre a Usimar o escândalo é maior, seria uma indústria de autopeças, que recebeu recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), mas sequer foi iniciada.

Nas eleições de 2014 apoiou a candidatura de Edison Lobão Filho (PMDB), o Edinho Lobão, contra Flávio Dino (PC do B) que venceu as eleições afastando a família Sarney e seus aliados do governo do estado.

Pudemos perceber que diversos foram os recursos utilizados por Roseana Sarney para perpetuar a dominação política iniciada por seu pai, José Sarney, em 1965. Utilizou-se do status de socióloga, construiu sua imagem e difamou opositores por meio do sistema Mirante de comunicação e se apropriou da cultura popular local como estratégia política. Mas o que os governos de Roseana Sarney representaram para o Maranhão? Em primeiro lugar a consolidação da oligarquia [ver oligarquia] Sarney no estado. Em segundo lugar, a venda de empresas estatais para a iniciativa privada, gerando um alto número de demissões de trabalhadores. Em terceiro lugar, a permanência do Maranhão como um dos estados mais pobres do país.



## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão**: Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.
- BARBOSA, Z. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Lutas Sociais, n. 9/10, p. 19–26, 2004.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- CARDOSO, Letícia Conceição Martins Cardoso. **O Teatro do poder**: cultura e política no Maranhão. 2008. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.
- GAMA, Carlos Alberto. **Oligarquia Sarney**: cultura e poder político – 1994-2002. 2005. Monografia de Especialização em História do Maranhão – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma rainha de espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. 2006. Tese de Doutorado em políticas públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016**. 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS NETO, Manoel. **Escândalo da Lunus, há 20 anos, tirou Roseana Sarney da sucessão presidencial**. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2022/03/01/escandalo-da-lunus-ha-20-anos-tirou-roseana-sarney-da-sucessao-presidencial/>
- TORRES, Teodora. **A intersectorialidade das políticas públicas como modelo de gestão no Governo Jackson Lago, no Maranhão**: uma análise a partir da CIPP (2007-2009). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.



Saturnino Belo  
Sebastião Archer (Sebastião Archer da Silva)  
SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento  
da Amazônia)

## SATURNINO BELO

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/73806>



Nos municípios de Monte Alegre e São José dos Basílios existem escolas com o nome de Saturnino Belo. Isso demonstra que Saturnino Belo foi conhecido da vida pública do estado. Qual teria sido então sua trajetória? Nasceu em São Luís em 1892. Sócio da Francisco Aguiar & Cia. Comerciante e industrial. Membro da diretoria da Associação Comercial do Maranhão (ACM) [ver Associação Comercial do Maranhão (ACM)] em 1938. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] no momento de reorganização em 1945. Foi interventor do Maranhão [ver interventorias] entre fevereiro de 1946 e abril de 1947.

Vitorino Freire [ver Vitorino Freire], Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso] iniciam uma disputa intrapartidária, dividindo o PSD em dois grupos de influência, Saturnino Belo se coloca ao lado de Vitorino que iria concorrer ao senado e se posicionava contra a candidatura de Genésio Rêgo ao governo do estado. Mas por que Satú, como ficou conhecido, se colocou ao lado de Vitorino Freire? É necessário entender que Vitorino Freire era um dos expoentes da política naquele período, com relações estabelecidas com importantes políticos locais e nacionais, o que poderia viabilizar sua projeção como político. Além disso, não se pode esquecer que Saturnino era um industrial que detinha poder econômico, então uma forma de tornar seus interesses privados em interesses do estado seria por meio da política, logo explica-se a sua dependência em relação a Vitorino Freire, o que explica, ao mesmo tempo a ruptura que acontecerá anos depois quando não consegue sua eleição pelo partido de Vitorino ao governo do estado. Mas, retornemos à disputa pelo comando do PSD.

Essa disputa excede o partido e ganha a instância judicial, sendo Genésio Rêgo vitorioso e passa a ter direito sobre o PSD enquanto Vitorino se utiliza de um partido de aluguel, o Partido Progressista Brasileiro (PPB), levando consigo Saturnino Belo. O projeto original era que Saturnino fosse lançado candidato ao governo, mas teve sua candidatura inviabilizada por ter sido interventor. Assim, Vitorino apoia a candidatura de Sebastião Archer [ver Sebastião Archer] ao governo pelo PPB e Saturnino como vice-governador, ganhando as eleições em 1947.

No mesmo ano é vice-presidente do Partido Social Trabalhista (PST) [ver PST], partido recém-criado por Vitorino. O combinado seria que após o governo de Sebastião Archer ele seria lançado como candidato ao governo pelo PST, mas na convenção do partido o nome escolhido foi o de Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], levando Satú (como ficou conhecido) a romper com os políticos do governo, dentre eles Vitorino Freire em 1949.

O afastamento entre os políticos se iniciou na eleição da mesa diretora da Assembleia, ainda em 1948, quando J. Pires, amigo de Satú, foi afastado da sua presidência. O segundo ponto de estremecimento se deu quando Sebastião Archer solicitou a Satú que assumisse o governo durante sua ausência naquele mesmo ano, pedido negado.

Assim, lançou-se candidato nas eleições de 1950 ao governo pelo Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP], partido de oposição a Vitorino criado por Adhemar de Barros, sob a liderança de Clodomir Millet [ver Clodomir Millet] no Maranhão. Entretanto o PST saiu vitorioso e Eugênio de Barros é eleito governador do estado. Belo então questionou o resultado das eleições de 1950, juntamente com as oposições coligadas [ver oposições coligadas], sob o argumento de fraude eleitoral, ponto de partida do episódio que ficaria conhecido como Greve de 1951 [ver greve de 51], apesar de ter morrido em janeiro de 1951, antes mesmo do movimento se organizar como greve.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

# SEBASTIÃO ARCHER

## (SEBASTIÃO ARCHER DA SILVA)

---

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião\\_Archer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_Archer)



No bairro do Olho d'água, uma das áreas nobres da cidade de São Luís, há a rua Sebastião Archer. Interessante, pois Sebastião Archer foi um industrial nascido em Codó em 26 de março de 1883. Foi diretor-presidente da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Ingressou na carreira política como prefeito de Codó entre 1915 e 1919 e entre 1935 e 1941. Foi deputado estadual entre 1924 e 1930. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] em 1945, momento de sua reorganização após o fim do Estado Novo. Eleito em 1947 governador do Maranhão para a gestão entre 1947 e 1951, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), por indicação de Vitorino Freire que havia saído do PSD após perder judicialmente a condução do partido para Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo]. O seu governo se deu com investimentos na área de saúde, cultura e educação.

Freire que havia saído do PSD após perder judicialmente a condução do partido para Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo]. O seu governo se deu com investimentos na área de saúde, cultura e educação.

Foi senador entre 1954 e 1962 e entre 1963 e 1971 pelo PSD, retomado por Vitorino em 1954. Com a implementação do bipartidarismo no Brasil, após o golpe Civil-Militar de 1964 [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão], integrou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1968 [ver MDB], encerrando sua carreira política ao término do seu mandato como senador. Faleceu em 1974.

A trajetória de Sebastião Archer demonstra sua habilidade em se adaptar às diferentes conjunturas políticas da História do Maranhão. Como podemos perceber isso? Sua inserção na política se deu ainda na dominação oligárquica [ver oligarquia] de Benedito Leite e Urbano Santos, no início do século XX, se estende ao período da Revolução de 1930 [ver Revolução de 1930 no Maranhão] quando ocupou o cargo de prefeito de Codó novamente por indicação. Isto é, esteve em meio às novas disputas oligárquicas entre magalhãesistas [ver Magalhães de Almeida] e marcelinistas [ver Irmãos Machado]. Conseguiu se manter ativo na política durante a gestão de Paulo Ramos [ver Paulo Ramos], representante do Estado Novo no Maranhão. Conseguiu se eleger governador durante o domínio de Vitorino Freire (1945-1965). Com a ditadura Civil-Militar manteve seus direitos políticos e conseguiu se eleger senador.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: lithograf, 2001.  
LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.  
MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

## SUDAM (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA)

---

A ditadura Civil-Militar brasileira tinha como um de seus fundamentos o desenvolvimento econômico. Como uma de suas linhas de ação estava a colonização da região norte do país, considerada potencialmente rica, mas pouco explorada até então, segundo a concepção daqueles que eram detentores do poder. Quando se pensa em colonização é comum relacionarmos a atraso e econômico, político e social. Mas para definir o que é atraso não é necessário também estabelecer algo como parâmetro? O que foi definido então como base para pensar o atraso foi o crescimento da economia, comumente confundido com desenvolvimento econômico. Qual a diferença então entre desenvolvimento e crescimento? Crescimento econômico está relacionado ao aumento dos índices econômicos, às negociações realizadas, aos lucros obtidos. Desenvolvimento está relacionado à redistribuição de renda, melhores condições de vida para a população. A agência que vamos estudar agora se alinhou ao crescimento econômico ou ao desenvolvimento? De que forma atuou? Qual seu objetivo fundamental?

A Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) foi criada em 1966 em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Foi uma das principais agências de execução do Programa de Integração Nacional (PIN), com atuação na região amazônica, incluindo o Maranhão. Trabalhava alinhada à perspectiva de promover o Desenvolvimento Econômico Regional e a Integração da Região Norte à agenda desenvolvimentista brasileira.

Ao mesmo tempo que realizava estudos econômicos atuava em parceria com o Banco da Amazônia no financiamento de empreendimentos econômicos, além de fiscalizá-los. A atuação da Sudam também favoreceu os empreendimentos privados por meio de isenção de taxas de impostos, principalmente de importação e exportação, sob o argumento de que essas empresas estavam promovendo o desenvolvimento.

Em 1988 foi indiciada por a partir de denúncia de obrigar um empresário a falsificar documentos para obter isenções fiscais, que seriam convertidos em benefícios monetários ao superintendente da Sudam. Além disso, foi investigada pela atuação do superintendente Henry Kayath que criou estratégia para captar recurso do Finam (Fundo de Investimentos da Amazônia), resultando em seu afastamento do cargo em 1989. Extinta em 2001, na presidência de Fernando Henrique Cardoso, e recriada em 2007 durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva.

A partir desta breve trajetória pode-se destacar que por mais que em seu projeto constasse que objetivava promover o desenvolvimento econômico a Sudema atuou como agência de financiamento do crescimento econômico sem redistribuição de renda e sem a melhoria da qualidade de vida para a população daquela região. Sua proposta beneficiou principalmente empresários que instalaram seus empreendimentos na região norte do país, muitas vezes utilizando a mão de obra local com o pagamento de baixos salários. Além disso, a Sudema viabilizou o aumento da grilagem e da expulsão dos trabalhadores rurais dos seus pequenos lotes de terra, cultivados com fins de subsistência. Impactou também os diversos grupos étnicos que tiveram seus territórios invadidos por empreendimentos privados.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; MAGALHÃES, Márcio; LOURENÇO NETO, Sydenham. SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (SUDAM). **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.

SANTOS, Déborah Rachel Ribeiro dos. **Projeto Grande Carajás**: desenvolvimento e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980). 2020. Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.



União Democrática Nacional (UDN) no Maranhão  
União Republicana Maranhense (URM)  
Universidade da Fraude

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) NO MARANHÃO

---

O Estado Novo, regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas em 1937, teve seu fim em 1945. Neste momento as liberdades democráticas foram restauradas e, com elas, restaurados também os instrumentos de representação do jogo político: os partidos. Dentre partidos restaurados e novos partidos temos a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945, reunindo os opositores de Getúlio Vargas. Quais as características desse partido?

Sabemos que um partido possui uma unidade que agrega diversos sujeitos com uma estratégia de ação minimamente similar. No caso da UDN isso se deu por ser um partido que fazia oposição a Vargas e por ser uma frente oposicionista ao Partido Social Democrático (PSD) no Maranhão [ver PSD]. A consequência dessa ampla formação foi a ausência de uma ideologia unitária que o conduzisse, isto é, reuniu vertentes liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras, mas nitidamente marcado pela vinculação com os militares e a classe média, formando inclusive, divisões internas como a chamada Ala Bossa Nova – fração progressista deste partido. Além disso, apesar de se identificar como oposição a Vargas e ao PSD, defendia os interesses dos proprietários rurais e dos industriais.

Participou das eleições no mesmo ano de sua criação, compondo as chamadas Oposições Coligadas [ver oposições coligadas] em parceria com o Partido Republicano (PR) [ver PR], contra o PSD de Vitorino [ver Vitorino Freire], Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] e Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso], principal partido a que fazia oposição nas eleições.

Em 1947 elegeu quatro deputados estaduais das 37 vagas disponíveis. Nas eleições de 1950 compôs as Oposições Coligadas juntamente com o Partido Social Progressista (PSP) [ver PSP], o PR, o PSD (nesse momento sem a presença de Vitorino, que o havia perdido para Genésio Rêgo e Clodomir Cardoso) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nas eleições de 1960, demonstrando sua ausência de unidade e abertura às adaptações ao jogo político, apoia o PSD na candidatura de Newton Belo [ver Newton Belo]. Por meio dessa fração da UDN o presidente Jânio Quadros manteve contato com os fragmentos mais modernos do congresso. Em 1961 tem como diretor maranhense José Sarney [ver José Sarney], dado o prestígio que ele vinha alcançando no Congresso. Em 1962 rompeu com o governo de Newton Belo.

Foi o principal partido de apoio ao golpe civil-militar de 1964 [ver ditadura Civil-Militar no Maranhão], vencendo as eleições estaduais de 1965 com a candidatura de José Sarney. Com a implementação do bipartidarismo a maior parte dos seus filiados migraram para a Aliança Renovadora Nacional (Arena) [ver Arena], o partido do regime ditatorial instaurado em 1964.



## REFERÊNCIAS

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.  
COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.  
PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“E porque muitos juraram para trair...”**. São Luís: Eduema, 2015.  
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN). **Dicionário Histórico Biográfico**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

## UNIÃO REPUBLICANA MARANHENSE (URM)

Ao lermos o nome do partido, que estudaremos um pouco de sua trajetória, nota-se o uso do termo “união”. Sabemos que um partido agrega em si sujeitos que se alinham minimamente em torno de um interesse em comum. Este seria o caso da União Republicana Maranhense (URM)?

Esse partido é o antigo Partido Federalista unificado por Benedito Leite e teve como líderes ao longo das duas primeiras décadas do Século XX Urbano Santos e Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida]. Após assumir o Partido Federalista, Magalhães de Almeida o transformou no Partido Republicano (PR) [ver PR]. O Partido Republicano (PR) se dividiu entre o PR governista – que agrupava os políticos vinculados a Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida] – e o PR oposicionista que agrupava os políticos vinculados a Marcelino Machado [ver Irmãos Machado].

Com essa divisão interna Magalhães de Almeida junto com Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo] criaram a União Republicana Maranhense (URM) em 1932, formada principalmente por comerciantes, migrando do PR os adeptos de Magalhães de Almeida.

Para a Assembleia Constituinte de 1933, elegeu José Maria Magalhães de Almeida, Francisco Costa Fernandes e Godofredo Mendes Viana. Com o rompimento entre Genésio Rêgo e Magalhães de Almeida, por Magalhães de Almeida ter se recusado a apoiá-lo em sua candidatura ao governo ou ao senado, sofreu redução de seus partidários que se deslocaram, em 1934, ao recém-criado Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD].

Disputou espaço na Assembleia Legislativa, a partir de 1935, com o Partido Republicano (PR), após romper com este partido e com Aquiles Lisboa [ver Aquiles Lisboa] em razão da não indicação por Aquiles Lisboa de um nome da URM para a prefeitura de São Luís como combinado no início daquele mesmo ano, quando se juntaram para ter maioria na assembleia e fazer oposição ao PSD. Em 1937, com o início do Estado Novo, foi extinta. Percebe-se, portanto, que a URM esteve sempre envolvida em rupturas entre políticos, desde sua criação, por ser resultado das rupturas dentro do PR. No seu percurso novas disputas aconteceram, agora entre seus fundadores. O que se pode entender disso? Que um partido não está isento de disputas internas, pelo contrário, muitas vezes são resultado de disputas políticas constantes, levando-nos a compreender que um partido pode se posicionar de formas diversas dependendo da dinâmica política estabelecida.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. A República. São Luís: Instituto Geia, 2010.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão durante o Estado Novo**: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo e a interventoria de Paulo Martins de Souza Ramos. São Luís: Ed. do Autor, 2021.

## UNIVERSIDADE DA FRAUDE

Quando falamos em Universidade o que você pensa? Em estudos? Em formação? Em ensino? Se pensou em uma dessas características está no caminho certo. Mas quando relacionamos o termo “universidade” ao termo “fraude” o que você entende disso?

Desde o início do século XX as eleições no Maranhão eram fraudadas pelos grupos políticos, tanto os governistas quanto os opositores. Isto se dava pela disputa do poder entre os grupos oligárquicos [ver oligarquia] formados principalmente por proprietários rurais, agroindustriais, comerciantes exportadores e políticos membros da classe média (funcionários públicos), isto é, o movimento político se dava em benefício de seus interesses no sentido de ampliação constante do seu poder político, instrumento de controle da sociedade e de dominação política e econômica. Vamos a alguns exemplos.

As eleições de 1934 para a constituinte foi marcada por irregularidades. Disputaram aquela eleição a União Republicana Maranhense (URM) [ver URM], o Partido Republicano (PR) [ver PR], o Partido Social Democrático (ver PSD), o Partido Socialista (PS), a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Associação Comercial Trabalhista (ACT), a Ação Integralista (AI) e a Frente Única Proletária (FUP).

As eleições de 1950 foram o ponto alto do conhecimento sobre as fraudes eleitorais, pois foi como contestação ao resultado dessas eleições que se deu a greve de 1951 [ver greve de 51], além de ter sido um período em que o judiciário mais vezes foi acionado tanto pelas oposições coligadas [ver oposições coligadas] – contestando os resultados – quanto pelos vitoriosos daquelas eleições. Foi neste período que foi popularizado o termo “Universidade da Fraude” para designar o histórico de manipulação das eleições pelos grupos oligárquicos maranhenses [ver oligarquias] por meio da criação de eleitores fantasmas ou pela duplicação de votos a seu favor. Assim, o termo “Universidade da Fraude” foi utilizado para falar da longa formação das oligarquias em fraudar as eleições, adquirindo habilidade, formação, em manipular os dados.

Mesmo com a contestação em 1951 as fraudes eleitorais prosseguiram nas eleições seguintes até que foram finalizadas, pelo menos da forma que vinham sendo feitas, nas eleições de 1965 ao terem sido eliminados da folha de votação 200 mil eleitores fantasmas.

As fraudes eleitorais foram possíveis pela corrupção entranhada no poder judiciário maranhense, dominado diretamente pelos proprietários rurais e grandes comerciantes e industrialistas locais, principalmente os que tinham uma longa trajetória política e estavam vinculados à oligarquia de Vitorino Freire [ver Vitorino Freire]. Dois sujeitos ganharam notoriedade pelo seu combate à Universidade da Fraude, Clodomir Millet [ver Clodomir Millet] e Neiva Moreira [ver Neiva Moreira].



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.
- MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.



Vitorino Freire (Vitorino de Brito Freire)

## VITORINO FREIRE (VITORINO DE BRITO FREIRE)

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião\\_Archer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_Archer)



Vitorino Freire é um município localizado no oeste maranhense, na região de Pindaré. Se constituiu como município no ano de 1952, emancipando-se de Bacabal e Vitória do Mearim. É preciso lembrar que o ano de 1952 está inserido em um período de dominação política do Maranhão por um grupo de políticos composto, principalmente, por proprietários rurais, industriais e grandes comerciantes locais, liderados pelo sujeito sobre o qual estudaremos um pouco agora. Vitorino Freire nasceu em 28 de novembro de 1908 em Pernambuco. Foi para o Rio De Janeiro a fim de estudar e seguir carreira militar, onde permaneceu entre 1919 e 1925, período em que se tornou amigo de Eurico Gaspar Dutra.

Finalizou os estudos no Maranhão e em 1930, após participar da Revolução de 1930, voltou para o Rio de Janeiro, trabalhando no gabinete do Ministério de Viação e Obras Públicas e, posteriormente, no Departamento Nacional de Saúde Pública. Veio para o Maranhão como secretário-geral do Estado na interventoria [ver interventorias] de Martins de Almeida [ver Antônio Martins de Almeida]. Foi o escolhido pelos antigos revolucionários de 1930 para criar um situacionismo no Maranhão a partir da fundação do Partido Social Democrático (PSD) [ver PSD] no estado em 1934 por Martins de Almeida e Magalhães de Almeida [ver Magalhães de Almeida].

No ano seguinte retorna ao Rio de Janeiro para trabalhar no gabinete de Antônio de Andrade, presidente da Câmara dos deputados e, posteriormente, exerceu funções no Ministério da Viação novamente.

Ao longo da gestão de Paulo Ramos (1936 a 1945) [ver Paulo Ramos] esteve afastado da conjuntura política maranhense, retornando em 1945, reorganizando o PSD juntamente com Clodomir Cardoso [ver Clodomir Cardoso] e Genésio Rêgo [ver Genésio Rêgo]. Nas eleições de 1945 foi eleito deputado federal pelo partido.

Este é o momento em que Vitorino Freire inicia efetivamente a construção do que será conhecido como vitorinismo, ou seja, a prática política oligárquica [ver oligarquias] que usava da troca de favores, das negociações políticas, das fraudes eleitorais para se manter no poder por vinte anos (1945-1965) sem ter ocupado ao longo desse período o governo do estado.

Foi contrário à candidatura de Genésio Rêgo pelo PSD ao governo do estado em 1947, viabilizada também pelo apoio do presidente Dutra, provocando uma divisão no partido, sendo vencido nessa disputa intrapartidária, o que o levou a lançar a candidatura de Sebastião Archer, em 1947, pelo Partido Proletário Brasileiro (PPB) no mesmo ano em que se lançou candidato a senador.

Essa disputa dentro do Partido ganhou expressão nos jornais locais do período, principalmente o Diário de São Luís que era a favor de Vitorino, e O Imparcial [ver O Imparcial], que era a favor de Genésio Rego. Com a vitória de Archer, Vitorino tinha influência direta na política do Maranhão e o PSD saía fraco daquelas eleições. Após as disputas e a vitória nas eleições, Vitorino Freire funda um novo partido, o Partido Social Trabalhista (PST). Na problemática disputa eleitoral de 1950 tem seu candidato eleito, Eugênio de Barros [ver Eugênio de Barros], que enfrentaria grande crise política que resultaria na Greve de 1951 [ver greve de 51], mas consegue a posse como governador ao final da greve.

Em 1954 dois fatos marcam a trajetória de Vitorino: o primeiro, consegue recuperar a liderança do PSD e se reeleger para o Senado e; o segundo, consegue eleger Assis Chateaubriand [ver Assis Chateaubriand] por meio da renúncia do senador Antônio Bayma com o apoio de Eugênio de Barros, figura importante do PSD no cenário político nacional que havia perdido as eleições na Paraíba.

No ano seguinte sofre uma série de ataques de membros dos PSD por ter viabilizado a eleição de Chateaubriand, dentre eles José Sarney [ver José Sarney] que no mesmo ano rompe com Vitorino. Permanece no domínio político ao longo dos governos estaduais seguintes – Matos Carvalho [ver Matos Carvalho] e Newton Belo [ver Newton Belo], sendo neste último governo o momento em que o que ficou conhecido como vitorinismo começa a se enfraquecer.

Em 1962 é reeleito senador. Foi durante este governo que houve novas disputas dentro do PSD lideradas por Cid Carvalho, tendo como consequência a saída de vários políticos deste partido, deslocando-se ao PTB. Também contribuiu para o enfraquecimento a ruptura entre Vitorino e Newton Belo, por não entrarem em consenso sobre quem seria lançado candidato nas eleições de 1965.

Belo lança a candidatura de Renato Archer [ver Renato Archer] contra a vontade de Freire, causa principal da ruptura. Entretanto, a candidatura de Archer não foi aceita por Castelo Branco, presidente do Brasil após o golpe de 1964 que instaurou a ditadura no Brasil. Após o Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos no país e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido dos militares – a Aliança Renovadora Nacional (Arena) [ver Arena]. Nessa disputa com Newton Belo, a partir da influência que tinha no PSD nacional, consegue adeptos para expulsar Belo do PSD.

Com a vitória de José Sarney, em 1965, Vitorino perde a influência no cenário político local, retornando somente em 1974 ao conseguir eleger ao governo do estado Nunes Freire [ver Nunes Freire] por meio de sua aproximação com o então presidente Geisel. Em 1975 foi membro do diretório nacional (seção principal do partido) da Arena, vindo a falecer dois anos depois. Vários políticos ganharam projeção por meio dele, por exemplo, Eugênio de Barros, Genésio Rego, José Sarney, Lino Machado, Matos Carvalho, Newton Belo, Nunes Freire, Renato Archer, Saturnino Belo, Sebastião Archer, para citar só alguns.

O que o percurso de Vitorino Freire nos fala sobre a política maranhense entre 1945 e 1965? Em primeiro lugar, mostra-nos que foi um período marcado pela fraude, corrupção e negociações políticas que beneficiaram principalmente os grandes proprietários rurais, industriais e grande comerciantes locais. Em segundo lugar, demonstra que enquanto havia a preponderância dos interesses provados desses grupos a população local continuava vivendo na pobreza, por falta de investimentos em educação, saúde e saneamento básico. Em terceiro lugar, fazer oposição neste período não significa necessariamente defender os interesses da população, mas representava a disputa pelo poder político local. Em quarto lugar, Vitorino transitava muito bem entre o poder local e o poder federal, o que demonstra que para entender a história do Maranhão é preciso entender também o cenário político mais amplo em que estava inserida.

Por fim, uma última questão para reflexão: qual a consequência de homenagear esses indivíduos que não representaram os interesses da população, mas, pelo contrário, usaram da política para favorecer certos grupos – caso de Vitorino Freire – pode ter para a construção da memória local?

Quando se presta homenagem a alguém pode significar que este sujeito teve importância na história. Mas geralmente identificamos isso com ações relevantes para determinadas melhorias – seja uma boa ação, seja pela política. Percebemos que não foi o caso de Vitorino Freire. Desse modo, atentem-se é preciso conhecer esses sujeitos para se refletir sobre os impactos das suas ações para a história do nosso estado.



## REFERÊNCIAS

- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965. São Luís: Instituto Geia, 2014.
- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.
- CALDEIRA, José R. Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. 1981. Dissertação de Mestrado apresentado ao IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **A RAPOSA E O CANGURU**: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral da. *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: UFMA, 2004, p. 265-297.  
LIMA, Carlos de. *História do Maranhão. A República*. São Luís: Instituto Geia, 2010.  
MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

O Dicionário Histórico-Biográfico do Maranhão Contemporâneo objetiva auxiliar estudantes e docentes de História do Ensino Básico para uma aprendizagem significativa acerca da História do Maranhão Contemporâneo. Neste material podem ser encontrados verbetes sobre sujeitos, temas, conceitos e agências que perpassam pela História do Maranhão entre os séculos XX e XXI. Assim, usufruam deste material, recorrendo a ele em caso de dúvidas, mas, principalmente, promovendo debates em sala de aula a fim de construir olhares críticos sobre as relações político-econômicas contemporâneas do Maranhão.



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

